



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Samia Jraige

**Deslocamentos com um grupo em saúde mental: sobre as
acessibilidades em museus e espaços culturais**

Rio de Janeiro

2018

Samia Jraige

Deslocamentos com um grupo em saúde mental: sobre as acessibilidades em museus e espaços culturais

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

J89

Jraige, Samia.

Deslocamentos com um grupo em saúde mental: sobre as
acessibilidades em museus e espaços culturais / Samia Jraige. – 2018.
150 f.

Orientadora: Myrian Sepúlveda dos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Ciências Sociais.

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Serviços de saúde mental – Rio de
Janeiro (RJ) – Teses. 3. Psicologia social – Teses. I. Santos, Myrian
Sepúlveda dos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Sociais I. III. Título.

es

CDU 316.6(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Samia Jraige

Deslocamentos com um grupo em saúde mental: sobre as acessibilidades em museus e espaços culturais

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Mário de Souza Chagas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Waleska de Araújo Aureliano
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente às mulheres da família, Eliana, Luciana e Sophie, por todo suporte e compreensão durante esse processo.

À minha orientadora, Myrian Sepúlveda dos Santos, principalmente, por todo incentivo: nos momentos de maior desânimo, suas palavras me ajudaram a seguir e finalizar a dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Aos frequentadores e funcionários do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, por terem me recebido sempre com todo carinho e afeto. Sem dúvida, a parte mais prazerosa do trabalho foi graças a esses encontros.

Aos funcionários do Galpão Bela Maré e do Museu Naval pela disponibilidade em me receber e pelas contribuições à pesquisa.

À professora Waleska Aureliano e ao professor Mário Chagas pelas contribuições na estruturação do trabalho, desde a banca de qualificação.

Um agradecimento especial à Gabriela da Fonseca, por abrir sua casa, por todos os intensos dias de estudos juntas, por ler meu texto inúmeras vezes, por me ajudar com palavras quando elas não vinham. Sua companhia diminuiu bastante a sensação de solidão que às vezes o trabalho de escrita envolve.

À Larissa, por planejar comigo uma lista gigante de coisas para fazermos depois da finalização do mestrado. Ao Liebert por toda ajuda.

À Natasha Mól pela ajuda com as transcrições das entrevistas, pela amizade. À Michele e Clara, amigas que a UERJ me deu.

Ao amigo artista, Yure Romão. À Mariana dos Anjos, e aos demais amigos e amigas que ajudaram de diferentes formas.

Ao meu pai, que mesmo não estando mais em corpo, acompanhou meu ingresso no mestrado desde o início, ainda estudando para a prova de seleção. O que produzi aqui, foi dialogando sempre com você.

RESUMO

JRAIGE, Samia. *Deslocamentos com um grupo em saúde mental: sobre as acessibilidades em museus e espaços culturais*. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Quando pensamos na ideia de acessibilidade em museus e espaços culturais, tendemos a considerar, principalmente, a adaptação das estruturas físicas e os públicos com as chamadas “deficiências”. Propomos aqui, uma visão ampliada das diferentes acessibilidades e seus entrecruzamentos, a partir da experiência de saídas junto a um dispositivo público que compõe a rede de atenção substitutiva em Saúde Mental, chamado Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, localizado dentro do complexo do Instituto Municipal Nise da Silveira (RJ). O objetivo do trabalho é analisar, a partir de seis visitas a museus e espaços culturais e suas respectivas propostas de ocupação do espaço, como os campos de forças se colocam, quais as categorias em uso, e como são negociadas e subvertidas pelo grupo em saúde mental. Ao mesmo tempo em que muitos museus e instituições culturais configuram-se enquanto espaços disciplinadores e normativos, com uma linguagem e códigos próprios, esses espaços também podem propiciar experiências que fortalecem as relações de sociabilidade.

Palavras-chave: Acessibilidades. Museus. Espaços culturais. Grupo em saúde mental.

ABSTRACT

JRAIGE, Samia. *Displacements with a mental health group: on accessibility in museums and cultural spaces*. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

When we think about accessibility in museums and cultural spaces, we tend to consider, mainly, the adaptation of physical structures and the so-called public with disabilities. We propose here an extended view of the different accessibilities and their cross-links, based on the experience of accompanying a public device within the substitutive care network in Mental Health, called the Center for Coexistence and Culture Trilhos do Engenho, located inside the Instituto Municipal Nise da Silveira complex (RJ). The objective of this work is to analyze, based on six visits to museums and cultural spaces and their respective proposals of occupation of space, how the force fields are placed, which categories are in use, and how they are negotiated and subverted by the mental health group. While many museums and cultural institutions are configured as disciplinary and normative spaces, with a language and codes of their own, these spaces can also provide experiences that strengthen relationships of sociability.

Keywords: Accessibilities. Museums. Cultural spaces. Group in mental health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Momento de acolhimento com jogo de dominó, no espaço do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho.....	56
Figura 2 –	Grupo reunido no Encontro de Ideias do mês de setembro de 2017, no espaço do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho.....	61
Figura 3 –	Mapa dos deslocamentos realizados pelo grupo nas visitas às instituições culturais, partindo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro	63
Figura 4 –	Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho interagindo com obra de autor desconhecido na inauguração da exposição “Lugares do Delírio”, no Museu de Arte do Rio.....	67
Figura 5 –	Fotografia com o grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, incluindo equipe e frequentadores, durante visita guiada ao Theatro Municipal	84
Figura 6 –	Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho no Salão Assyrio, no Theatro Municipal. O projeto decorativo do salão é resultado de uma composição entre os estilos babilônico, assyrio e persa.....	88
Figura 7 –	Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho observando a vista para Baía de Guanabara do navio-museu no Espaço Cultural da Marinha	90
Figura 8 –	Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na exposição “O Poder Naval e a Formação do Brasil”, no Museu Naval	92
Figura 9 –	Frequentadores interagindo nos ambientes do submarino e navio-museu respectivamente, no Espaço Cultural da Marinha	95
Figura 10 –	Frequentadores e equipe do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho observando o mapa na exposição “O Poder Naval e a Formação do Brasil”, no Museu Naval	96

Figura 11 – Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho com educador do Galpão bela Maré, na exposição “Diálogos Ausentes”	102
Figura 12 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na parte da biblioteca do Galpão Bela Maré	103
Figura 13 – Frequentador do Centro de Convivência Trilhos do Engenho apontando para obra da artista Renata Felinto, intitulada “Também quero ser sexy”, na exposição “Diálogos Ausentes”, no Galpão Bela Maré	104
Figura 14 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho ajudando a varrer vitrine quebrada no Centro de Artes da Maré	105
Figura 15 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho o início da exposição “Diálogos Ausentes”, no Galpão Bela Maré	106
Figura 16 – Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho com a educadora do Sesc Engenho de Dentro antes da exibição do documentário “Lixo Extraordinário”	126
Figura 17 – Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e educadora do Sesc Engenho de Dentro na exposição “Fayga Ostrower - Artista Educadora”	127
Figura 18 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e guia durante o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, na Pedra do Sal	129
Figura 19 – Visita guiada pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.....	132
Figura 20 – Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e demais grupos reunidos durante visita guiada pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, na região da Pedra do Sal.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCBB	Centro Cultural Banco do Brasil
CCCTE	Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho
CNSM	Conferência Nacional de Saúde Mental
CPN	Centro Psiquiátrico Nacional
CPPII	Centro Psiquiátrico Pedro II
CSM	Centro de Saúde Mental
DPHDM	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
EAT	Espaço Aberto ao Tempo
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
ESF	Estratégia Saúde da Família
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IMNS	Instituto Municipal Nise da Silveira
IPN	Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos
ISERJ	Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAM	Museu de Arte Moderna
MAR	Museu de Arte do Rio
MII	Museu de Imagens do Inconsciente
MinC	Ministério da Cultura
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
OMCC	Observatório de Museus e Centros Culturais
OS	Organização Social
OUC	Organização Urbana Consorciada
PPCIS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPP	Parceria Público-Privada
Sesc	Serviço Social do Comércio
STO	Seção de Terapêutica Ocupacional
STOR	Setor de Terapia Ocupacional e Reabilitação

SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	ANTECEDENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO DO IMNS	22
1.1	A lógica asilar e os discursos sobre a loucura	22
1.2	As experiências de reformas e as novas configurações do modelo assistencial	31
2	A CRIAÇÃO DO HOSPITAL DO ENGENHO DE DENTRO	41
2.1	Nise da Silveira e o Museu de Imagens do Inconsciente	42
2.2	O processo de desinstitucionalização em voga	49
2.3	Implantação do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho	51
3	OCUPANDO OUTROS ESPAÇOS: RELATOS DOS DESLOCAMENTOS	63
3.1	Entre bárbaros e civilizados: a transgressão de Juliano (Visita ao Museu de Arte do Rio)	66
3.2	Os vazios das classificações (Visita ao Theatro Municipal)	83
3.3	Diferentes usos e apropriações (Visita ao Espaço Cultural da Marinha e ao Museu Naval)	89
3.4	Sobre o deixar-se mediar (Visita ao Galpão Bela Maré)	101
3.5	“To boiando aqui”: sobre acessibilidades, dificuldades de interação e comunicação (Visita ao Sesc Engenho de Dentro)	116
3.6	“Passeio ou castigo?”: entre disputas pelo território (Visita ao Circuito Arqueológico da Celebração da Herança Africana)	127
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	142
	ANEXO A – Material de divulgação em meio digital das programações do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho (CCCTE)	147

INTRODUÇÃO

Nas linhas que se seguem procurarei descrever os motivos que me levaram ao tema de pesquisa que pretendo abordar na dissertação. Em primeiro lugar gostaria de traçar minha trajetória acadêmica e sua influência na escolha do meu objeto de pesquisa. Sou formada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, com pós-graduação Lato Sensu em Educação Museal pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – Iserj; FAETEC e Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM/Minc. As questões da arte, da cultura e da educação como processos em disputa permeiam meus estudos e investigações desde 2010.

A experiência que tive durante a graduação como estagiária no Museu de Imagens do Inconsciente (MII), durante dois anos, me fez repensar o lugar dos museus e contribuiu para uma leitura mais crítica sobre a formação dessas instituições e seus diferentes usos sociais. O trabalho de conclusão de curso apresentado na graduação teve como objetivo investigar as possíveis relações entre a criação do MII e a Museologia, a relação dos frequentadores e do público de visitação programada, considerando sua vertente educacional. O MII foi criado em 1952 pela médica alagoana Nise da Silveira, como resistência aos tratamentos psiquiátricos vigentes na época – o eletrochoque, a lobotomia e o coma insulínico. Nise ampliou seu método de trabalho com base na atividade criadora, pela qual os considerados “loucos” pudessem expressar seus conflitos internos por meio de uma linguagem simbólica. Sua preocupa o em criar um espaço, que se tornou museu posteriormente, com forte caráter social e voltado para os sujeitos, precedeu a efervescência de discussões no campo da Museologia sobre o papel social dos museus.

A especializa o em Educa o Museal contribuiu para definir melhor o tema que gostaria de aprofundar no mestrado. O artigo produzido como trabalho de conclusão de curso introduz a questão do reconhecimento do espaço público em sofrimento psíquico dentro dos museus como um primeiro passo para a cria o de a o es voltadas para esse público, partindo do conceito de forma o integral e educa o museal. A ideia de trabalhar com essa temática surgiu em grande parte pela leitura do livro¹ da enfermeira de forma o Bernadete Maria Dalmolin, que atua na área da saúde mental. Baseando-se em estudos antropológicos, ela traz em sua obra cartografias de sujeitos que passam pelo sofrimento psíquico e suas experiências na cidade, mostrando a importância das intera o es socioculturais. Dalmolin (2006)

¹ DALMOLIN, Bernadete Maria. Esperança Equilibrada: cartografias de sujeitos em sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

problematiza seu campo de formação, e o modelo de atenção que prioriza ainda o controle da doença, e tolhe, muitas vezes, a produção das subjetividades.

Dessa forma, busquei o curso de mestrado do PPCIS UERJ especialmente pela possibilidade de desenvolver investigações sobre teorias e práticas nos campos da sociologia, antropologia, arte, cultura e educação de forma interdisciplinar. O campo da Museologia, também por dialogar com diversas áreas do conhecimento, permite que outros saberes sejam agregados, com o intuito de produzir novas perspectivas. Por isso, a escolha de desenvolver de minha pesquisa na linha Arte, Cultura e Poder deste programa de pós-graduação teve como intuito conhecer outras abordagens para o entendimento das lutas por reconhecimento desse grupo, articuladas aos territórios e à protagonização dos espaços, com ênfase na esfera pública, incluindo assim os museus e espaços culturais. A escolha dos espaços museológicos enquanto lócus de pesquisa e ação se dá devido à atuação quase ininterrupta nesses espaços, e a um grande incômodo que existe na prática cotidiana nesses espaços, que acaba reproduzindo estereótipos e estigmas, mascarados por discursos que exaltam a importância de uma certa arte e cultura específicas.

O presente trabalho parte do pressuposto de que quando pensamos na ideia de acessibilidade em museus e espaços culturais, tendemos a considerar, principalmente, a adaptação das estruturas físicas e os públicos com as chamadas “deficiências”. Há poucos estudos que consideram a experiência e a presença de sujeitos que tiveram suas vidas atravessadas pelas instituições psiquiátricas dentro desses espaços. Propomos uma pesquisa que se apoia em trabalhos foucaultianos para pensar os museus e instituições culturais enquanto espaços de poder e de disciplina para, posteriormente, avaliar as mudanças desses espaços e suas novas configurações como campo de disputas, onde novas demandas são incorporadas, em função de novos atores que passam a protagonizar esses lugares. A revisão bibliográfica referente a essa temática será feita a partir de trabalhos do sociólogo Tony Bennett e de Eilean Hooper-Greenhill, que, por sua vez, desenvolve seu trabalho acerca das transformações dos museus e da formação do conhecimento, a partir das articulações políticas e projetos de sociedades no Ocidente. Como contraponto, pretendemos analisar a questão das acessibilidades a partir da experiência com um grupo em saúde mental, perpassando também a vertente da Museologia Social que busca acompanhar as demandas da sociedade contemporânea por meio de processos de democratização e de ressignificação cultural.

O objetivo geral do trabalho é analisar os campos de forças, as tensões e disputas que perpassam a experiência desse público dentro de espaços culturais,

assim como as categorias em uso, e como são negociadas e subvertidas pelo grupo. A pesquisa será realizada a partir do trabalho de base territorial do dispositivo público que compõe a rede de atenção substitutiva em Saúde Mental, Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, localizado dentro do complexo do Instituto Municipal Nise da Silveira (IMNS), no bairro do Engenho de Dentro, zona norte do Rio de Janeiro. Entre os objetivos específicos pretende-se mapear as instituições que foram visitadas por este grupo, analisar e avaliar os limites e as aberturas dos espaços visitados pelos frequentadores do Centro de Convivência e Cultura.

Considerando a existência de um espectro amplo envolvendo a questão das acessibilidades, muitas vezes, museus e espaços culturais, quando pensam nesse aspecto, reduzem-no às barreiras físicas do espaço, por exemplo. Assim, a ideia de acessibilidade nesses espaços acaba sendo direcionada somente à estrutura e aos recursos materiais, deixando em segundo plano ou até desconsiderando o lugar da acessibilidade atitudinal, referente à formação e sensibilização dos funcionários de museus, consulta a longo prazo com o público em questão na tomada de decisões e inclusão na exposição de histórias, experiências e vozes dessas pessoas (MARTINS, 2013, p.5). Apesar de muitos museus serem espaços disciplinadores, normativos, com códigos próprios, geralmente frequentados por um público elitizado e altamente escolarizado, os museus também podem ser entendidos como ambientes subjetivos, caracterizados como espaços psicológicos que abrangem aspectos sensoriais, cinestésicos, e as sensações que estão presentes nos deslocamentos (COHEN et. al., 2010). Segundo o art. 2º da Lei nº 11.904 (BRASIL, 2009) que institui o Estatuto de Museus, um dos princípios fundamentais dos museus é a universalidade do acesso, ou seja, enquanto equipamentos culturais e espaços públicos devem ser acessíveis a todos. Porém, de qual acesso está se falando? Até que ponto o uso do conceito de universalidade não recai em um significante vazio quando pensamos nas práticas museológicas?

É preciso considerar que a inclusão desse público é algo complexo, e que dificilmente existirá um tipo de padrão nas ações direcionadas a ele. O museu comprometido em repensar suas práticas pode ser capaz, talvez, de articular e fortalecer as subjetividades, possibilitando o desenvolvimento de muitas leituras e interpretações, pois está aquém de ser um lugar de verdades incontestáveis.

Em termos gerais, o conceito de interpretação refere-se ao modo como os indivíduos criam um sentido para as coisas. Nesta linha, a interpretação é entendida como um processo mental levado a cabo pelo sujeito, correspondendo à construção de significados para o mundo que o rodeia e implicando, por isso, o desenvolvimento de competências de análise, crítica e síntese capazes de enquadrar o contínuo processo de modificação,

adaptação e extensão que a aprendizagem ao longo de toda a vida implica (SILVA, 2007, p.59).

Ao mesmo tempo, a concepção de museu tradicional ainda está associada às instâncias de poder que reproduzem discursos hegemônicos. Os discursos e narrativas que esses espaços muitas vezes expõem como verdades reforçam o poder instituído, configurando uma relação de tensão entre o uso da retórica da memória ora como instrumento de libertação, ora como instrumento de dominação e domesticação dos homens, como afirma Jacques Le Goff (1992, p.9). Segundo Mário Chagas (2006, p.30), “admitir a presença e sangue no museu significa também aceitá-lo como arena, como espaço de conflito, como campo de tradição e contradição”.

Nesse sentido, pretendemos trazer à luz a experiência do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho a partir da ocupação de novos espaços por esse público, e até que ponto essas ocupações forcem de alguma forma as instituições culturais a reverem suas estratégias para as novas demandas que passam a surgir. A existência dos Centros de Convivência e Cultura, e de outros dispositivos de saúde que trabalham a partir do uso de diferentes espaços da cidade, despertaram um interesse em mim sobre como essas relações se desdobram, quais os pontos de tensão que existem quando sujeitos, considerados como “não-público”², passam a usufruir dos museus e espaços culturais, por exemplo. Nesse contexto, a acessibilidade é uma questão a ser considerada, já que é um grupo ainda com menos ligação com os museus e, de modo geral, dentro das práticas educativas ainda existe uma invisibilidade desse público. Além disso, me parece que esses sujeitos ainda não possuem um espaço possível para exercer pressão política e demandas por transformações dentro das esferas sociais, incluindo os museus e espaços culturais.

A pesquisa de caráter interdisciplinar foi desenvolvida a partir de bases teóricas e pesquisa de campo e de métodos qualitativos. O trabalho de campo foi realizado a partir do acompanhamento de seis atividades, principalmente visitas a museus e espaços culturais, além da participação de reuniões de equipe – restrita aos funcionários –, reuniões com o grupo, e idas ao Centro de Convivência em dias sem atividades específicas e entrevistas com funcionários e frequentadores do Centro de Convivência e Cultura (ver Tabela 1), e entrevistas com funcionários de algumas instituições culturais visitadas (ver Tabela 2).

² “[...] aqueles que nunca frequentam as instituições e que não participam da vida cultural subvencionada pelos poderes públicos.” BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>> Acesso em: dez. de 2015.

O recorte dado ao trabalho de campo abarcou as seis atividades que foram: visita ao Museu de Arte do Rio (MAR), visita ao Theatro Municipal, visita ao Espaço Cultural da Marinha e Museu Naval, visita ao Galpão Bela Maré, visita ao Sesc (Serviço Social do Comércio) Engenho de Dentro e visita pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana realizada pelo Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN). A partir de cada passeio, e das anotações feitas nos diários de campo posteriormente, transcrevendo alguns momentos, em forma de cenas/relatos ou breves etnografias, trago para análise questões que emergiram no campo e que atravessam o debate da pesquisa proposta. Todos os nomes foram substituídos, para manter o anonimato tanto dos frequentadores, quanto dos funcionários do dispositivo e dos funcionários das instituições culturais.

Tabela 1 – Relação das atividades realizadas no trabalho de campo junto ao Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho

Atividades Culturais	Descritivo	Local	Data	Procedimento de Pesquisa
Visitação Museus e Centros Culturais	Abertura da exposição "Lugares do Delírio"	MAR - Centro	07/02/2017	Registro fotográfico e diário de campo
	Visita com educador	Theatro Municipal - Cinelândia	06/09/2017	Registro fotográfico e diário de campo
	Visita com educador pelo Circuito da Herança Africana	IPN - Gamboa, Saúde	6/09/2017	Registro fotográfico e diário de campo
	Visita sem educador	Espaço Cultural da Marinha e Museu Naval - Centro	17/10/2017	Registro fotográfico e diário de campo
	Visita mediada à exposição "Diálogos Ausentes"	Galpão Bela Maré - Maré	06/12/2017	Registro fotográfico e diário de campo
	Visita com educador	SESC - Engenho de Dentro	10/01/2018	Registro fotográfico e diário de campo
	Visita sem educador à exposição "Ex Africa"	CCBB - Centro	07/03/2018	Registro fotográfico
Outras atividades	Baile de carnaval	Lona Cultural Terra - Guadalupe	21/02/2017	Diário de campo
	Desfile do Bloco Loucura Suburbana	Engenho de Dentro	23/02/2017	Observação participante
Reuniões	Encontro de Ideias	CCCTE - Engenho de Dentro	21/02/2017	Diário de campo
	Encontro de Ideias		20/09/2017	Diário de campo
	Encontro de Ideias		25/10/2017	Diário de campo
	Encontro de Ideias		20/12/2017	Diário de campo
	Reunião de equipe (apenas funcionários)		16/01/2018	Diário de campo
	Reunião de equipe (apenas funcionários)		23/01/2018	Diário de campo
	Encontro de Ideias		24/01/2018	Diário de campo
Entrevistas	Marina - frequentadora	CCCTE - Engenho de Dentro	16/01/2018	Registro em áudio
	Luana - funcionária		29/01/2018	Registro em áudio
	Rogério - funcionário		29/01/2018	Registro em áudio
	Ronaldo - frequentador		07/02/2018	Registro em áudio
	Fernanda - funcionária		07/02/2018	Registro em áudio
	Leandro - frequentador		07/02/2018	Registro em áudio
	Luís - frequentador		11/02/2018	Registro em áudio
	Pedro - frequentador		22/02/2018	Registro em áudio

Fonte: Samia Jraige, 2018.

Trata-se de trabalho interpretativo em que, partindo das cenas e dos discursos que aparecem, procurei trazer questões em busca de significados e sentidos possíveis, considerando as limitações que existem nessa seleção e sem ter a pretensão de esgotar e proferir verdades sobre as situações experienciadas por mim e pelos diversos atores em questão. Parti também da tentativa de pensar criticamente as categorias elencadas nas cenas, em um movimento que vai do singular ao geral e vice-versa, a partir de uma experiência textualizada – etnográfica. Por se tratar de um processo de escrita, algumas esferas do que é vivido em ato, acabaram ficando de fora, como o tato, os silêncios, os cheiros, os olhares e qualquer outro tipo de comunicação que extrapole as palavras. A cultura é entendida e trabalhada aqui como um texto possível de ser interpretado, de forma que, a partir do estranhamento, procuramos transformar uma experiência “comum” numa experiência

Segundo a coordenadora do dispositivo, costuma ser usado para designar os frequentadores do Centro de Convivência e Cultura o termo “participante”, pois assim daria conta de diversidade do público a que o trabalho se destina, incluindo assim a comunidade e familiares, e/ou “cliente”, pois traria a ideia de autonomia na possibilidade de escolher as atividades culturais desejadas. De maneira geral, esse termo é também bastante usado nos serviços disponíveis dentro do IMNS. Por uma escolha de escrita inicial, usarei o termo frequentadores, pois o entendimento do termo cliente também permite fazer alusão à pessoa que tem acesso a um produto ou serviço mediante pagamento, não sendo o caso em questão, e porque tentei buscar aqueles em que percebi algum tipo de frequência nas atividades que acompanhei.

O trabalho desenvolvido pelo Centro de Convivência e Cultura é aberto a todos, e acabei me deparando com uma dificuldade em nomear o grupo. Inicialmente, no processo de escrita, usava apenas o termo “sofrimento psíquico” – que engloba de maneira geral quadros de depressão, síndrome de pânico, esquizofrenia etc – em consonância com uma postura política e social, pelo menos no campo da retórica, que tenta se afastar de expressões estigmatizadoras, como “portadores de transtornos mentais”, usadas pela psiquiatria tradicional. Mesmo o termo sendo abrangente, percebi não dar conta das particularidades do grupo: apesar de a maioria dos frequentadores se tratar no hospital psiquiátrico ou em outros serviços, há também familiares e moradores da comunidade que ocasionalmente participam das atividades. A questão da caracterização do grupo, então, se apresenta aqui como um desafio. Entretanto, por opção de escrita, continuo fazendo o uso do termo “sofrimento

psíquico”, com a ressalva de que não necessariamente é um termo que se aplique ao grupo como um todo.

A programação (ver ANEXO 1) é escolhida entre os frequentadores e coordenadores, geralmente entre as últimas semanas do mês, em uma reunião aberta chamada “Encontro de Ideias”. Mesmo todas as atividades desenvolvidas pelo dispositivo sendo abertas à comunidade, existem alguns frequentadores assíduos, que costumam acompanhar a maioria dos passeios e atividades. Em determinados passeios ou atividades, familiares também participam, compondo um grupo heterogêneo e fluido, no qual aparentemente as identidades e os papéis encontram-se à primeira vista misturados.

Nas primeiras visitas que fiz ao espaço do Centro de Convivência e Cultura, fui muito bem acolhida por todos. Mesmo não tendo os laços de sociabilidade já existentes entre os frequentadores, fiquei muito à vontade graças à abertura do grupo. Um dos membros do grupo mostrou-se especialmente atencioso e solícito, tentando de forma muito educada me integrar ou me deixar à vontade. Eu, de uma forma taxativa, interpretei toda a sua afetuosidade diante de uma pessoa que nunca tinha visto como algo peculiar, a ponto de chegar a questionar que lugar esse sujeito ocuparia: seria ele um usuário do dispositivo ou um funcionário? Tentei não dar muita atenção a essa “dúvida”, pois sabia que estava trabalhando com um estereótipo e uma necessidade de definir e enquadrar o outro, em razão de um suposto estranhamento. Além disso, acionei um lugar contrário ao da periculosidade, devido às minhas experiências anteriores dentro do IMNS, onde na maioria das vezes, esses sujeitos mostraram-se extremamente cordiais e afetuosos. Procurei agir então como usualmente, até que em um determinado momento descobri que se tratava de um funcionário.

Nesse sentido, o trabalho exige o desenvolvimento da capacidade de escuta e o esforço de fugir de etiquetas, como tentativa estratégica de desnaturalizar o lugar da loucura. Alguns frequentadores do Centro de Convivência e Cultura eu já conhecia da época de estágio, pois participavam também das oficinas realizadas no espaço do Museu de Imagens do Inconsciente. Posso considerar que minha entrada no campo aconteceu de forma tranquila, não pareceu ter existido uma grande resistência do grupo ao perceber uma figura desconhecida de repente; alguns frequentadores vieram me cumprimentar, outros se mostraram aparentemente indiferentes.

No trabalho de campo realizado a partir do acompanhamento das idas aos museus e demais espaços, procurei conversar em ato com os frequentadores sobre a experiência da visita, com o cuidado de não induzir a uma possível redução da experiência, na medida em que estímulo o outro a criar uma discursividade racionalizante do que está sendo vivido no momento, e por isso optei na maioria das vezes por assumir uma postura de observadora participante. Considerando essa questão, realizei, posteriormente, entrevistas semi-estruturadas com alguns frequentadores no espaço do Centro de Convivência e Cultura, local onde já estão mais familiarizados. Entre os critérios elencados para a escolha dos frequentadores entrevistados, destaco a assiduidade de alguns na participação das atividades, a proximidade e criação de vínculos comigo, e aqueles que se sentiram à vontade e confortáveis para expressar-se pela fala. Alguns frequentadores são aparentemente mais reservados, outros possuem diferentes formas de se comunicar que não pela fala.

Tabela 2 – Entrevistas concedidas pelos funcionários das instituições culturais registradas em áudio

Instituição	Entrevistada(o)	Idade	Formação	Ocupação	Data
Galpão Bela Maré	Lívia		Geografia e Design	Coordenadora do Setor Educativo	06/03/2018
	João		Arte Visuais	Educador	06/03/2018
	Melissa		Produção Cultural	Educadora	06/03/2018
Museu Naval	Cecília	34 anos	Letras	Primeiro-Tenente (RM2-T) Encarregada da Divisão de Educação em Museus	16/03/2018
	Tales	24 anos	História	Educador	16/03/2018
	Adriana	30 anos	Turismo e Pedagogia	Educadora	16/03/2018

Fonte: Samia Jraige, 2018.

As entrevistas tiveram como norte a tentativa de conhecer as narrativas que os frequentadores desenvolvem sobre si, assim como tentar entender algumas experiências proporcionadas pelas atividades externas realizadas junto ao Centro de Convivência e Cultura e os significados atribuídos a tais atividades. Foram realizadas também entrevistas com alguns representantes das instituições visitadas junto ao grupo do Centro de Convivência e Cultura.

Alguns pontos que interessam para a pesquisa giram em torno de saber como se dá o processo de formação de educadores, assim como o perfil desses educadores, no caso de existir esse cargo na instituição; questões ligadas à acessibilidade, como esse conceito é entendido e trabalhado dentro da equipe de funcionários; se o espaço recebe periodicamente grupos com algum tipo de

necessidade específica; como a equipe da instituição procede e se é possível identificar as dificuldades e facilidades, entre outras.

O trabalho foi dividido em três capítulos. Nos dois primeiros capítulos, foi feita uma revisão bibliográfica referente ao campo da saúde mental, a partir de uma regressão histórica com o intuito de contextualizar e localizar a criação do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho dentro do processo de Reforma Psiquiátrica, a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), a criação e a desinstitucionalização gradativa do IMNS. Mais especificamente, no primeiro capítulo apresento o debate existente sobre a lógica asilar e os discursos sobre a loucura a partir do trabalho de Michel Foucault, em diálogo, principalmente, com o trabalho de Paulo Amarante, envolvido desde cedo com o campo da saúde mental no Brasil e com o movimento da Reforma Psiquiátrica. O intuito de trazer essas diferentes conformações consiste em analisar as continuidades e descontinuidades das dinâmicas e estruturações das instituições manicomiais.

Antes de configurar-se como IMNS, o espaço abrigava o Centro Psiquiátrico Nacional, que passou por diversas fusões e mudanças de nomes, sendo conhecido também por Hospital do Engenho de Dentro, que será apresentado no segundo capítulo, passando também pelo trabalho pioneiro desenvolvido por Nise da Silveira que se desdobra com a criação do Museu de Imagens do Inconsciente. A partir do processo de desinstitucionalização, em andamento desde 2000, novos serviços foram criados, incluindo o trabalho de base territorial do dispositivo público (Centro de Convivência e Cultura), que compõe a rede de atenção substitutiva em Saúde Mental. Isso ocorreu graças a essa reconfiguração do modelo assistencial, fruto de um novo entendimento a respeito do saber psiquiátrico-científico, e de um projeto societário.

Já no terceiro capítulo, as seções foram divididas de acordo com os relatos das visitas realizadas com o grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, seguidos das análises de alguns conceitos que se mostraram pertinentes para a temática proposta pelo trabalho. Apesar das separações dos capítulos, procurei manter uma relação de diálogo entre as cenas/relatos que foram desenvolvidas a partir da pesquisa de campo. Os dados foram coletados e trabalhados a partir da observação participante nas visitas e em outras atividades, da realização de entrevistas com frequentadores e funcionários do Centro de Convivência e Cultura, e também com alguns profissionais das instituições culturais visitadas, e da participação em reuniões, articulados à bibliografia selecionada.

Sobre as proposições teórico-metodológicas usadas no trabalho de campo, procurei me manter atenta às relações com o corpo, à comunicação não-verbal, à ideia de ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005), ou seja, parti da via de entendimento do fazer etnográfico que inclua a afetação. A antropóloga Dorinne Kondo utiliza o conceito de “setting trope”, entendido como uma convenção narrativa sobre moldar e ser moldado pelas experiências do trabalho de campo, ou seja, como uma jornada, mais ou menos linear, na qual a ordem e o significado emergem gradualmente de eventos e experiências inicialmente incipientes (KONDO, 1990, p. 7).

Também em consonância com a orientação da pesquisa, apoiei-me na proposta de José Guilherme Magnani, que sugere um método de trabalho etnográfico usando a estratégia do que ele chama de “olhar de perto e de dentro”, que parece fazer sentido para um trabalho com os sujeitos em sofrimento psíquico e seus deslocamentos pela cidade. Magnani observa a ausência de determinados tipos de atores sociais no entendimento da dinâmica da cidade:

A presença de migrantes, visitantes, moradores temporários e de minorias; de segmentos diferenciados com relação à orientação sexual, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo atomizado, mas na possibilidade de sistemas de trocas de outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes (MAGNANI, 2002, p. 15-16).

Na perspectiva de um olhar de perto e de dentro, acompanhar os trajetos cotidianos desses múltiplos e heterogêneos atores pela cidade pode contribuir para a compreensão de diferentes arranjos coletivos, ao mesmo tempo em que poderia revelar também determinados padrões em seus comportamentos, ou determinados perfis³.

Outra contribuição para o trabalho de campo perpassou a teoria de Clifford Geertz (1997), que, por sua vez, não possui a pretensão em desvelar leis gerais, mas pensar as categorias nativas a partir da visão dos próprios nativos e do saber local, e não tentar encaixá-los em categorias pré-determinadas. Parto do pressuposto de que a experiência de campo é essencial para que outras questões sejam iluminadas, como tende a acontecer quando não trabalhamos com teorias engessadas, em que o campo já tem a função prévia de endossar o objetivo principal. O campo nos interpela de

³ As entrevistas e imagens usadas no presente trabalho foram devidamente autorizadas.

formas não esperadas, forçando-nos a reformular as perguntas, os posicionamentos e objetivos, além de contribuir para a desconstrução da crença de neutralidade de quem pesquisa, pois como seres singulares e sociais interferimos e produzimos outras relações dentro do grupo.

O processo de escrita foi desenvolvido na intenção de sustentar determinadas escolhas teóricas. Ao mesmo tempo, a escrita pode congelar a aproximação e retração da experiência no campo e do processo de dar sentido aos outros que, por sua vez, implica frequentemente em adequar as pessoas a categorias pré-concebidas. Por exemplo, a categoria “pessoa em sofrimento psíquico” é usada por quem geralmente está fora desse espectro de sofrimento; por mais crítica que possa parecer dentro de um contexto acadêmico e político, os sujeitos do grupo, de modo geral, não se identificam com ela. Diante de tais implicações, apresento as cenas/relatos na tentativa de trazer alguns conceitos, pensando as categorias em uso, como estão sendo negociadas pelos diferentes atores, tensionadas e também subvertidas.

1 ANTECEDENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO DO IMNS

Nesse capítulo foi usado o método de Michel Foucault de escrever a história a partir da genealogia, que por sua vez se opõe à ideia de buscar uma origem, uma identidade primeira, e se propõe a estudar o acaso: “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (FOUCAULT, 1979, p. 13). O filósofo cria uma genealogia das ciências humanas, na qual os valores e ideais são fundados por meio de conflitos e tecnologias de poder, ou seja, desconstrói o conhecimento e mostra a importância das relações de poder nas teorias do discurso. Foucault não apresenta a história de maneira linear, nem pensa em relações causais, mas em relações de poder que são estabelecidas em dado momento. Nesse sentido, o recorte cronológico não é rígido. O enfoque do capítulo será desenvolver um panorama geral e uma contextualização da história do Hospital do Engenho de Dentro, passando pela temática da psiquiatria, do modelo biomédico e do paradigma psiquiátrico, suas transformações e reverberações no entendimento da loucura e nas instituições disciplinares, no caso o hospital psiquiátrico. É importante destacar que nesse momento não será feita uma análise densa, mas a apresentação de algumas mudanças consideradas essenciais em termos estruturais. Desse modo, até chegar a criação do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho será contextualizada historicamente e localizado alguns discursos e relações de poder que estruturaram e contribuíram para o desenvolvimento de uma nova concepção de modelo de atendimento para os usuários de espaços destinados à saúde mental. A criação desse dispositivo está atrelada ao processo de desinstitucionalização do IMNS, em andamento desde o ano de 2000, que busca descentralizar o tratamento antes vinculado apenas aos hospitais psiquiátricos e criar uma rede de cuidado de base territorial capaz de oferecer serviços diversificados.

1.1 A lógica asilar e os discursos sobre a loucura

Os processos que permearam as transformações referentes à lógica asilar estão atrelados a diversos fatores. Um deles refere-se à interpretação dada à noção de doença mental. Para isso traremos algumas contribuições de autores que fazem suas leituras e análises a partir de um viés genealógico, localizando os diferentes

lugares que a doença mental, a loucura, e as instituições manicomiais foram assumindo na produção das relações de poder e nas práticas discursivas. Entendida como objeto de investigação da ciência, a doença mental pressupunha a ausência da razão, que por sua vez estava relacionada diretamente às ideias de liberdade e cidadania: o sujeito desprovido da razão e da liberdade não era considerado um cidadão. O asilo, através do isolamento do sujeito em relação ao meio – suposta causa da alienação⁴ – e do tratamento moral, era uma tentativa de restabelecer a suposta condição de razão. A Revolução Francesa e os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade influenciaram a lógica alienista em grande parte do Ocidente. Segundo Amarante:

[...] o alienismo veio sugerir uma possível solução para a condição civil e política dos alienados que não poderiam gozar igualmente dos direitos de cidadania mas que, também, para não contradizer aqueles mesmo lemas, não poderiam ser simplesmente excluídos. O asilo tornou-se então o espaço da cura da Razão e da Liberdade, da condição precípua do alienado tornar-se sujeito de direito (AMARANTE, 1995, p. 491).

É evidente o uso da retórica da liberdade, como forma de autorizar os espaços de exclusão e violência. Além disso, essa transformação estava respaldada também no princípio de democratização dos espaços sociais. Segundo Roberto Machado (1978), apesar do apelo a uma vocação libertária, o alienismo nasceu apoiado na medicina social, dentro de um projeto definido de controle de determinadas camadas sociais.

Antes da configuração que conhecemos, o hospital (do latim *hospes*, que também originou hospedagem, hospedaria, hospitalidade), surgido na Idade Média, foi criado inicialmente como instituição de caridade (AMARANTE, 2007, p. 22). Na obra clássica *História da Loucura*, Michel Foucault (2013) mostra que os grandes asilos foram estabelecidos em conventos na Alemanha e na Inglaterra, por exemplo, durante um período considerável. No Brasil, ainda quando não existia um lugar específico para o tratamento da alienação, as instituições de caridade eram encarregadas das práticas assistenciais. A longa transformação de espaços filantrópicos em espaços de ordem e controle social redirecionou o lugar social do “louco” e da “loucura” no Ocidente, com destaque dado para o Hospital Geral criado pelo Rei da França no ano de 1656. Segundo Michel Foucault:

⁴ O termo "alienação mental" no Brasil foi usado durante um período em que a psiquiatria ainda não estava conformada enquanto área de estudos acadêmicos. Foi a partir da reforma no sistema educacional que passa a ser considerada uma disciplina enquanto campo de especialização.

O Hospital Geral não é um estabelecimento médico. É antes uma estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais, decide, julga e executa (FOUCAULT, 2013, p. 49-50).

Dessa forma, os fins do hospital, antes caritativos, nesse período passam a estar atrelados a autoridades jurídicas e a instâncias da ordem, atuando sobre sujeitos morais – moralidade essa ainda sob forte influência do Catolicismo. Muitos pedidos de internações partiam das instâncias policiais; assim, os instrumentos judiciais, como a prova judiciária, configuravam-se como meio de manipular a produção de “verdade”. No Brasil, no período em que ainda não existia um espaço específico destinado aos “loucos”, a legislação era encarregada das práticas de exclusão, oferecendo uma série de brechas em relação à prisão dos indivíduos que de alguma forma burlavam as regras sociais de convivência na cidade, sendo encaminhados para as Santas Casas e Irmandades. Todo interno era tratado enquanto sujeito moral, encaixado no campo de determinada valoração ética, e não entendido enquanto objeto de conhecimento ou passível de piedade. Neste sentido, as internações que ocorriam ocultavam simultaneamente uma “metafísica da cidade e uma política da religião” (FOUCAULT, 2013, p. 77). Em outras palavras, os manicômios não podem ser pensados como espaços que estiveram aquém das relações com a cidade, pois foram eles os responsáveis por manter a ordem psíquica e social, afastando a “loucura” dos habitantes “sãos” das cidades.

Houve mais tarde, após a Revolução Francesa, a transição desse modelo hospitalar para as instituições médicas por excelência, baseadas no saber científico, ao mesmo tempo em que as cidades e os Estados passaram a substituir gradativamente a Igreja nas tarefas assistenciais. Esse processo consistiu na medicalização do hospital, cujo saber médico passou a classificar e definir as doenças:

O hospital foi perdendo cada vez mais suas funções de origem de caridade e depois de controle social; na mesma proporção, passou a assumir uma nova finalidade: a de tratar os enfermos (AMARANTE, 2007, p. 25).

Além disso, a operacionalização desse processo ocorreu a partir do conceito de disciplina, responsável por produzir nas pessoas um determinado tipo de comportamento. Esse poder disciplinador organiza, administra e corrige, ou seja, cria efeitos homogêneos de poder: não importa quem está no poder, mas que efeito disso resulta. Foucault traz a ideia arquitetônica do *Panóptico* concebido por Bentham, possível de ser compreendido como modelo de gerenciamento aplicável à vida dos

sujeitos, em seus diferentes aspectos. Nessa perspectiva, o poder estaria em todo o lugar, produzindo seus próprios mecanismos de reprodução. Ainda nesse sentido, não existiria apenas uma relação de dominação. O poder não opera sempre partindo de um mesmo ponto, as opressões vão mudando de roupagens; ou seja, o poder é entendido aqui como uma relação de sucessão de forças. Por isso, a necessidade de entendimento do papel do discurso e dos enunciados que podem se configurar também em mecanismos de coerção, controle e exclusão. Para Foucault, essas são tecnologias de poder, em que o poder disciplinador possui um efeito normatizador, logo o sujeito é efeito do poder, o poder nos sujeita, ao mesmo tempo em que a norma também implica a possibilidade de transgressão. Esse assujeitamento está em consonância com uma lógica de esquadramento, pela qual os espaços são regulados e todos devem saber o seu lugar e como se portar. O que ocorria dentro dessas instituições era a produção de saberes em relação às doenças, ou em outras palavras, uma “doença institucionalizada [...] isolada, em estado puro, como pretendia a história natural” (AMARANTE, 2007, p. 26). Os hospitais eram entendidos, então, como lugares de verdade e saber, e a loucura enquanto objeto de diferentes discursos, enquanto saber e sentido fundamentado diretamente e inversamente ao exercício da razão.

A substituição da sociedade absolutista (monárquica, totalitária, clerical) pela sociedade disciplinar destinou um novo papel às instituições: a disciplina dos corpos, a introjeção das normas do pacto social construído entre pares, a normalização dos cidadãos e da própria noção de cidadania (AMARANTE, 2007, p. 26).

Os saberes médicos serviram de argumento para o controle social, para a moralização e higienização da cidade, com o intuito de evitar que os “degenerados” contaminassem o corpo social e os valores da elite. Isto é, aliados aos interesses do Estado, agiam dentro das instituições asilares, medicalizando as camadas mais pobres. Segundo Foucault, ainda na sociedade moderna, os mecanismos de poder são exercidos em função do anormal, para marcá-lo e modificá-lo.

A relação estreita estabelecida entre saber médico e hospital consistiu em uma das principais características do modelo biomédico ocidental, no qual o foco é a doença em si, e não o sujeito que tem a doença. Isso significa atribuir à medicina um saber especializado e fragmentado – estudo isolado de órgãos –, verticalizado e hierarquizado, no qual existem diferentes níveis de complexidade. Podemos entendê-lo como uma espécie de poder-saber que contribuiu para a manutenção do poder do

Estado por meio das instituições de controle da violência – e da ciência. Assim, o poder-saber

[...] não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 2014, p. 31).

Philippe Pinel, considerado o fundador da psiquiatria, dirigiu uma das unidades do Hospital Geral de Paris, chamado de Hospital de Bicêtre. Segundo Amarante (2007), ele foi uma importante figura para o pensamento filosófico francês do século XVIII, e participou do grupo conhecido como os “Ideólogos”, que se apoiavam no modelo da História Natural com o objetivo de produzir conhecimento científico a partir dos fenômenos empíricos que se manifestavam na realidade. Nessa vertente filosófica, a Teoria do Conhecimento de John Locke (1632-1704), considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social, rejeitava a doutrina das ideias inatas e afirmava que todas as nossas ideias tinham origem no que era percebido pelos sentidos. Ele postulou que a mente era uma lousa em branco. Ao contrário dos conceitos pré-existentes baseados no Cartesianismo, ele sustentou que não nascemos com ideias inatas, e que o conhecimento é determinado apenas pela experiência derivada da percepção dos sentidos. Em consonância com o pensamento de Locke, o trabalho de Pinel, pautado no isolamento do sujeito de seu meio externo como forma de reestabelecer a condição de liberdade, mesmo parecendo uma contradição, ainda é uma prática em vigor nos dias de hoje.

De outra parte, no que tange ao pensamento político, Locke pressupunha uma natureza absolutamente livre e independente dos homens, os quais não devem ser submetidos nem ao absolutismo divino nem ao dos regimes políticos. Pinel inscreve-se nesta mesma ordem, ao propor a liberdade dos loucos que, embora liberados das correntes, devem ser submetidos a um tratamento asilar, sob um regime de completo “isolamento”. Este, no entanto, não significa a perda da liberdade, pois, muito pelo contrário, é o tratamento que pode restituir ao homem a liberdade subtraída pela alienação. O primeiro e mais fundamental princípio terapêutico do “tratamento moral”, o princípio do “isolamento do mundo exterior”, é uma construção pineliana que até os dias atuais não está totalmente superada na prática psiquiátrica contemporânea (AMARANTE, 2007, p. 28-29).

Pinel foi responsável também por desenvolver uma nosografia (classificação) das doenças mentais, sendo conhecida como “síntese alienista”, introduzindo o conceito de alienação mental, com base no tratamento moral, e os pilares da profissão do alienista. O uso do termo alienação, ao invés de doença mental, consistia na dúvida em relação se era mesmo uma doença ou outro tipo de processo.

Alienação mental era conceituada como um distúrbio no âmbito das paixões, capaz de produzir desarmonia na mente e na possibilidade objetiva do indivíduo perceber a realidade. Para Hegel, que analisou o livro de Pinel, a alienação não seria a perda absoluta da Razão, mas simples desordem em seu âmago [...] No sentido mais comum do termo e a origem etimológica, alienado é alguém “de fora”, estrangeiro, alienígena [...] Alienado, de *alienare* e *alienatio*, significa também tornar-se outro (AMARANTE, 2007, p. 30).

Essa condição sugere ao mesmo tempo a ideia de periculosidade, de ameaça ao outro e a si próprio, já que se encontra desprovido de discernimento entre erro e realidade, que era validada e difundida por diferentes estudiosos da área. Para Pinel, o isolamento – institucionalização – do mundo exterior seria o primeiro passo a se dar em relação ao tratamento, pois somente assim um diagnóstico mais preciso poderia ser dado e o paciente poderia ser tratado de modo adequado, sem influências do meio. O tratamento moral aplicado prescindia de “ordem e disciplina para que a mente desregrada pudesse novamente encontrar seus objetivos e verdadeiras emoções e pensamentos” (AMARANTE, 2007, p. 31). O processo de isolar o indivíduo estava pautado na ideia de isolar a doença, para que não houvesse interferências, a fim de encontrar o meio de cura, pois nesse contexto do alienismo as causas morais da loucura estavam ligadas à própria civilização como principal fonte do adoecimento (TEIXEIRA, 2012). O que ocorria nesses espaços era a própria produção de conhecimento do alienismo que buscava firmar-se po meio da retórica da cura, e não apenas da morte. Em outras palavras, a instituição hospital era entendida como espaço “terapêutico” e de tratamento moral (AMARANTE, 2007). Foucault (2010) ao referir-se ao Hospital Geral, onde Pinel atuou, considerava que a estrutura da instituição se configurava enquanto espaço moral de exclusão, que nada tinha a ver com a ideia médica: estava enquadrada enquanto instância de ordem, da ordem monárquica e burguesa que se organizou na França durante esse período.

O hospital, em seu sentido mais amplo, que antes operava enquanto laboratório, responsável pelo estudo das chamadas alienações mentais, passa a operar como espaço disciplinar, com suas próprias regras e condutas, com fins terapêuticos. Em plena sociedade em transição para o modo de produção capitalista, o trabalho passou a assumir o lugar de reeducar os comportamentos desviantes: era considerado o principal agente do tratamento moral. Foucault (2010) referia-se ao Hospital Geral, como instituição dotada de um estatuto ético, onde o trabalho assumia simultaneamente o sentido de um exercício ético e garantia moral. Mesmo na época em que a noção de alienismo já tinha sido ultrapassada, ainda baseado em uma

justificativa terapêutica, trabalhos (não remunerados) eram realizados na maioria das instituições psiquiátricas, com o nome de laborterapia ou praxiterapia. No Brasil, existiram casos em que os próprios internos e internas realizavam trabalhos que acabavam substituindo a contratação de tais serviços pelas instituições. A realização dessas tarefas seguia a lógica da divisão sexual do trabalho⁵ dentro da lógica asilar:

[...] os hospitais psiquiátricos usavam o trabalho como forma de tratamento (laborterapia): os homens iam para o trabalho agrícola e as mulheres para os trabalhos domésticos [...] O hospício reproduz os papéis sexuais, e enquanto se considerava que para os homens as atividades ao ar livre aparentavam liberdade, o que contribuiria para a cura, no caso das mulheres, o importante era a reclusão do trabalho doméstico, pois a condição feminina se relacionava aos espaços fechados (CALEIRO; MACHADO, 2008, p. 5).

Amarante (2007) destaca que Pinel, além de ter sido médico e filósofo, foi um relevante político da época da Revolução Francesa, deputado eleito da Assembleia Nacional Constituinte, contribuindo para a criação da primeira constituição democrática republicana e para a definição do conceito moderno de cidadania. A Revolução Francesa produziu um debate em relação aos direitos humanos e à noção de cidadania. Além disso, esse debate girava em torno do espaço privado – casa – e do espaço público, da *polis* (cidade), de onde deriva a ideia de cidadão e de cidadania, referente às trocas e interações sociais, onde seus membros partilhavam de uma mesma estrutura política e social. Ao mesmo tempo em que os princípios revolucionários exaltavam o discurso em torno da cidadania, foram esses mesmos princípios que ajudaram a definir o alienado como algo oposto a esse conceito. Como já foi exposto anteriormente, o alienado seria aquele desprovido da razão, logo desprovido também da liberdade, condição básica para configurar-se como cidadão. Segundo Amarante:

Na medida em que o hospital deixou de ser o espaço da filantropia e da assistência social para se tornar uma instituição de tratamento médico de alienados, desacorrentados⁶, porém institucionalizados, os loucos permaneceram enclausurados, não mais por caridade ou repressão, mas por um imperativo terapêutico (AMARANTE, 2007, p. 35).

A primeira lei com o objetivo de assistência aos alienados foi promulgada na França em 1838, com base nas teorias de Phillipe Pinel, colocando o modelo asilar

⁵ A divisão sexual do trabalho como conceito analítico “é a forma de divisão do trabalho social decorrentes das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 67), caracterizado pela separação entre esfera produtiva – ocupações dessa esfera com forte valor agregado – dominada pelos homens e a esfera reprodutiva atribuída às mulheres. As relações sociais constituem em relações atravessadas por tensões entre grupos com interesses divergentes dentro do campo social.

⁶ Essa imagem faz referência ao emblemático gesto de Pinel desacorrentando os considerados “loucos”.

para alienados na vanguarda da medicina hospitalar, além de representar um lugar de modernidade científico-tecnológica de uma nação, e influenciar a implementação desse modelo hospitalar em diversos países. A convivência com os “loucos” no meio social foi praticável até as primeiras décadas do século XIX no Brasil, até o surgimento de novas exigências e demandas do Império, norteadas em função das ideias de “desenvolvimento” e de “progresso”. O primeiro hospital para alienados, e o primeiro a adotar o modelo francês, foi o Hospício de Pedro II, localizado onde é hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Praia Vermelha. Sua criação veio em momento oportuno e estratégico, em um contexto de “enorme esforço de estabilização e centralização político-institucional” (TEIXEIRA, 2012, p. 366) do Brasil Império, configurando-se como tentativa de afirmar seu valor cultural enquanto nação produtora de ciência. Atrelada a isso, a medicalização da loucura, impulsionada pela criação de um espaço e um projeto institucional destinado aos “loucos”, operava sobre o controle urbano, já que a cidade era vista potencialmente como foco das doenças. A existência do hospício caracterizava simbolicamente a cidade enquanto “civilização”, pois assemelhava-se às cidades modernas europeias, que dispunham de grandes e equipados hospícios.

O Hospital de Pedro II foi criado a partir do Decreto Imperial de 1841, inaugurado de fato no ano de 1852, e gerido sob a tutela da Santa Casa de Misericórdia. Sua criação foi constituída por meio de relações de força e tensões entre os diversos projetos institucionais existentes, que precisaram ser contrabalançados em determinados momentos, por meio de concessões, em prol da continuidade da instituição. O hospício, além de ter sido um receptáculo para o surgimento da lógica alienista brasileira, foi também influenciado pela lógica das instituições imperialistas da época (RIBEIRO, 2015), conformando um espaço onde diferentes interesses e papéis eram disputados: coexistiram interesses médicos, religiosos, policiais e familiares.

Se por um lado o poder imperial, centrado na figura de D. Pedro II atribuía o papel de local da ciência, muito reivindicado pela maioria dos médicos, a lógica caritativa da Irmandade da Misericórdia, apelava não só ao bem estar do corpo, mas também da alma dos indivíduos (RIBEIRO, 2015, p. 79).

Existiam também os interesses da polícia que controlavam os sujeitos que rompiam com a ordem por meio de mandados de internação, e a família, que também era responsável por enviar seus familiares para os hospitais.

Ainda durante o período em que a Santa Casa da Misericórdia era a instituição responsável por cuidar das ações de saúde, novas medidas passam a ser adotadas pelo Império, empenhadas no desenvolvimento da atividade médica, a partir da criação das primeiras academias médicas, que mais tarde são transformadas em faculdades de Medicina. Dentro de um contexto envolvendo diversos interesses, alguns entusiastas a favor da criação do hospício destacavam a conduta da Santa Casa, como incoerente, pois se tratava de uma instituição de caridade, que ao mesmo tempo reproduzia uma conduta repressiva, envolvendo castigos aos doentes. Assim, um dos argumentos acionados para a criação do hospício consistia na falta de eficácia no tratamento dos “loucos” internados na Santa Casa de Misericórdia, fazendo-se necessário, assim, um espaço que pudesse medicalizar e curar de fato os internos, por meio das ações físicas e morais influenciadas pelas experiências europeias. Nesse contexto, a incidência recorrente de epidemias, devido às escassas medidas sanitárias, abriu terreno para que o meio médico elaborasse um modelo de intervenção voltado para a aplicação de medidas saneadoras na cidade. Esse projeto de higienização estava em consonância tanto com os interesses médicos, quanto com os interesses do Estado, intervindo politicamente pela cidade do Rio de Janeiro.

Após a instauração da República, o Hospício Pedro II passou a ter a sua administração desvinculada da Santa Casa de Misericórdia, e sua denominação passou a ser Hospício Nacional de Alienados. A estrutura do hospital e os serviços disponibilizados eram organizados hierarquicamente (1^a, 2^a e 3^a classe), de forma diferenciada e distribuídos espacialmente conforme gênero, classe econômica e comportamento. Os indigentes eram recebidos gratuitamente pela instituição e os pensionistas pagavam diária conforme sua classe. O uso do trabalho, por exemplo, enquanto fim terapêutico e moral, era imposto de forma obrigatória apenas aos internos da 3^a classe, enquanto aos demais era recomendado o uso da biblioteca, sem uma condição de obrigatoriedade. Essas distinções também se manifestavam nas refeições disponíveis e nos seus horários. Ao mesmo tempo em que a Santa Casa de Misericórdia pregava seus projetos a partir de um discurso religioso cristão, pautado nos preceitos de solidariedade, caridade e assistência aos mais pobres, acabava também reproduzindo e reforçando preconceitos raciais e distinções sociais característicos da sociedade colonial, por meio de sua organização interna e hierárquica baseada em valores como honra e prestígio (MELO, 2009 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 156).

Conforme a demanda por internações foi crescendo gradativamente, partindo das autoridades policiais e também das famílias, a questão da superlotação do Hospício forçou uma realocação dos internos. Por decreto, foi criada uma colônia exclusiva para mulheres no bairro do Engenho de Dentro. Mais tarde, devido às novas incorporações, a colônia passou a receber também homens, ficando conhecida como Colônia de Alienados, e mais tarde, com a transferência dos internos do Hospício de Pedro II e sob nova direção, passou a se chamar Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro.

1.2 As experiências de reformas e as novas configurações do modelo assistencial

O processo de reforma psiquiátrica brasileiro deu-se de maneira desigual e heterogênea, influenciado pelas experiências de reformas no resto do mundo, principalmente, pela experiência italiana, marcada pelo pensamento de Franco Basaglia⁷ (1924-1980).

A experiência da Segunda Guerra Mundial desencadeou uma reflexão sobre as ações humanas, o que refletiu também outro entendimento acerca das práticas dentro dos hospitais psiquiátricos, já que esses espaços se assemelhavam de alguma forma com os campos de concentração⁸. Surgem, então, as primeiras experiências de reformas psiquiátricas. Amarante (2007) define teoricamente as principais vertentes dos movimentos de reformas entre: Comunidade Terapêutica e Psicoterapia Institucional, nas quais ambas concordam que o pressuposto do fracasso da prática psiquiátrica estava essencialmente na gestão do hospital, e que por sua vez, a solução seria incluir mudanças na instituição. De um outro lado, estaria o grupo formado pela Psiquiatria de Setor e a Psiquiatria Preventiva, que entendem que esse modelo hospitalar estava falido e que era preciso uma transformação gradativa que fosse substituindo o foco no hospital psiquiátrico em função de serviços assistenciais como, por exemplo, os hospitais-dia, oficinas terapêuticas, centros de saúde mental entre

⁷ Franco Basaglia, psiquiatra italiano, foi precursor do movimento de reforma psiquiátrica italiana conhecida como Psiquiatria Democrática, na qual se empenhou a desconstruir o paradigma psiquiátrico clássico, que transformou a loucura em doença.

⁸ O trabalho da jornalista Daniela Arbex, "Holocausto brasileiro", em formato livro-reportagem, traz a história de violência financiada pelo Estado, que permeou a história do maior hospício do Brasil, conhecido por Colônia, na cidade de Barbacena (MG).

outros. Já as vertentes da Antipsiquiatria e a Psiquiatria Democrática iam além, questionavam o próprio modelo científico psiquiátrico, assim como suas instituições assistenciais.

Em uma das experiências de reforma na França, François Tosquelles (1912-1994), catalão, atuou no hospital de Saint-Alban, a partir das ideias da Psicoterapia Institucional – ou Coletivo Terapêutico –, incorporando a noção de escuta polifônica, de acolhimento da instituição em relação aos internos, sem se limitar a uma única abordagem conceitual. Tosquelles, diferentemente de Franco Basaglia, não estava propondo o fechamento dos hospitais psiquiátricos, mas uma reconfiguração das relações intra-institucionais, onde mais tarde, por volta dos anos 50 e 60, esse modelo mostrou limitações, já que começou a perceber-se a necessidade de ações para além do espaço institucional. O grupo relacionado com a Psiquiatria de Setor observou a necessidade de estabelecer um trabalho terapêutico continuado mesmo após a alta hospitalar. Nesse contexto, de forma pioneira, foram criados os Centros de Saúde Mental (CSM) e distribuídos estrategicamente, considerando a taxa populacional das regiões francesas (regionalização). Outra importante mudança foi a descentralização do papel do médico, em função do trabalho em equipe, ou seja, agora o tratamento, além de continuado, contava com a participação de diferentes profissionais como psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais. Já a Psiquiatria Preventiva (ou Saúde Mental Comunitária), surgiu nos Estados Unidos, tendo como figura precursora o psiquiatra Gerald Caplan (1917-2008). No contexto estadunidense de Guerra do Vietnã, do uso de drogas, das gangs, dos movimentos como beatnik e black power, e de outras questões em disputa, o presidente John F. Kennedy fez referência à Psiquiatria Preventiva como uma das estratégias para o enfrentamento dos problemas sociais em voga no país. Segundo Caplan, a “teoria etiológica inspirada no modelo da História Natural das Doenças de Leavell e Clark, pressupõe uma linearidade no processo saúde/enfermidade” (*apud* AMARANTE, 2007, p. 48). Essa teoria possibilita o entendimento das doenças como passíveis de serem prevenidas e identificadas precocemente, isto é, favorece uma espécie de “busca de suspeitos”, de sujeitos em potencial que poderiam desenvolver futuramente desordens mentais. Para a intervenção preventiva, um conceito passou a ser estratégico: o conceito de “crise”, construído fundamentalmente a partir das noções de “adaptação e desadaptação social”, oriundos da Sociologia, e que permitiam a ampliação da ação da psiquiatria para além da noção mais restrita da doença mental” (AMARANTE, 2007, p. 49).

Foi em grande parte a partir do entendimento do conceito de crise que a Psiquiatria Preventiva passou a realizar um trabalho em saúde mental de base comunitária.

Outro conceito fundamental foi o de “desvio”, migrado também das ciências sociais, e que se refere a um comportamento desadaptado à norma socialmente estabelecida, o que, no entendimento da Psiquiatria Preventiva, significava dizer que seria anormal ou pré-patológico (AMARANTE, 2007, p. 50).

Além disso, o conceito de “desinstitucionalização” também surge no contexto da Psiquiatria Preventiva nos EUA, tornado-se fundamental entre as diretrizes das políticas de saúde mental do país, entendido como processo de desospitalização, diminuindo o tempo de permanência e o número de internações. Esse processo, porém, acabou aumentando a demanda por serviços extra-hospitalares, assim como pelos hospitais psiquiátricos, onde os próprios serviços acabaram conduzindo novos clientes para os hospitais. Alguns pesquisadores do campo consideram que a Psiquiatria Preventiva representou apenas um novo e diferente projeto de medicalização e manutenção da ordem social (AMARANTE, 2007).

Já os grupos da Antipsiquiatria e a Psiquiatria Democrática, de algum modo, não são considerados como reformas, segundo Amarante (2007), pois colocaram em questão o próprio paradigma psiquiátrico, na tentativa de romper com esse modelo. Nesse sentido, as transformações não deveriam ocorrer dentro do espaço manicomial, mas na própria estrutura do saber psiquiátrico, que por sua vez produz o próprio manicômio. A Antipsiquiatria teve início na Inglaterra no final dos anos 50, com maior repercussão nos anos 60. Ronald Laing (1927-1989) e David Cooper (1931-1986), psiquiatras que se destacaram, identificaram que as pessoas entendidas por loucas sofriam maus tratos não apenas dentro dos hospitais psiquiátricos, como também na família e na sociedade como um todo. Michel Foucault, por exemplo, coloca a questão da absorção de esquemas disciplinares exteriores, derivados das escolas, dos quartéis, dos saberes médicos e psiquiátricos nas relações intrafamiliares, e o surgimento da questão disciplinar do normal e do anormal dentro da família. Dessa forma, o espaço familiar foi essencial para endossar uma lógica de normatização dos comportamentos e das condutas sociais, um lugar de classificação e de legitimação dos papéis sociais. Além disso, Laing e Cooper desenvolveram a hipótese de que o discurso dos “loucos” denunciava as tramas, os conflitos e as

contradições na família e na sociedade como um todo (AMARANTE, 2007). Segundo David Cooper (*apud* AMARANTE, 2007, p. 52):

[...] a experiência dita patológica ocorre não no indivíduo enquanto corpo ou mente doente, mas nas relações estabelecidas entre ele e a sociedade. A crítica mais profunda à psiquiatria se refere ao marco teórico-conceitual que, ao adotar o mesmo modelo de conhecimento das ciências naturais, produziria um enorme equívoco metodológico.

Dessa forma, a doença mental não existiria enquanto objeto natural, e sim enquanto experiência do sujeito em relação com a esfera social. De acordo com essa corrente, as instituições psiquiátricas além de reproduzirem as estruturas de opressão presentes dentro da esfera familiar, acabavam por radicalizar essas mesmas estruturas em outro contexto, por meio do uso de diferentes mecanismos de violências.

A noção de desinstitucionalização, antes correspondente à ideia de desospitalização, passa a assumir gradativamente um significado mais amplo e complexo. Na Psiquiatria Democrática, o psiquiatra italiano Franco Basaglia foi seu principal representante, influenciado, por exemplo, pelo trabalho de Michel Foucault e Erving Goffman, passou a questionar a psiquiatria enquanto ideologia, com o intuito de desconstruir o manicômio. Erving Goffman, vindo da Escola de Chicago, um dos representantes do interacionismo simbólico, da microssociologia, com forte influência da psicologia, ocupou-se em analisar a produção de uma sociedade na ação e na prática diárias, a partir das vivências sociais. No trabalho “Manicômios, Prisões e Conventos”, Goffman realizou uma análise do modelo asilar, assim como outras instituições de controle, consideradas instituições totais.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 2015, p. 11).

Segundo o autor, o aspecto geral que caracteriza uma instituição total diz respeito ao controle de diversas necessidades humanas através da organização de grupos controlados de pessoas e de sua supervisão por uma equipe dirigente (representando a instituição). Por sua vez, esse controle faz com que as esferas da vida de um sujeito já não sejam mais separadas, pois todos os aspectos da vida são realizados no mesmo lugar, sob uma única autoridade; as atividades diárias são realizadas conjuntamente e reguladas pelo estabelecimento rigoroso de horários, com

o objetivo de atender as demandas da instituição. As instituições totais tendem a retirar todas as referências do eu, por meio do controle das identidades, e das possibilidades de interagir e negociar as ações dos sujeitos. A classificação externa elimina a possibilidade de negociação dos indivíduos com eles próprios, há uma descaracterização em relação às referências materiais na formação das identidades. Além disso, a operacionalização das instituições totais implicaria a morte do eu, pois o indivíduo age conforme regras e é submetido ao controle. Goffman trabalha com essas regiões de interações, com estigma e o desvio enquanto formadores das identidades, e com a produção social da subjetividade. Em seu trabalho *Estigma* (1988), o autor define o desvio como algo que é não em si mesmo, mas consiste no ato em conjunto de relações, considerando as características da pessoa praticante e as regras morais constituídas. Os sistemas de classificação são estabelecidos dentro e entre os grupos a partir de atributos, isto é, as identidades estão ligadas à construção social e são conformadas a partir das relações e negociações existentes nas interações situadas espacialmente e temporalmente.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo nem honroso nem desonroso (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Nesse sentido, os ambientes sociais dão pistas sobre a identidade dos tipos de pessoas que nele encontramos. As categorias de estigma estariam relacionadas às abominações do corpo, às fraquezas do caráter e às questões de raça, religião e nação, por exemplo (GOFFMAN, 1988). O estigma e o estereótipo pressupõem uma identidade social atribuída ao outro, precisamos do outro para atestar a nossa normalidade. Esse indivíduo é capaz de criar uma carreira moral diante do estigma existente – atribuído pelo outro –, que tem a ver com a criação de estratégias. Apesar de determinados sujeitos carregarem a marca do estigma, existe a possibilidade de manipulação do eu em função do desejado em determinada situação, porém, não se trata de um eu autônomo, mas na construção estratégica enquanto personagem de acordo com uma intencionalidade. O que a psiquiatria entende como “curso natural da doença”, Goffman entende como “carreira moral do doente mental” (AMARANTE, 2007). A partir dessas compreensões,

Franco Basaglia passou a formular um pensamento e uma prática institucional [...] voltadas para a ideia de superação do aparato manicomial,

entendido não apenas como a estrutura física do hospício, mas como o conjunto de saberes e práticas, científicas, sociais, legislativas e jurídicas que fundamentam a existência de um lugar de isolamento, segregação e patologização da experiência humana (AMARANTE, 2007, p. 56).

Essa experiência de reforma psiquiátrica ocorreu no início da década de 70, no hospital psiquiátrico de Trieste, norte da Itália, onde foram criados diversos serviços e dispositivos substitutivos que foram de fato tomando o lugar do modelo manicomial, até o fechamento da instituição. Os CSM foram os primeiros serviços substitutivos implantados com base territorial, como já falado anteriormente, oferecendo uma nova forma de conviver com as questões relacionadas à loucura. A criação de cooperativas de trabalho, residências para os ex-internos do hospital, além da criação de grupos musicais, teatrais etc, foram outras estratégias elaboradas com intuito de habitar a cidade, partindo da noção de inclusão social.

O modelo psiquiátrico nascido do modelo biomédico, fundado em um sistema terapêutico, sinônimo de hospitalização, se assemelhava às prisões, tanto na sua estrutura física, quanto no método correccional adotado, legitimados legalmente. Amarante tenta mostrar que essas experiências de reformas psiquiátricas se reduziram à reformulação desses serviços, seja na tentativa de humanização do hospital, com a introdução de tratamentos terapêuticos, seja na criação de serviços extramuros, que fizessem do hospital a última opção. Nesse sentido, o autor sinaliza o perigo limitante dessas reformas, que ao focalizar em um único processo de transformação desses serviços assistenciais, na tentativa de superar a lógica manicomial, acaba por retornar ou manter as estruturas que as reformas buscavam romper.

Como tentativa de escapar a essa limitação, Amarante (2007) corrobora com a compreensão do psiquiatra italiano Franco Rotelli (1942), em relação ao campo de saúde e atenção psicossocial enquanto processo social complexo, e não enquanto modelo fechado. Esse processo abarca as dimensões teórico-conceitual, jurídico-política, técnico-assistencial e sociocultural. Isso significa que

[...] um processo social complexo se constitui enquanto entrelaçamento de dimensões simultâneas, que ora se alimentam, ora são conflitantes; que produzem pulsações, paradoxos, contradições, consensos, tensões (AMARANTE, 2007, p. 63).

O saber psiquiátrico, em sua dimensão teórico-conceitual, foi fundamentado pelas ciências naturais e sua pretensa neutralidade, influenciado por sua vez pelo positivismo com seu protagonista mais expressivo Augusto Comte, onde as ações e

intervenções na sociedade seriam geridas por princípios científicos. Dessa forma, o conhecimento psiquiátrico classificava as doenças como objetos dados na natureza, fora do ser humano. A Psiquiatria Democrática busca ir na contra-mão dessa linha teórica, pautando hoje suas ações de um programa de saúde, por exemplo, direcionadas a um público em específico, que são atravessados por fatores políticos, ideológicos, éticos, além de questões religiosas, culturais, entre outros, que são levados em consideração. Basaglia, o principal protagonista da Psiquiatria Democrática, inspirou-se no conceito de “redução analógica”, de Edmund Husserl (1859-1938), considerado o fundador da fenomenologia, que entendia o sujeito e sua experiência a partir de uma nova episteme, a de “doença entre parênteses”:

A estratégia de colocar a doença entre parênteses é, a um só tempo, uma ruptura com o modelo teórico-conceitual da psiquiatria que adotou o modelo das ciências naturais para conhecer a subjetividade e terminou por objetivar e coisificar o sujeito e a experiência humana (AMARANTE, 2007, p. 67).

Nesse contexto de experiências que passaram a repensar os paradigmas científico e médico o movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970 no Brasil. A expressão reforma sanitária foi usada para se referir ao conjunto de ideias relacionadas às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema hospitalar, mas todo o setor da saúde, em seu sentido mais amplo, em busca da melhoria das condições de vida da população. Esse movimento contou com o envolvimento de grupos de médicos, profissionais de diferentes áreas e cidadãos preocupados com a saúde pública, que por sua vez, foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma arena de discussões políticas. Este processo teve como marco institucional a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. As propostas da Reforma Sanitária reivindicavam a universalidade do direito ao acesso à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do SUS. A reforma sanitária se constituiu enquanto uma reforma social, tendo o SUS como um elemento central dessa luta, ao mesmo tempo que suas premissas transcendiam às políticas estatuais, pois o movimento nasceu da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados, sendo ambiciosa em suas demandas caracterizadas por um viés integral.

Após 12 anos de sua elaboração, a Lei 10.216 de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e

redireciona o modelo assistencial em saúde mental, foi aprovada, fortalecendo o Movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil que vinha acontecendo em paralelo à Reforma Sanitária. A lei parte do pressuposto de reinserção social do sujeito portador de transtorno mental⁹. O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) surge no período de tentativa de redemocratização, no Rio de Janeiro, por volta do ano de 1978, munido de um discurso crítico sobre a prática da psiquiatria tradicional, ancorado no conceito de desinstitucionalização, que será desenvolvido mais adiante. A partir daí, uma série de encontros com os profissionais da saúde mental foram realizados, fortalecendo o movimento social, definindo estratégias e envolvendo novos atores sociais.

Ao colocar em primeiro o lugar o sujeito e sua experiência de vida no âmbito cotidiano, da família, dos amigos, dos seus desejos e projetos, conseqüentemente há uma ampliação da noção de integralidade no que tange à prática no campo da saúde mental e da atuação dos dispositivos. Para além das mudanças na dimensão assistencial, no que diz respeito à esfera jurídico-política, segundo Amarante (2007, p.69), é preciso realizar uma revisão da legislação, que ainda comporta representações prejudiciais em relação aos sujeitos em sofrimento, dificultando o exercício de sua cidadania. Um exemplo abordado pelo autor se refere a utilização da expressão portadores de transtorno mental:

A legislação brasileira utiliza a expressão “os portadores de transtorno mental”. Não nos dá a ideia de alguém carregando um fardo, um peso enorme e eterno, inseparável e indistinguível do sujeito? [...] Por estas razões no campo da saúde mental e atenção psicossocial se tem utilizado falar de sujeitos “em” sofrimento psíquico ou mental, pois a ideia de sofrimento nos remete a pensar em um sujeito que sofre, em uma experiência vivida de um sujeito (AMARANTE, 2007, p. 68).

Uma outra questão da legislação vigente se refere questão à inclusão social e dos direitos humanos, e da importância da promulgação da Lei 10.216 de 2001 que redireciona o modelo assistencial em saúde mental, porém não assegura a extinção continuada dos manicômios. Mesmo com as conquistas das políticas públicas Amarante ressalta que:

[...] falar de cidadanias e direitos não basta, como não basta aprovar leis, pois não se determina que as pessoas sejam cidadãs e sujeitos de direito por decreto. A construção da cidadania diz respeito a um processo social [...] É preciso mudar mentalidades, mudar atitudes, mudar relações sociais (AMARANTE, 2007, p. 71).

⁹ Termo adotado pela legislação, apesar de ser controverso.

As representações sociais que giram em torno das pessoas que perderam a razão, por isso, perigosas, alienadas, levaram tanto a construção de lugares de correção, respaldos por uma legislação dura e autoritária, e vice-versa, reforçando o imaginário em torno da invenção do “louco”. Ainda hoje podemos considerar que exista uma cultura manicomial, na qual a loucura e a periculosidade ainda estão atreladas, que entende a loucura como algo fora do controle, que deve ser contido. Essa construção entorno dos sujeitos que passam pelo sofrimento psíquico acaba reforçando os estereótipos tanto de periculosidade – que prevê a possibilidade de um sujeito agir novamente conforme uma ação já realizada –, quanto de descontrole. Segundo Amarante, a dimensão sociocultural na experiência da reforma psiquiátrica é essencial, pois é a partir da incorporação da sociedade nesse processo, incluindo, a família, os próprios usuários, profissionais do campo que a reflexão sobre a loucura pode ser aprofundada.

Tanta foi a participação social e política que foi criado o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, no Rio de Janeiro, no ano de 1978, além da organização associações e de congressos comprometidos com a reforma psiquiátrica. Outros importantes marcos foram a 8ª Conferência Nacional de Saúde, comentado anteriormente, que possibilitou o envolvimento de novos atores para o debate e o Congresso que ocorreu na cidade de Bauru (SP) em 1987, além da realização de conferências intersetoriais que incluíam diferentes áreas como a cultura, direitos humanos, assistência social, economia entre outras. Ainda devido aos frutos da participação social foi introduzido um capítulo referente à saúde na Constituição e, mais tarde, a Lei 8.080 de 1990 instituiu o SUS, e a Lei nº 8.142 que dispõe sobre a gestão e a participação da comunidade no SUS. A proposta de um modelo de atenção baseado na comunidade e não centrado apenas no hospital configurou-se como escolha da política pública de saúde mental no país. Um dos resultados dessas lutas e dessa nova dimensão sociocultural foi a celebração do Dia da Luta Antimanicomial, comemorada no dia 18 de maio através de intervenções na cidade, onde os usuários e pares provocam o debate e a participação social e política.

A partir desse redirecionamento assistencial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) procuraram incorporar na sua prática de trabalho profissionais de diversas áreas de acordo com as demandas dos usuários, pautando-se no princípio de intersectorialidade e nos serviços de base territorial atuantes na comunidade. O trabalho do CAPS vai desde a criação de grupos temáticos com os usuários, que debatem, por exemplo, sobre questões políticas, sobre as medicações, até o auxílio

dos assistentes sociais na obtenção de emprego, vale transporte, visitas domiciliares, além da realização de oficinas diversas, ou seja, outros aspectos da saúde dos usuários são levados em consideração. Outro programa criado nessa nova configuração foi a Estratégia Saúde da Família (ESF) referente à atenção primária em saúde, que também tira o foco predominantemente biomédico e do espaço hospitalar.

Na tradição inspirada em Michel Foucault (1977a) e Ivan Illich (1975), medicalização diz respeito à apropriação, por parte da medicina, ou predominantemente médica. Ou seja, diz respeito à possibilidade de tornar “médico” aquilo que é da ordem do social ou econômico ou político, como por exemplo, uma situação de violência social na qual as pessoas que são objetos da violência são medicalizadas (AMARANTE, 2007, p. 95).

Dentro do campo prático da saúde mental e atenção psicossocial a experiência da crise ainda é um desafio: não se trata apenas do resultado da doença em si, mas uma situação que se desenvolve com o social, envolvendo as relações desse sujeito com o outro, novamente a noção de processo social.

Em atenção psicossocial se usa a expressão “responsabilizar-se” pelas pessoas que estão sendo cuidadas. A psiquiatria se refere à relação médico-paciente, mas na verdade o que ela estabelece é uma relação médico-doença” (AMARANTE, 2007, p. 82).

Esse novo entendimento por grupos afinados com os movimentos de reformas mais radicais fundamentou um dos princípios norteadores das ações em saúde mental e atenção psicossocial sendo a busca pela superação do modelo manicomial, a partir da integração de diferentes áreas de conhecimento e saberes, articulados com o território.

Na complexa rede de saberes que se entrecruzam na temática da saúde mental estão, além da psiquiatria, a neurologia e as neurociências, a psicologia, a psicanálise (ou as psicanálises, pois são tantas!), a fisiologia, a filosofia, a antropologia, a filologia, a sociologia, a história, a geografia (esta última nos forneceu, por exemplo, o conceito de território, de fundamental importância para as políticas públicas). Mas se estamos falando em história, em sujeitos, em sociedades, em culturas, não seria equivocado excluir as manifestações religiosas, ideológicas, éticas e morais das comunidades e povos que estamos lidando? (AMARANTE, 2007, p. 16).

Segundo Dalmolin (2006), apesar dos esforços e avanços obtidos com a reforma psiquiátrica, não houve uma “revolução” nas políticas institucionais de saúde mental, e a própria sociedade ainda estigmatiza o indivíduo em sofrimento psíquico, como se fosse uma condição sem possibilidades de transformações, ao invés de ser entendido enquanto um processo. Uma doença não é um fenômeno isolado em um indivíduo, é uma construção cultural, um paradigma fabricado, difícil de ser desconstruído.

2 A CRIAÇÃO DO HOSPITAL DO ENGENHO DE DENTRO

A proposta de criação das colônias de alienados deu-se como tentativa inicial de resgatar o potencial terapêutico da instituição psiquiátrica (AMARANTE, 2007, p. 38), com base no argumento, já usado outras vezes, do trabalho terapêutico. A superlotação dos asilos, e a dificuldade de separar loucura e sanidade resultaram em práticas que consistiam na construção de colônias em regiões agrícolas. As primeiras inauguradas no Brasil foram a Colônia de São Bento e a Colônia Conde de Mesquita, localizadas na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro. Houve um grande investimento na criação das colônias, que por sua vez, acabaram reproduzindo a mesma lógica dos asilos tradicionais.

O bairro do Engenho de Dentro, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, até o século XVIII era um produtivo engenho de cana-de-açúcar de propriedade dos jesuítas, até esses serem expulsos por fazendeiros que se apossaram dos engenhos da região, até a chegada da corte portuguesa no ano de 1808 (OLIVEIRA, 2007). A construção da Estação de trem no bairro foi responsável por impulsionar um crescimento significativo no Engenho de Dentro, junto com o intenso movimento e produção existente nas oficinas envolvidas com as atividades ferroviárias. A história do Hospício de Engenho de Dentro, na época chamado Centro Psiquiátrico Nacional, foi marcada pela absorção do Hospício Psiquiátrico Nacional (anteriormente conhecido como Hospital de Pedro II), da Praia Vermelha.

A criação da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro no ano de 1911 foi um projeto pensado estrategicamente como forma de amenizar o problema do excesso de mulheres internadas no Hospício Psiquiátrico Nacional. O tipo de trabalho exercido dentro da Colônia era basicamente voltado para oficinas de atividades manuais como costura, tecelagem e pequenas manufaturas, ao contrário do modelo agrícola, característico das colônias, provavelmente devido ao fato de ser uma colônia voltada para as mulheres, implicando na divisão sexual do trabalho, anteriormente pontuada. Entretanto, mesmo depois da incorporação de homens na colônia, os trabalhos manuais foram mantidos.

Diversos diretores assumiram a gestão da Colônia implementando uma série de transformações na estrutura e nos serviços de tratamento, incluindo a criação de cursos de formação na área de enfermagem, assistência familiar, psicologia e

psiquiatria. No ano de 1938, a Colônia passou a se chamar Centro Psiquiátrico Nacional, e em 1942 incorpora o Hospital Psiquiátrico Nacional.

Já na década de 60, em mais uma mudança de nome, respaldada por decreto lei, o Centro Psiquiátrico Nacional passa ser chamado Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII). Segundo Edmar Oliveira, durante esse período de ditadura militar o CPPII enfrenta um momento de sucateamento e desativação de serviços em paralelo à expansão da rede privada de serviços psiquiátricos. O autor ressalta que nesse período o trabalho realizado por Nise da Silveira (1905-1999) no Museu de Imagens do Inconsciente, desde a sua atuação no Setor de Terapia Ocupacional e Reabilitação (STOR) até a criação do Museu, foi uma forma de resistência em relação ao desmonte que ocorria na instituição.

2.1 Nise da Silveira e o Museu de Imagens do Inconsciente

O surgimento do Museu de Imagens do Inconsciente não corresponde a uma história que tradicionalmente se imagina em relação a um museu. Não surgiu para exaltar a figura de um herói, ou para expor coleções raras de artistas consagradas, e nem mesmo para contemplarmos objetos da antiguidade, não surgiu também para ser um espaço de estudo científico sobre espécimes da natureza, ou um lugar para divulgar novas e antigas tecnologias. O perfil da instituição pode ser compreendido como um tipo de reflexo da conduta ideológica e política de quem o concebe. Segundo Mário Chagas, um lugar, coisas que ancoram poder e memória, e um ente – seja ele individual ou coletivo – possuído e possuidor de imaginação criadora são elementos essenciais para a constituição de um museu (CHAGAS, 2009, p. 57).

Nise da Silveira (1905-1999) médica, alagoana, veio de uma família intelectualizada, estudou e formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, a única mulher em uma turma com cerca de 157 homens. Em 1926, foi aprovada em um concurso para o cargo de médica psiquiatra no Centro Psiquiátrico Nacional (CPN), localizado na época na Urca – onde hoje se situa um dos campus da UFRJ (Praia Vermelha). Com a perseguição dos intelectuais de esquerda pela ditadura da era Vargas, Nise foi denunciada por uma enfermeira do CPN, acusada de praticar leituras marxistas, sendo presa e afastada do serviço público durante o período de 1936 a 1944. Após ser anistiada, reassumiu o cargo de médica no CPN que passou a funcionar no Engenho de Dentro. Longe da prática psiquiátrica, ao voltar, Nise se

surpreendeu e se rebelou contra as inovações dos métodos de tratamento de origem organicista¹⁰ que estavam em voga no momento, dentre os quais destacavam-se o eletrochoque, a lobotomia e o coma insulínico.

Paramos diante da cama de um doente que estava ali para tomar eletrochoque. O psiquiatra apertou o botão e o homem entrou em convulsão. [...] Quando o outro paciente ficou pronto para a aplicação do choque, o médico me disse: - Aperte o botão. E eu respondi: - Não aperto! Aí começou a rebelde (GULLAR, 1996, p. 46).

Nesse momento, Nise tentou se afastar da chamada psiquiatria tradicional e iniciou a sua “psiquiatria rebelde”, em busca de um trabalho que considerava mais humanizado, e também científico. Segundo Luiz Carlos Mello (MELLO, 2007, p. 11), Nise foi uma das precursoras da Reforma Psiquiátrica, a partir do trabalho que desenvolveu na Casa das Palmeiras, criada em 1956, espaço idealizado ao avesso dos métodos que a psiquiatria vigente preconizava.

Nise da Silveira recusou as novas formas de tratamento considerando-as agressivas e desumanas, sugerindo ao diretor do CPN na época, Paulo Elejalde, a criação de oficinas de atividades expressivas que servissem como alternativa aos demais tratamentos. Assumiu então a Seção de Terapêutica Ocupacional (STO) que já existia, porém, as atividades realizadas pelo setor não estavam de acordo com a conduta da doutora. Antes de assumir a STO – um serviço considerado subalterno dentro do CPN –, as atividades eram basicamente trabalhos braçais, como limpeza das enfermarias, do terreno e dos sanitários, que os doentes realizavam mediante um pequeno salário. Em uma conversa com o diretor, Nise deixou claro que não pagaria os pacientes, pois a terapêutica ocupacional não era aquilo, mas uma forma legítima de tratamento. A ideia consistia na criação de oficinas que possibilitassem a capacidade de expressão e de criatividade dos pacientes, enfatizando que as atividades ocupacionais não serviam como meios para distrair os doentes, eram, na realidade, verdadeiros agentes terapêuticos (SILVEIRA, 1986, p. 53). O desenvolvimento da STO ocorreu gradualmente até existir dezessete núcleos de atividades, com o objetivo de oferecer condições aos frequentadores de expressarem suas vivências, além de incitar o fortalecimento do ego e das relações sociais (SILVEIRA, 1992).

Essas pessoas, muitas sem nenhuma atividade artística anterior, vivem uma experiência de descoberta que verdadeiramente, podemos nomear como

¹⁰ Corrente científica que considera causas biológicas para os transtornos psíquicos.

criação e recriação de suas próprias vidas – reinventam suas existências dia a dia (AMENDOEIRA, 2008, p. 2).

Dentre os diversos ateliês criados, como tecelagem, sapataria, encadernação, ganharam atenção especial os ateliês de pintura/desenho e escultura. Porém, mesmo Nise tendo recusado praticar tratamentos agressivos, as medicações dadas aos pacientes em excesso causavam grandes transtornos nos mesmos e suas consequências se refletiam nas atividades realizadas pela STO:

E como se sentem os doentes submetidos a essas drogas? Queixam-se de entorpecimento das funções psíquicas, dificuldade de tomar decisões, sonolência permanente. Verificamos nos doentes submetidos a neurolépticos¹¹, nos diferentes setores da Seção de Terapêutica Ocupacional redução ou perda total da capacidade criativa (SILVEIRA, 1992, p. 12).

Nise preocupou-se em buscar uma fundamentação teórica para estruturar o trabalho da Terapêutica Ocupacional. Desse modo, a ideia não era pensar em termos de doença, segundo as palavras da doutora, *“mas em função de indivíduos que tropeçam no caminho de volta à realidade cotidiana”* (SILVEIRA, 1986, p. 10). A partir dessa premissa, optou-se, não por acaso, por atividades que envolvessem a função criadora como meio para que as sensações e sentimentos adquirissem forma. Entretanto, nunca existiu a pretensão de que esses indivíduos realizassem obras de arte: o objetivo era abrir caminhos para a expressão por meio de símbolos que os aproximassem cada vez mais do nível consciente. Nise acreditava que essas atividades expressivas despotencializavam um mundo cheio de imagens e significados, antes reprimidos. De acordo com a declaração de um paciente do hospital psiquiátrico:

Nos sanatórios onde estive não podia contar às pessoas as minhas visões e as vozes que ouvia, porque revelar essas coisas significava ficar mais tempo internado e levar mais eletrochoque. Isso porque minha doença era tratada como sintoma e não como uma revelação de significados (SILVEIRA, 1992, p. 13).

A doutora compara os tratamentos psiquiátricos da época (eletrochoque, lobotomia, coma insulínico somado a um coquetel de medicamentos), com a sua nova metodologia de trabalho:

Confrontam-se, pois, duas formas opostas de tratamento psiquiátrico: a primeira, agressiva, anuladora das mais altas prerrogativas do ser humano; a

¹¹ Medicamentos que diminuem a agitação, as alucinações, os delírios; agem no sentido de reduzir ou cessar os sintomas, além de sedar o indivíduo.

segunda, ao contrário, estimuladora das possíveis potencialidades do indivíduo, num ambiente acolhedor (SILVEIRA, 1992, p. 23).

Nise justifica a escolha das atividades expressivas em detrimento daquelas que envolvem a realização de um trabalho mais regulado, considerando que “muitos indivíduos estão apenas aptos para atividades nas quais cada ato tenha valor próprio e proporcione prazer imediato”. A condução das atividades pelos profissionais sem influenciar o conteúdo da criação permite a espontânea expressão das emoções e dos processos imaginativos, que se manifestam e ganham forma na linguagem dos movimentos, dos sons, das cores, ou seja, possibilita a expressão de “vivências não verbalizáveis” (SILVEIRA, 1986, p. 13).

No processo de produção de escrita da obra “Cartas a Spinoza” (1995), Nise da Silveira se imagina mandando um conjunto de cartas datadas ao filósofo do século XVII, Baruch Spinoza (1632-1677). Em uma interlocução com o trabalho de Spinoza, Nise vai elucidando suas posições teóricas, trazendo relatos da transposição dessas posições em sua práxis dentro de seu campo de atuação, dentro dos ateliês do hospital e dentro de sua experiência de vida. Em determinada passagem, Nise relata que muitas vezes foi questionada se havia uma tentativa de acessar os autores das obras com o intuito de buscar explicações, traduzidas por meio da palavra, as imagens produzidas nas pinturas e modelagens dentro dos ateliês. Diz nunca ter recorrido a esse método:

Ao contrário, esforcei-me para estudar a linguagem do imaginário, seus arcaísmos, seus símbolos condensadores de intensos afetos, não raro contraditórios. Isso me parecia menos difícil que transpor tais formas de expressão para nosso falar cotidiano (SILVEIRA, 1995, p. 95).

O convívio e o afeto eram outros dois importantes fatores enfatizados em sua prática, pois contribuiriam para aflorar a criatividade a vontade de criar. Em entrevista concedida, a doutora relata:

Pretendia que o paciente na Terapia Ocupacional tomasse conhecimento com a matéria. E, outra vez, um paciente me mostrou que eu estava no caminho certo, quando certa vez me ofereceu um coração em madeira e no centro do coração um livro aberto. Quando me ofereceu isso, me disse: "um livro é muito importante, a ciência é muito importante, mas se se desprender do coração não vale nada". Tudo que eu sei de psiquiatria aprendi com eles (LEAL, 1994, p. 25).

A frase do paciente me parece sintetizar a importância da experiência do deixar-se afetar, da escuta, e da transformação disso em uma prática de trabalho pela doutora Nise, onde as potencialidades do convívio e das experiências afetivas foram

traduzidas na criação do MII, enquanto propulsor da criatividade e da possibilidade de expressão.

O ateliê de pintura foi aberto no dia 9 de setembro de 1946. Almir Mavignier¹², que recém se iniciava na pintura, foi personagem fundamental no êxito no trabalho realizado dentro dos ateliês de pintura e modelagem. Apesar de o principal objetivo ser terapêutico, seu olhar de artista estava interessado em descobrir talentos escondidos nos pátios e enfermarias do hospital. Encontrou assim Adelina Gomes, Fernando Diniz, Lúcio Noeman e Raphael Domingues, e outros vieram por vontade própria, como Abelardo Correia de Medeiros e Isaac Liberato. Não dava aulas, apenas conselhos técnicos, a fim de preservar a projeção de imagens do inconsciente.

Muitos frequentadores do ateliê, nunca haviam pintado antes da doença, entretanto, e mesmo assim o resultado foi uma vasta produção de pinturas. Devido ao volume de obras produzidas e a possibilidade de dar visibilidade a essas novas questões, foram realizadas quatro exposições no período que antecedeu a criação do Museu. Muitos críticos de arte – mais do que os próprios psiquiatras – manifestaram interesse pelas obras desses indivíduos, em especial o crítico Mário Pedrosa, que defendeu categoricamente o trabalho realizado dentro da STO, e passou a visitar o ateliê com frequência.

Em uma das exposições ocorrida no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, “9 Artistas de Engenho de Dentro”, alguns críticos e cronistas relacionaram a arte dos internos com a arte modernista de um ponto de vista ligado à decadência das vanguardas, e outros pela possibilidade de aproximar a arte dos “esquizofrênicos” com os modernos significar um estreitamento da distância entre os denominados “normais e anormais”. Nesse sentido, o trabalho realizado no Engenho de Dentro trazia à tona uma série de discussões sobre o fazer artístico, e o campo da arte enquanto autoridade capaz de legitimar o que está dentro da arte e o que está fora. Dias afirma que:

[...] a existência de possíveis artistas internados no hospital psiquiátrico [...] despertou no meio artístico um intenso debate, onde se questionava se o louco podia fazer arte e quais as implicações do reconhecimento do valor estético desses trabalhos para o campo das Artes (DIAS, 2004, p. 10).

O caso do Lúcio Noeman, interno que frequentava principalmente o ateliê de modelagem, coloca em debate o lugar da “loucura” e da capacidade criadora. Em

¹² Correntes da História da Arte consideram Almir Mavignier um dos artistas pioneiros da arte não-figurativa brasileira, mais especificamente do abstracionismo geométrico.

1950 foi organizado o I Congresso Internacional de Psiquiatria em Paris, e Nise escolheu 98 obras que fizeram parte da colaboração brasileira, com destaque para as esculturas de Lúcio antes e depois da lobotomia. Suas obras, segundo o próprio artista, representam guerreiros, que o protegem na sua luta cósmica contra as forças do mal. Lúcio foi lobotomizado, apesar de todas as investidas de Nise contra a cirurgia: “Vocês vão decapitar um artista” (SILVEIRA, 1992, p. 24). A tentativa de separar os pensamentos das reverberações corporais e de comportamento, através da intervenção cirúrgica da lobotomia, alterou sua capacidade criativa e criadora, além de não ter trazido benefícios em suas relações e atividades sociais. Segundo Nise, seus trabalhos posteriores tornaram-se irreconhecíveis, regredindo a uma condição considerada primária. O caso foi denunciado por Nise em livros, palestras, documentários e eventos científicos.

Com o crescimento cotidiano da coleção de pintura, desenho e modelagem dentro dos ateliês começou a se pensar na criação de um museu, como espaço que reunisse todo esse material de importância científica e artística. Foi inaugurado no dia 20 de maio de 1952 o Museu de Imagens do Inconsciente, compreendido como um desdobramento do trabalho realizado nos ateliês. A visibilidade que as obras dos artistas do Engenho Dentro receberam com as mostras e exposições possibilitou alcançar determinado público e alguns críticos de arte, além do reconhecimento por parte da comunidade científica, contribuindo para o surgimento do Museu.

A sistematização na organização da coleção possibilitou um aprofundamento das pesquisas que a Dra. Nise e seus colaboradores já vinham realizando sobre diversos assuntos relativos à loucura e à sua terapêutica. Essas pesquisas levaram Nise ao encontro de Carl Gustav Jung, e desse encontro resultou um fecundo relacionamento que viria trazer uma base teórica consistente aos estudos por ela desenvolvidos, e uma projeção internacional para a coleção (CRUZ JUNIOR, 2009, p. 17).

O primeiro contato com o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961), precursor da psicologia analítica, aconteceu em função da carta enviada pela doutora Nise indagando sobre uma série de pinturas com o simbolismo da mandala¹³ que

¹³ A palavra sânscrita mandala significa círculo. Como fenômeno psicológico aparece espontaneamente em sonhos, em certas situações de conflito e em casos de esquizofrenia. Em regra, a mandala ocorre em situações de dissociação ou desorientação psíquica, por meio de uma imagem circular, construída com base em um ponto central, no qual todas as coisas vêm relacionar-se, ou por um arranjo concêntrico, que compensa a desordem e a confusão do estado psíquico. A partir disso, Jung convida o MII para participar do II Congresso Internacional de Psiquiatria, em Zurique, no ano de 1957. Almir Mavignier, que na época morava na Europa, foi convidado para montar a exposição chamada “A Esquizofrenia em Imagens”, além de documentar, através de uma série de fotografias o encontro de Nise com Jung. Jung visitou toda a exposição,

surgiam espontaneamente no ateliê de pintura. Com o estudo das teorias de Jung, Nise passou a estudar a mitologia como meio para interpretar as imagens que provinham do inconsciente dos esquizofrênicos já que, segundo Jung, os mitos são manifestações da estrutura básica da psique humana¹⁴.

Assim, divergindo de seus contemporâneos, Jung atribui grande importância à imaginação, polarizando-a como atividade psíquica legítima. Atividade caracterizada pelo poder de configurar imagens. Imagens interiores que apreendem conteúdos profundos da vida psíquica, inacessíveis ao pensamento racional. Jung frisa ainda que a atividade imaginativa não tem em si caráter patológico, segundo lhe é de ordinário atribuído na área médica, pois se origina de dados objetivos inerentes aos básicos fundamentos da psique de todos os homens (SILVEIRA, 1995, p. 97).

Assim, todo esse trabalho teve como inspiração a psicoterapia junguiana, que além de objetivar a dissolução de conflitos intrapsíquicos e de problemas interpessoais, também facilitaria o desenvolvimento de “sementes criativas”, presentes em qualquer indivíduo (SILVEIRA, 1986, p. 15). A experiência de trabalho da doutora Nise tentou mostrar que a volta à “realidade” depende primordialmente do estabelecimento de uma relação de confiança com alguém, que por sua vez abrirá caminho para o contato com mais pessoas e com o ambiente ao seu redor. Com o aprimoramento das técnicas de acessar e interpretar esses símbolos, o trabalho diferenciado do MII chamou a atenção de diversos grupos, virando, na época, um polo de efervescência das ideias de Jung e da leitura das imagens, uma “arqueologia da psique”, segundo Nise.

Hoje o Museu possui mais de 350 mil obras, com um acervo em constante crescimento, juntamente com os desafios que o acompanham, considerando um reduzido quadro funcionários, entre eles contratados e cargos públicos. A criação do MII foi uma das primeiras experiências dentro do hospício que envolveu a participação de psicólogos e psicanalistas no Engenho de Dentro, ainda como estagiários e voluntários (OLIVEIRA, 2007).

detendo-se, em especial, na sala onde se encontravam as mandalas, fazendo comentários e interpretações. A partir do contato com Jung, Nise concluiu que a configuração de mandalas é um fenômeno que exprime tentativas de autocura não provenientes da reflexão consciente, mas de um impulso instintivo que busca a ordenação interna.

¹⁴ A partir do estudo da teoria junguiana, Nise considera que “A condição do esquizofrênico é a de alguém que está mergulhado nas regiões onde fluem imagens arquetípicas e tomam forma os temas míticos. Esse fluir, entretanto, não é tão desordenado como se poderia crer. A observação da pintura dos esquizofrênicos indica a presença ativa de um processo reorganizador, do qual resultam imagens que revelam a busca de um centro, as divisões ternárias e quaternárias, as aproximações de opostos, os símbolos unificadores” (SILVEIRA, 1992, p. 164).

A criação do museu não se deu de forma linear, o MII surgiu como uma espécie desdobramento dos trabalhos produzidos dentro dos ateliês de pintura e modelagem, principalmente. A visibilidade que as obras dos artistas do Engenho Dentro receberam com as mostras e exposições realizadas chamou a atenção do interesse do público e de alguns críticos de arte, além do reconhecimento por parte da comunidade científica, contribuindo para o surgimento do Museu. Os críticos de arte, além de ajudarem na divulgação do trabalho desses artistas, de alguma forma exerceram o papel de legitimação do valor artístico das obras, para além do valor terapêutico objetivado na prática do trabalho desenvolvido por Nise. Diferente dos demais espaços do Hospital, os ateliês do Museu, mantendo suas portas e janelas abertas, proporcionavam, mesmo que de modo pontual, um ambiente favorável para o exercício da liberdade individual e da cidadania dos internos que frequentavam esse espaço.

Dentro do campo da psiquiatria, Nise foi transgressora. Foi transgressora em muitos sentidos. Conseguiu sustentar a criação de um museu dentro de uma instituição total a partir de um ato rebelde. Ao não aceitar os tratamentos violentos da época, instituiu um espaço que considerava os sujeitos que ali estavam enquanto sujeitos em primeiro lugar. Acabou criando um modelo de museu, mesmo que não intencionalmente, que se transformou em um museu para além da ideia de espaço de controle e disciplinador, mas um espaço de resistência que tinha como objetivo oferecer a possibilidade de expressão e menos de repressão.

2.2 O processo de desinstitucionalização em voga

O movimento de formação de equipes de funcionários do CPPII passa a configurar-se então de maneira multidisciplinar contando com psicólogos, terapeuta ocupacional e assistente social, que passam a atuar junto com o médico e enfermeiro, de modo a reorientar o projeto assistencial de saúde mental da instituição. Esse novo projeto marcou o início de uma modernização estrutural, que contribuiu para o processo de reforma psiquiátrica institucional. A municipalização do CPPII ocorreu no ano de 1999, e o Decreto nº 18.917 de 2000 mudou a denominação da instituição que passa a ser chamada de Instituto Municipal Nise da Silveira. Inicia-se então o processo de desinstitucionalização a partir da implantação de serviços substitutivos e do trabalho em rede como:

[...] programa de Residência Terapêutica em comunidade; transformação de hospitais-dia na instituição em Centros de Atenção Psicossocial de base territorial; transferência da Emergência psiquiátrica para o hospital geral [...]; Projeto de Recuperação dos Arquivos Históricos e da criação do Memorial da Psiquiatria no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Em paralelo a esse processo, com o saber psiquiátrico sendo colocado em xeque, e as transformações no âmbito da saúde com o movimento da Reforma Sanitária, no Brasil, surge o lema “por uma sociedade sem manicômios”, reivindicado pela organização da categoria de base, o MTSM, que vai impulsionar também a Reforma Psiquiátrica por todo o país na década de 90. A realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), por exemplo, foi fundamental para a proposição das bases teóricas das experiências de Reforma Psiquiátrica no país.

Durante o período de efervescência da Reforma Sanitária, nas décadas de 1970 e 1980, a organização da 8ª Conferência Nacional de Saúde foi um marco, pois foi lá que foi proposta a aplicação do projeto do SUS em território nacional, fundamentado de acordo com os critérios de universalidade, equidade e integralidade (BRASIL, 2004). Assim, um dos principais frutos da Reforma Sanitária foi a criação do SUS, junto com uma considerável transformação nas políticas públicas de saúde. A Constituição de 1988 institui o SUS como dever do estado e direito da cidadania. Segundo Oliveira (2007), o projeto do SUS deu-se como tentativa de substituir um sistema de saúde dividido em castas: clínicas e consultórios privados para a elite, clínicas e consultórios conveniados com a Previdência Social para os trabalhadores registrados, hospitais psiquiátricos e públicos do Ministério da Saúde para os indigentes e camadas mais pobres. Dessa forma, como modelo substitutivo à estrutura manicomial, os CAPS passam a operar em diversas cidades do Brasil durante a década de 1990, e entram na agenda das políticas públicas em saúde mental. Na cidade do Rio de Janeiro, a rede de CAPS passa a ser implementada no ano de 1996, direcionadas às comunidades com maior densidade demográfica e mais carentes de serviços públicos, apesar da existência da rede e a da distribuição ainda ser insuficiente para dar conta da substituição dos leitos manicomiais nas regiões (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, a história por trás do IMNS foi marcada por uma série de incorporações e rupturas com diversas instituições hospitalares e manicomiais, e mudanças de nomes conforme as novas gestões iam assumindo a direção. Concomitante a essas transformações da instituição, o cenário político e social no

campo da saúde era atravessado por diversas mudanças que influenciaram a configuração de um novo desenho teórico e prático. O processo ético-político de desinstitucionalização do IMNS está atrelado aos princípios básicos que nortearam a implementação e a operacionalização do SUS. Mesmo com as dificuldades existentes, a construção do trabalho em rede e o processo de desinstitucionalização ocorreu – e ainda ocorre – de maneira que ações internas fossem implantadas de maneira consistente, a ponto de influenciar a concretização também das ações externas voltadas para a comunidade. Em relação ao planejamento estratégico das ações, um primeiro passo foi desenvolver uma mudança no modelo estrutural e gerencial:

Foram extintas as direções das unidades que compunham o complexo hospitalar e, no seu lugar, foi criada uma estrutura de Coordenações de Áreas de Ações Técnicas, que subordinava ações comuns a uma Coordenação Técnica (OLIVEIRA, 2007, p. 26).

Essa transformação na estrutura organizacional acabou por definir linhas de ações como: Programa de Atenção Psicossocial; Programa de Moradias; Programa de Internação Psiquiátrica; Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente; Centro Comunitário, Museu de Imagens do Inconsciente e Centro de Estudos¹⁵. Somando-se a essa reorganização, foram implementadas também mudanças administrativas como o redirecionamento da máquina pública para a efetivação dos novos serviços, em função da manutenção dos serviços existentes, a criação de um setor de recursos humanos responsável pelo treinamento e realocação dos funcionários de acordo com a proposta do programa. Todo esse processo de desinstitucionalização substitutiva caminha em direção a uma atuação mais presente no território, tentando criar uma rede que dê suporte às necessidades da comunidade, apesar de todas as resistências de custeio pelo poder público e da flexibilização da gestão para o modelo privado.

2.3 Implantação do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho

Um dos serviços substitutivos implantados foi o Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, que teve sua criação vinculada ao processo gradual de desinstitucionalização do IMNS, desencadeado pelos movimentos de políticas

¹⁵ Para mais detalhes sobre as linhas de ações, ver referência: OLIVEIRA, Edmar. Cuidando da desconstrução: do Engenho de Dentro para um Engenho de Fora. In: Archivos contemporâneos do Engenho de Dentro. Ano 1, n.1 (nov.2007) Rio de Janeiro: Instituto Nise da Silveira, 2007, p. 26-27.

públicas em Saúde Mental no ano de 2011, que estabeleceram as diretrizes gerais dos programas de Centro de Convivência e Cultura. Uma das diretrizes do Programa de Centros de Convivência e Cultura atenta para o caráter não assistencial, conforme a portaria nº 396, mas como “articuladores que buscam promover espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade”, configurando-se como “facilitadores da construção de laços sociais” (ANDRADE; PACE, 2014). São descritos como equipamentos estratégicos para a inclusão social, a partir da sustentação das diferenças na comunidade e nos espaços da cidade. O Relatório Final da III CNSM, realizada nos dias 11 a 15 de dezembro de 2001, em Brasília destaca que:

436. Acesso a cinemas, teatros, outros espaços de cultura e educação, deve se dar como inclusão não marginal, ou seja, participação em sessões comuns não específicas, em classes comuns, escolas regulares e não classes especiais. Esta acessibilidade deve ser reforçada pela iniciativa de um projeto de Lei (BRASIL, 2001, p. 124).

Desse modo, existe um ponto de tensão entre a tentativa de sustentar as diferenças na comunidade e nos demais espaços ocupados na cidade, com a inclusão não marginal – tipo de acessibilidade pontuada no Relatório da III CNSM. Segundo a portaria ministerial nº 396 de 2005 (foi suspensa em 2007 pelo Ministério da Saúde) que instituiu os Centros de Convivência e Cultura, pontua que esses espaços “não são equipamentos assistenciais, mas espaços de articulação com a vida cotidiana”. Andrade (2014) ressalta que a portaria não dá conta de assegurar a permanência dos Centros de Convivência e Cultura, que é preciso uma outra lei que defina principalmente o financiamento intersetorial.

A existência dos Centros de Convivência e Cultura está em consonância com a articulação em rede com outros serviços e dispositivos de saúde, como por exemplo, os Serviços Residenciais Terapêuticos, Programas de Saúde da Família, CAPS, além de parcerias com espaços de cultura, educação, ONGS etc. Por isso, a importância de tratamentos de base territorial, pois a vida se produz no território, na cidade, perto de onde o sujeito vive, onde ele cria suas relações, ao contrário do que acontece com as internações que produzem um sequestro dessa vida cotidiana. Em 2013, o I Encontro Nacional de Redes de Atenção Psicossocial do SUS realizado em dezembro na cidade de Pinhais (PR), reafirmou a importância dos Centros de Convivência e Cultura ao Ministério da Saúde:

4) Recomendações quanto aos centros de convivência e cultura: Regulamentação em nova portaria ministerial, com previsão de infra-estrutura

e recursos humanos adequados, instituindo formas de incentivo e fontes de financiamento para sua implantação e manutenção (CARTA RAPS, 2013).

O processo de implantação do Centro de Convivência e Cultura no IMNS foi iniciado em agosto de 2011, sendo o segundo dispositivo público dessa natureza compondo a Rede de Saúde Mental na cidade do Rio de Janeiro (ANDRADE; PACE, 2014). No início, não existia um espaço físico específico, e a equipe contava com uma psicóloga e um estagiário voluntário. O trabalho foi sendo realizado através de parcerias com outros espaços dentro do IMNS, e aos poucos, foram sendo realizadas atividades extramuros, como encontros em espaços culturais (Centro Cultural Banco do Brasil, Caixa Cultural, Sesc Engenho de Dentro, Teatro Carlos Gomes, entre outros).

Em 2013, conforme o processo de desinstitucionalização ocorria no IMSN, um espaço em um dos prédios foi designado para atuação do Centro de Convivência e Cultura, contribuindo para um novo redirecionamento das ações e atividades. Essa realocação física incluiu, também, um espaço que passou a ser usado e ocupado por exposições com obras produzidas pelos frequentadores/clientes e parceiros do serviço. O trabalho realizado pelo dispositivo atua em articulação com os CAPS da Rede de Atenção Psicossocial da Zona Norte e com a comunidade do entorno.

O Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho por não ser um lugar de tratamento *stricto sensu* torna-se um potente agenciador de uma clínica itinerante que se dá nos interstícios do tecido urbano, utilizando-se dos recursos existentes na comunidade (ANDRADE; PACE, 2014).

A presença cotidiana na cidade desacomoda os modos de compreensão da loucura na medida em que convoca o retorno da mesma ao convívio em sociedade, sendo este o caráter político das ações do dispositivo (ANDRADE; PACE, 2014). Na rede social, o Trilhos do Engenho apresenta-se para o público da seguinte forma:

O Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho é um dispositivo público que compõe a rede de atenção substitutiva em Saúde Mental. Tem como objetivo principal promover a autonomia e a (re) inserção social de pessoas com sofrimento psíquico, fortalecendo a sociabilidade, a produção de vida, através de uma interlocução com a cidade¹⁶.

As atividades do grupo acontecem, geralmente, partindo de encontros entre pessoas, sem a necessidade de que suas identidades sejam anunciadas o tempo todo. Segundo os profissionais atuante no Centro de Convivência e Cultura “No

¹⁶ Texto de apresentação no perfil da rede social Facebook do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho.

momento em que levamos a “loucura” para fora do espaço institucional, temos a oportunidade de, através da experiência vivida, provocar e tentar produzir alguma transformação social” (ANDRADE; PACE, 2014). Assim, apenas o fato de ocupar espaços da cidade, incluindo espaços culturais, prescindindo da enunciação das identidades, pode ser uma forma de “embaralhar posições”, e questionar o lugar comum da loucura ao lado da periculosidade. Ao mesmo tempo que não há a necessidade de enunciação das identidades, por vezes, são acionadas as afirmações identitárias de acordo com as relações que se desenvolvem nos espaços. O processo de desinstitucionalização vem os poucos contribuindo para outro entendimento de estar no mundo, tensionando também diferentes espaços, como espaços culturais pela cidade, em maior ou menor medida.

É no território que os mecanismos de solidariedade, de fraternidade, de rejeição e discriminação são edificados no dia a dia de uma determinada cultura social. Atuar no território significa transformar o lugar social da loucura em uma sociedade (AMARANTE, 2007, p. 102).

Assim, esse dispositivo atua apoiado na ideia de impulsionar e fortalecer as experiências relacionais e participativas no âmbito social, a partir da abertura das atividades a todos os públicos, incluindo também a comunidade vizinha. Apesar dos efeitos positivos que os Centros de Convivência e Cultura vem produzindo dentro da rede de saúde, sua procura e visibilidade pelos outros serviços ainda é restrita, além de não existir uma política de gestão e financiamento¹⁷ que seja capaz de garantir a continuidade da atuação desses dispositivos. Para isso, os gestores e colaboradores defendem a necessidade de uma legitimação dentro da rede pública de saúde, de forma que o Ministério da Saúde conduza e proporcione debates que apresentem a proposta desse dispositivo de maneira mais ampla.

O quadro de funcionários do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho é composto atualmente por seis cargos: sendo três funcionários públicos (um profissional de nível superior e dois de nível médio) e três terceirizados (um profissional de nível superior e dois de nível médio).

O cargo de coordenadora do Centro de Convivência e Cultura é ocupado pela psicóloga Luana, que já atuou anteriormente em diversos setores do Hospital. Segundo entrevista concedida, começou a trabalhar no IMNS no ano de 1997 (na

¹⁷ A regulamentação dos Centros de Convivência e Cultura pautava-se na Portaria 396 de 07 de julho de 2005, suspensa em 2007 (PT SAS 396/05).

época em que ainda se chamava Hospital Pedro II) para fazer residência em saúde mental, participando também de um projeto de pesquisa no Espaço Aberto ao Tempo (EAT)¹⁸. Em 2002, passou no concurso municipal e começou trabalhando na Emergência Psiquiátrica do Hospital, chegou a ocupar também o cargo de vice-coordenadora no Ambulatório, e depois coordenadora durante o período de nove meses, voltando para o EAT.

A coordenadora conta que foi convidada por pelo diretor da época para assumir um projeto de geração de trabalho e renda dentro do IMNS, com o objetivo de desenvolver ações e articular outros projetos existentes do mesmo gênero para fora da instituição, contribuindo também para um diálogo com outros dispositivos. Nesse processo, a coordenadora acabou fazendo contato com profissionais ligados a Superintendência de Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde, que por sua vez propuseram à Luana a implantação do Centro de Convivência, dentro da instituição, já que não havia recursos para a implantação extra-muros. Inclusive na proposta inicial não existia ainda a possibilidade de contratação imediata de outras pessoas para auxiliarem nesse processo. Seria o segundo serviço dessa natureza a ser criado no estado do Rio de Janeiro, já existia um no bairro da zona oeste, Jacarépaga. Na época ainda trabalhava no EAT, e havia um estagiário, que mais tarde foi contratado pelo IMNS para ocupar o cargo de oficineiro (contratação de nível médio) no centro de convivência e cultura, até conseguir ser contratado como profissional de nível superior depois de ter sido formado.

A implantação do dispositivo se deu por meio da também da busca de parcerias, segundo a coordenadora, o MII foi um dos primeiros parceiros. O Sesc do Engenho de Dentro também contribuiu nesse trabalho de articulação, várias atividades eram realizadas no espaço do Sesc, assim como o Sesc levava atividades para dentro do Centro de Convivência e Cultura. Começou um processo de aproximação com espaços culturais, museus etc. A implantação do Centro de Convivência e Cultura começou a se fortalecer em 2012, nesse período já existia um espaço próprio, mesmo que inicialmente um espaço bastante restrito, mas que gradativamente foi crescendo, assim como a composição da equipe.

Outro funcionário entrevistado que atua no dispositivo foi Rogério, de 58 anos, com formação técnica em enfermagem, e em fonoaudiologia, funcionário público

¹⁸ Serviço de tratamento existente também dentro do IMNS.

federal. Trabalhou como técnico de enfermagem, durante 18 anos, no Instituto Philippe Pinel, hospital psiquiátrico localizado no bairro da Praia Vermelha na cidade do Rio de Janeiro, passando por diversos setores como Emergência, Enfermaria, Ambulatório Infantil e Farmácia. Com o pedido de redistribuição concedido, trabalhou também na cidade de Volta Redonda em um hospital clínico, apesar de ter pedido para trabalhar em um hospital psiquiátrico, devido à sua experiência de anos no Pinel. Permaneceu durante um ano, mas por não se adaptar a carga horária de trabalho no hospital clínico, pediu para voltar para o Pinel, porém não havia vaga, e havia sido municipalizado. Foi lotado, então, para trabalhar no CPPII (atual IMNS), passando pela Enfermaria dos Agudos e pela Farmácia.

Em entrevista concedida, perguntei ao funcionário se ele conseguia identificar alguma mudança nas práticas e condutas de trabalho em função do processo de municipalização do IMNS, em resposta, considera que as práticas permaneceram, mas que as pessoas foram mudando, já que muitos se aposentaram, outros pediram transferência, diminuindo o quantitativo de profissionais, assim como o quantitativo de pacientes. Rogério começou a trabalhar no Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho em 2014, no cargo de acompanhante terapêutico, por convite da então diretora do IMNS. A partir da entrevista realizada, o funcionário questionava-se na época sobre qual seria a natureza do trabalho a ser realizado no Centro de Convivência e Cultura: “[...] o que eu faria com a enfermagem aqui? Verificaria sinais vitais, verificaria pressão?” Enquanto acompanhante terapêutico, participa e contribui para a realização das atividades com os frequentadores como, por exemplo, jogos de futebol, capoeira, teatro, oficinas junto a outros profissionais.

Figura 1 – Momento de acolhimento com jogo de dominó, no espaço do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho



Fonte: Samia Jraige, 2018.

Questionei o funcionário se houve algum tipo de formação para atuar nesse novo dispositivo. Rogério respondeu que foi se adaptando aos poucos conforme participava das oficinas e cursos, entendendo a proposta do trabalho:

O Centro de Convivência agora que eu to me inteirando, eu fui me esclarecendo tem uns dois anos, 2016 para cá que eu fui me inteirando assim como é que se desenvolve essa arte de produzir encontros, essa questão assim com os clientes, deles terem essa vontade de virem para o Centro de Convivência, participar dos jogos, participar das atividades, atividades regulares e a programação mensal que é uma construção junto com os clientes para fazerem um Encontro de Ideias e eles que dizem “ah, a gente quer ir lá no Corcovado”, vendo também as possibilidades financeiras, né? E tudo, para ir assim nesses lugares mais acessíveis, sem onerar muito os clientes, porque não é só a questão do RioCard, é a questão do local, de ingressos e tudo (Rogério. Entrevista: 29/01/2018).

Rogério conta que realiza também um trabalho de divulgação da programação do Centro de Convivência e Cultura pelo outros setores e dispositivos do IMNS, e pelos vizinhos, CAPS Clarice Lispector e Raul Seixas: “A gente oferece a eles, “ó, tem atividade lá no Trilhos do Engenho, Centro de Convivência. Hoje, por exemplo, veio uma cliente lá, que ela participa muito do Travessia, mas não sabia onde era o Trilhos do Engenho”. O Espaço Travessia mesmo sendo um dispositivo localizado também dentro do IMNS, alguns frequentadores acabam não tomando conhecimento da existência de outros serviços, pois existe uma segmentação que dificulta uma comunicação mais efetiva. Mesmo com a existência de estratégias de divulgação institucional em meio digital como, por exemplo, por meio de mala direta, parece não funcionar de forma tão eficiente quanto o trabalho frente a frente realizado no cotidiano.

Segundo o funcionário, ele tenta fazer essa ponte andando pelo Instituto e por meio do boca a boca, falando pessoalmente com os frequentadores e outros usuários, divulgando as atividades oferecidas, com intuito de apresentar opções e possibilitar o poder de escolha pelos frequentadores em função das atividades que mais lhes interessam. Através dessas conversas informais, e dessa rede de sociabilidade e de afetos que Rogério vem construindo, faz dele uma figura bastante conhecida dentro do IMNS. Ficou evidente para mim as suas boas relações com os frequentadores e sua sensibilidade ao interagir com eles. Percebo também que o jeito que sou tratada, não difere do jeito que os demais frequentadores e usuários dos demais serviços do IMNS são tratados por Rogério. O acolhimento dado também foi algo que ficou marcado nas minhas primeiras idas ao Centro de Convivência e Cultura.

Tem uma ficha ali de cadastros dos clientes, tanto que a gente liga “olha, fulano que que houve? Você nunca mais veio aqui no Centro de Convivência. Vai ter um passeio dia tal”; aí fulano “ah, nem sabia desse passeio, vou sim”, ou não vai poder ir porque tá viajando [...] (Rogério. Entrevista: 29/01/2018).

Existe um compromisso, um cuidado com as relações que são construídas dentro do dispositivo, um cuidado que tem a ver com as redes que se criam, com a ideia de convivência e continuidade do trabalho. A atenção dada ao perceber determinadas ausências persistentes dos frequentadores, e esse movimento de contato com a pessoa, não com o objetivo de pressionar para que o sujeito volte a frequentar as atividades, mas para se ter notícias. Alguns pacientes que realizam tratamento dentro do Ambulatório ou outros serviços assistenciais pelo IMNS ou pelo território compreendido pela rede de saúde geralmente são encaminhados pelos profissionais de referência como forma de complementar e fortalecer o tratamento. Esse encaminhamento não é feito de forma obrigatória, é negociado com o paciente que tem a possibilidade de acatar ou não. O artigo escrito por Alvarez, Silva e Oliveira trouxe a partir de três grupos focais (com frequentadores, equipe do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e trabalhadores de outros serviços da Rede de Atenção Psicossocial) o entendimento sobre as relações entre convivência e autonomia. Foi colocado a questão da convivência, e o entendimento de uma funcionária da rede parece se relacionar com essa estratégia de trabalho pontuada acima:

Trabalhadores da rede valorizaram a questão da continuidade, isto é, dos (re)encontros e da produção de algo que a partir da convivência é partilhado: “As pessoas têm pontos positivos e negativos, um dia bom, um dia mal, mas com pontos de ligação que permitem que elas se reencontrem. Sem esse reencontro não há convivência” [...] (ALVAREZ; SILVA; OLIVEIRA; 2016, p. 10).

O Centro de Convivência e Cultura, por ser um serviço não assistencial da Rede Básica de Atenção à Saúde, não tem enquanto objetivo e foco da prática de seu trabalho conhecer e identificar os diagnósticos. Um dos funcionários, Rogério, relata uma situação em que estagiários, por exemplo, tentam descobrir ou identificar os diagnósticos:

É, a gente via isso muito na rádio, né? A rádio comunitária, na época que o Centro de Convivência era responsável por esse trabalho às sextas-feiras, aí sempre um lá assim, o estagiário “Ih Rogério, que é aquele diagnóstico ali?” aí eu falava “Não é comigo” [...] “Mas aí tem um jeito assim, um tique, uma mania” Mas é aquilo, eu falo “Não sei”. Não é uma coisa que você tá...É produzir neles uma coisa do saudável (Rogério. Entrevista: 29/01/2018).

A relação com o diagnóstico levantado por mim parte de questionamentos a respeito das saídas, e até que ponto conhecer as especificidades do diagnóstico talvez fosse uma forma de saber como recorrer em determinadas situações ou não. Rogério considera que essa questão não é determinante nas saídas: “Tem assim um conhecimento, um pré-conhecimento, mas sem rotular também. Até outros clientes até falam “Ih, fulano de tal parece que ele é meio assim”, “Não, não vai por esse lado não”. Essa fala traz à tona como as classificações e enquadramentos são reproduzidos também entre os próprios frequentadores. Existe um certo consenso entre os funcionários entrevistados que saber o diagnóstico não é algo que cabe ao trabalho do dispositivo de modo primordial.

Não, não existe. Não precisa. Lógico que com o convívio e com a prática, nós vamos identificando, enfim, mas isso também para nós não é relevante. O que levamos mesmo em consideração é a relação, e aí, claro, se tiver alguma situação em que a gente não consiga manejar aqui, que às vezes o sujeito entra em crise e tal, aí a gente vai buscar, daí precisamos saber de onde esse cliente vem, qual é o técnico de referência. Esse cuidado nós temos para sabermos a quem nós vamos procurar [...] Como já aconteceu recentemente, um cliente que encaminharam pra gente e que ainda iam ver um lugar pra ele se tratar [...] precisava de um respaldo, que nós, aqui, não poderíamos dar. Então, fazemos contato lá com o dispositivo que os encaminhou, e falamos “olha, a gente tá aqui preocupado, porque o fulano tá sem nenhum lugar de cuidado, o que vocês tão pensando pra ele?” (Luana. Entrevista: 29/01/2018).

A fala da funcionária traz outra questão que diz respeito à dinâmica do trabalho em rede, e como demandas assistenciais acabam atravessando o dispositivo, que na teoria, não tem o objetivo de assumir esse lugar. Quando em alguma ponta da rede se fragiliza, ou não consegue suprir determinadas demandas, acaba afetando os demais serviços.

[...] muito embora existam profissionais de saúde aqui, o nosso foco de trabalho não é esse, então nós temos que estar sempre muito atentos. Mas somos atravessados por situações sim, como situações assistenciais mesmo, a pessoa chega suja, sem roupa, e aí às vezes a gente tenta: “será que tem algum lugar que tem a roupa que possa dar pra ela” né, mas assim, sempre com essa ideia de que não podemos nos limitar a isso, então a nossa função, ela vai pra além disso. Então é articular com outro dispositivo que possa dar uma cobertura maior (Luana. Entrevista: 29/01/2018).

Existe uma atenção para que o trabalho do Centro de Convivência e Cultura não acabe assumindo essa proposta assistencial, a ideia é que os frequentadores do dispositivo estejam amparados por uma rede de cuidados em saúde, e caso não estiverem a equipe procura encaminhar, fazendo essa articulação, pois o Centro de Convivência e Cultura não pode dar conta de todas essas solicitações. Além disso, há um contexto bastante precarizado no campo da saúde, onde muitos trabalhadores

estão sem pagamento, e muitos profissionais terceirizados acabam buscando outras fontes possíveis de renda, e com as equipes fragilizadas, outras demandas acabam chegando no dispositivo do Centro de Convivência e Cultura.

Uma outra funcionária, Fernanda, de 28 anos, psicóloga de formação desde 2014, com pós-graduação em Saúde Pública pela ENSP¹⁹, possui o cargo de funcionária (cargo de ensino médio). Mesmo sua formação estando voltada para a pesquisa de redução de danos, com ênfase na prática e política sobre o uso de drogas, segundo entrevista concedida, afirmou que foi possível fazer uma “tradução” de seu campo de atuação para o trabalho desenvolvido no Centro de Convivência e Cultura, pensando a partir de um outro entendimento sobre a loucura, e de um lugar que pudesse dar “oportunidade para o inesperado”. Começou participando como voluntária durante um ano – até ser contratada no final de 2016 – de uma oficina chamada “Engenhoca” que acontecia no Centro de Convivência e Cultura, que consistia em uma dinâmica organizada apenas com os frequentadores/clientes. Fez o curso de Práticas Grupais de Saúde, onde conheceu o Tadeu, que por sua vez estava a frente da oficina, e também forma o quadro da equipe de funcionários do dispositivo.

Por influência também de sua formação, Fernanda considera que acabou trazendo um outro olhar possível para oficina Engenhoca que até determinado momento possuía um formato e, aos poucos, foi se transformando em algo novo. Na entrevista, relata o episódio em que um dos frequentadores tomou a iniciativa de trazer discos de vinil, e mesmo que fugindo da programação proposta pela oficina, Fernanda propôs que acolhessem sua iniciativa. Tal iniciativa fez com que o grupo saísse do roteiro previsto, e conforme o cliente continuava trazendo suas coleções de vinis para tocar, o encontro começou a se transformar em um encontro musical, no qual os participantes do grupo passaram a compartilhar e relembrar as histórias das músicas que atravessavam a época, suas impressões, em um exercício de rememoração e resignificação de suas experiências com as músicas. A programação inicial deixou de existir, transformando-se em outra coisa, como uma forma de resistência, segundo Fernanda.

A ideia inicial era assim: tinha um encontro, um momento de apresentação, tinha uma dinâmica de grupo, uma conversa sobre a dinâmica de grupo e um encerramento do encontro. Quando eu cheguei era isso assim, era organizado e era pensado previamente alguns encontros, qual ia ser a dinâmica do dia, o porquê, o propósito. Só que assim, eu venho de uma outra formação, entende? [...] E ali aquilo foi moldando também, acho que muito

¹⁹ ENSP/FIOCRUZ – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.

das trocas, e foi possível mudar, em um dado momento aquilo virou um karaokê. A gente conseguiu um karaokê, um projetor com músicas antigas e aí depois morreu assim, né, não era mais o Engenhoca, pensado Engenhoca, e virou um momento de “ah, temos um momento, e vamos ver o que é possível criar aqui”, mas acabou, sumiu (Fernanda. Entrevista: 07/02/2018).

Partindo da fala da funcionária Fernanda, é possível identificar algumas intencionalidades do trabalho ao qual o Centro de Convivência e Cultura se propõe a realizar, que aos poucos foram se delineando – e continuam sendo – na prática diária junto aos frequentadores.

Figura 2 – Grupo reunido no Encontro de Ideias do mês de setembro de 2017, no espaço do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.

Interessante pensar na ideia da oportunidade para o inesperado e da relação que existe nas saídas realizadas com o grupo. Em entrevista conversando sobre o abrir mão do lugar dos diagnósticos e a experiência da saída, a funcionária relata:

Então, são situações assim que somos atropelados, um cliente que teve uma crise de ansiedade, que ele se agarrava e não saía do lugar de jeito nenhum, e ele tava com algumas pessoas do setor dele, que também não conseguiam manejar aquela situação. Essas coisas acontecem, às vezes, até o próprio técnico da equipe que também é difícil, aí tem que entrar um outro [...] então tive que sentar com esse mesmo cliente, fomos conversando e tal, sentamos, o grupo foi fazer a visita, eu não sei nada daquela exposição, porque eu sentei com ele no chão e ficamos criando uma letra de música, porque ele é músico e aquilo ali foi a forma dele aliviar a tensão. Então, a experiência conta, meio que a cara e coragem mesmo, assim é um trabalho que nós acreditamos, achamos que isso vai ser bom pro sujeito e fazemos (Luana. Entrevista: 29/01/2018).

Questionando sobre a existência de alguns procedimentos padrões, ou cuidados estipulados entre a equipe no momento das saídas, a funcionária explica:

[...] ultimamente, temos feito mais discussões a respeito disso, porque o grupo tem crescido um pouco mais, e temos encontrado às vezes algumas dificuldades, até da própria equipe, então temos procurado conversar mais, se organizar um pouquinho mais pra isso. Mas assim, eu te confesso que no começo, a gente ia mesmo, a proposta era ir, a medida que as coisas iam aparecendo é que iam parando pra refletir. [...] Então é assim, em função daquilo que nós vamos vivermos, nos obriga a nos organizarmos mais e discutir mais, mas a princípio não tinha não, mas agora eu acho que estamos conseguindo ser um pouquinho mais organizados, talvez mais profissionais nesse ato de sair. [...] na medida em que vamos fazendo, e vamos esbarrando no problema, vamos tentando transpô-lo [...] o dispositivo ele é muito dinâmico, ele muito se constrói, se autoconstrói [...] São idas e vindas, então estamos sempre nesse processo. Não temos nada assim protocolado, eu diria (Luana. Entrevista: 29/01/2018).

Em um momento da entrevista falou-se na ideia de uma “irresponsabilidade”, em um sentido positivado, de sair. Essa noção me parece bastante pertinente, pois há um certo desprendimento em relação ao “histórico” dos sujeitos, evita-se pensar em cima de precipitações, de que algo possa ocorrer em função do diagnóstico, por exemplo, mesmo sabendo que riscos existem, assim como situações inesperadas. Sustenta-se a importância de assumir esses riscos e essas (ir)responsabilidades, pois é uma forma de tensionar o território, a partir de um trabalho de idas e vindas que vai se construindo, se reconstruindo e se desconstruindo no dia a dia.

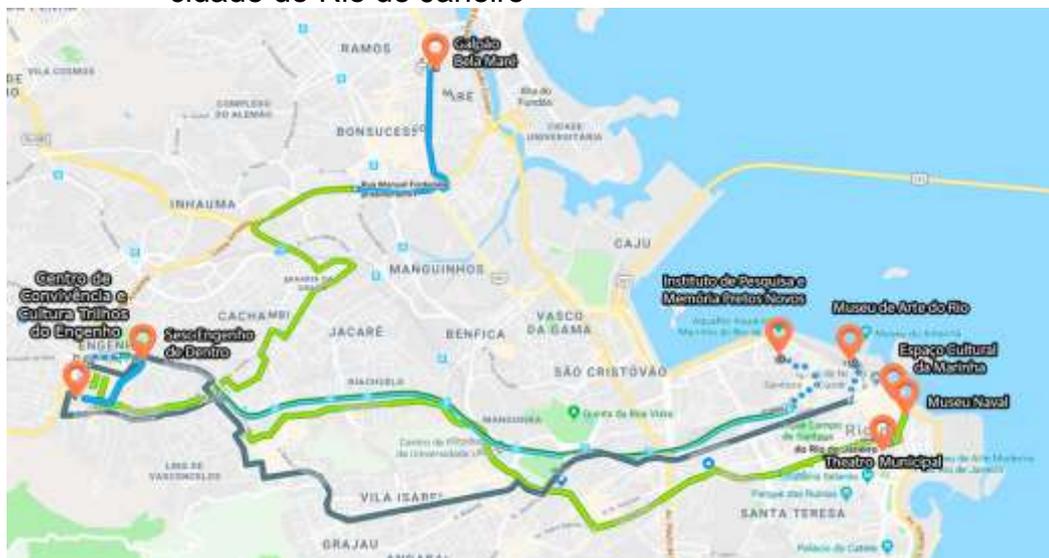
[...] eu acabo fazendo muita análise sobre os movimentos, às vezes saída externa, não é só uma saída externa, o pensar encontros [?] ou a saída não é só uma saída, acho que você já deve ter percebido os movimentos assim. Entendendo a que propósito a gente tá saindo, qual reflexo disso num relacionar-se com a cidade, não uma ressocialização, porque de alguma forma eles estão socializados, mas **como esse estar na cidade não vai ser tão doído** (grifo meu) [...] E trazer algumas noções de cidadania, do compartilhar, do estar em grupo, do cuidar do grupo, não ter esse lugar de ter alguém me cuidando, também possa esse lugar do cuidador transitar pelo grupo, na liderança (Fernanda. Entrevista: 07/02/2018).

São muito recentes as novas práticas de assistência às pessoas em sofrimento psíquico, pois até a década de 70 as instituições fechadas (totais), eram as únicas responsáveis pelo “tratamento” e não por um cuidado. Se colocarmos em números, faz 48 anos que começou a ser implementado uma nova abordagem de trabalho, em um processo recente e gradativo de criação de serviços abertos e descentralizados. A partir do panorama apresentado, com ênfase nas mudanças engendradas no campo da saúde mental e de algumas propostas que surgem na tentativa de colocar em movimento novas formas de usar a cidade, partindo das atividades realizadas com o grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, tentarei analisar alguns casos considerando a visita a seis espaços culturais e museus, e que tipo de acolhimento e experiências estão sendo produzidas nessas relações.

3 OCUPANDO OUTROS ESPAÇOS: RELATOS DOS DESLOCAMENTOS

Desenvolvo aqui os relatos das visitas, em forma de cenas, produzidas a partir das saídas e vivências com o grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho²⁰, analisando algumas categorias que emergem do campo, junto com as entrevistas realizadas com alguns frequentadores do dispositivo e alguns funcionários das instituições culturais visitadas. O trabalho de campo foi desenvolvido dando prioridade às atividades externas, acompanhando o grupo em saídas previamente programadas e escolhidas por eles próprios, em conjunto com os funcionários, colaboradores e coordenadores do Centro de Convivência e Cultura. No total, foram escolhidas seis visitas: visita ao Museu de Arte do Rio, ao Theatro Municipal, ao Espaço Cultural da Marinha e Museu Naval, ao Galpão de Artes da Maré, ao Sesc Engenho de Dentro e visita pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana realizada pelo Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.

Figura 3 – Mapa dos deslocamentos realizados pelo grupo nas visitas às instituições culturais, partindo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro



A seção 3.1 refere-se à visita realizada à inauguração da exposição “Lugares do Delírio”, no Museu de Arte do Rio, onde procurei partir do protagonismo de um dos

²⁰ Por opção de escrita, escolhi usar ao longo do desenvolvimento das análises o tipo de serviço substitutivo chamado Centro de Convivência e Cultura, ao invés de usar seu nome próprio Trilhos do Engenho, porém nos relatos das visitas optei algumas vezes por usar Trilhos do Engenho.

frequentadores, para pensar, principalmente, o lugar das transgressões, assim como o lugar da disciplina, dentro do museu e espaços culturais.

Na seção 3.2 trago a visita guiada realizada ao Theatro Municipal, junto com a questão das classificações, enquanto provocação, considerando a dificuldade de fugirmos das classificações, assim como a arbitrariedade e vazios que envolvem seus usos.

Na seção 3.3 desenvolvo a visita realizada ao Espaço Cultural da Marinha e ao Museu Naval, com base nos diferentes usos e apropriações do grupo pelos espaços, em função das aberturas e limites negociados entre os diferentes agentes.

Já na seção 3.4 analiso a visita à exposição “Diálogos Ausentes”, no Galpão Bela Maré, destacando, principalmente, a ideia de descentralização nos processos da mediação dentro dos espaços culturais.

Na seção 3.5 apresento a visita realizada ao Sesc Engenho de Dentro, trazendo para o debate as dificuldades de comunicação em meio à heterogeneidade do grupo, assim como um panorama breve sobre a questão das acessibilidades em museus e espaços culturais, considerando a mudança retórica no campo da Museologia.

Por fim, na seção 3.6, trabalho em cima da visita guiada pelo Circuito Arqueológico da Celebração da Herança Africana, realizada por um educador do IPN, a partir das disputas por diferentes grupos na validação de seus discursos e noções do patrimônio, além da questão da reprodução de práticas escolares fora da escola, e ainda as acessibilidades que dizem respeito ao movimentar-se pela rua, pela cidade.

Na medida em que desenvolvo as análises das visitas, trago algumas falas dos cinco frequentadores entrevistados, e optei por manter as singularidades da fala o mais próximo possível de como fora gravado em áudio, levando em conta as dificuldades de expressar pela escrita, o ritmo, as pausas e os silêncios. Isso sem considerar os gestos, as expressões faciais e corporais que caracterizam também o processo de comunicação. Uma das entrevistadas foi Marina 45 anos, parda, diz que antes de conhecer o Centro de Convivência e Cultura, começou fazendo tratamento no CAPS Clarice Lispector²¹, onde fez amizades com frequentadores e depois passou

²¹ O CAPS II Clarice Lispector localiza-se ao lado do IMNS, na Rua Dois de Fevereiro (Encantado), atendendo o bairro do Méier e adjacências. Segundo o site do Ministério da Saúde, o CAPS II atende a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-mental/acoes-e-programas-saude-mental/centro-de-atencao-psicossocial-caps>> Acesso em: maio de 2018.

a frequentar o Centro de Convivência e Cultura. Participa de oficinas de artesanato, pintura, teatro, música, e do bloco Loucura Suburbana.

Luís, de 36 anos, negro, sem escolaridade, em entrevista disse já ter morado na rua, depois no Morro do Amor, no bairro Lins de Vasconcelos, onde diz ter trabalhado para o tráfico de drogas como olheiro, e mais tarde em Caxias, e atualmente mora no Méier. Diz ter ido para IMNS pois não tinha renda, e que ganha o Benefício de Prestação Continuada (BPC)²². Faz tratamento pelo EAT, e frequenta as aulas de alfabetização que compõe a programação regular do Centro de Convivência e Cultura. Na entrevista concedida, Leandro, de 42 anos, negro, começou se apresentando dizendo que fazia tratamento no EAT, e que toma remédio para depressão, e logo em seguida disse que fazia muitas amizades e que se divertia conversando com os amigos no espaço. Passou a frequentar o Centro de Convivência e Cultura, pois seus amigos do EAT o convidaram para participar dos passeios. Pedro, 41 anos, branco, em entrevista disse ter ido ao Hospital (IMNS) pela primeira vez 1994, apenas para tomar uma injeção, chamada “sossega leão”²³. Atualmente se trata no EAT, e conheceu o Centro de Convivência e Cultura andando pelo IMNS. Disse que mora em Barros Filho, que não é uma região que os serviços do IMNS encobrem, mas por ser um paciente antigo ele prefere continuar usando esses serviços, pois considera o lugar mais bonito, que parece mais “classe média”, segundo suas palavras. O último entrevistado, Ronaldo, de 26 anos, branco, terminando o ensino superior à distância (Tecnólogo em Marketing), e foi encaminhado pela psicóloga, há dois anos, para frequentar o Centro de Convivência e Cultura.

Assim, dessas breves narrativas e cenas, do desenrolar das pontuais situações, me permiti refletir sobre algumas questões que pareciam se colocar para além do próprio ato, tentando sempre pensar de modo articulado com o campo das diferentes acessibilidades.

²² Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Social o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>> Acesso em: maio de 2018.

²³ Procedimento de contenção química onde geralmente é aplicado a dose de um neuroléptico incisivo e de um sedativo.

3.1 Entre bárbaros e civilizados: a transgressão de Juliano (Visita ao Museu de Arte do Rio)

Na parte da tarde, encontrei com o grupo já no Museu de Arte do Rio para a abertura da exposição “Lugares do Delírio”. Estava bastante cheio, mas reconheci um frequentador do Instituto Nise da época que fazia estágio no Museu de Imagens do Inconsciente, ele trabalhava na parte da limpeza, resolvi arriscar e falar com ele. Meio sem jeito, perguntei se ele estava com o grupo do Trilhos do Engenho, ele disse que sim, expliquei que eu o reconheci lá do Nise, mas que não lembrava seu nome. Juliano seu nome, ele disse que meu rosto também não era estranho. Pareceu surpreso e satisfeito, perguntou novamente, “Você me reconheceu foi?”. Eu e Juliano demos uma volta na exposição, conversamos sobre muitas coisas, ele me contou sobre suas interações, sobre o diagnóstico da sua doença, e todos os termos médicos usados, que não consigo recordar dada a complexidade dos nomes, mas disse que era uma boa pessoa, disse que não usava drogas, nem bebia. Mostrou para mim um vídeo da época em que participava de um grupo de música e teatro. Em um momento tocamos numa camisa de força que estava pendurada, usada pelo grupo de teatro, segundo o Juliano, quando um educador do MAR chegou gentilmente para avisar que não podíamos tocar na camisa. O Juliano chegou perto de mim e falou baixinho para ele não ouvir: “Eu toco mesmo, eu sou transgressor”. Em um momento, fui beber água já no final da sala, e andei um pouco mais para frente pra ver a outra sala, no caso a sala do início da exposição. Voltei para onde estávamos, e o segurança me barrou falando eu já tinha saído da sala final da exposição e que eu não podia voltar, que eu precisava descer a escada e ir embora. Fiquei confusa, porque eu mal tinha saído da sala, ele justificou dizendo que estava contando quem saía e que os visitantes não podiam voltar. Fiquei meio sem saber o que fazer, mas voltei para pelo menos me despedir do Juliano. Expliquei para ele a situação e ele disse para eu não ir, para que eu entrasse de fininho, que o segurança nem ia perceber, não tive coragem, Juliano insistia “Vem, vem”, mas não estava convencida, disse que não ia dar, fui saindo, até que o segurança falou para mim que eu podia voltar. Juliano falou, “Eu disse”. Explicou que já tinha trabalhado como segurança. Juliano disse que está aposentado por invalidez, e que hoje cuida da sua mãe que está doente. Enquanto conversávamos, a abertura da exposição acontecia com a curadoria e demais responsáveis que falavam ao microfone, e pedindo silêncio para as pessoas que estavam conversando. Na hora

de ir embora acompanhei o grupo, e acabei voltando com o Rogério, achando que era um frequentador do Centro de Convivência e Cultura, até que em uma outra saída perguntei sobre os cargos da equipe e ele disse que era enfermeiro (*Notas do caderno de campo, em 07/02/2017*).

Figura 4 – Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho interagindo com obra de autor desconhecido na inauguração da exposição “Lugares do Delírio”, no Museu de Arte do Rio



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.

A cena relatada mostra alguns momentos da visita à inauguração da exposição “Lugares do Delírio”, no Museu de Arte do Rio (MAR), no dia 07 de fevereiro de 2017. A exposição visitada apresentou cerca de 150 trabalhos, entre eles instalações, performances, pinturas e objetos de diversos artistas, misturando experiências entre loucura e arte, idealizada por Paulo Herkenhoff e com curadoria da psicanalista e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Tania Rivera. Os frequentadores presentes foram: Dalila, Juliano, Miguel, Luís, Alexandre, Pedro mais clientes de outros dispositivos, já os funcionários estavam presentes Fernanda, Rogério e Tadeu.

O MAR é uma instituição de natureza público-privada (PPP)²⁴, criada a partir da iniciativa da Prefeitura do Rio em parceria com a Fundação Roberto Marinho e a

²⁴ A partir da lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, foi instituído as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, podendo ser firmado entre empresa privada e o governo federal, estadual ou municipal.

Concessionária Porto Novo (formada por empresas como Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia), gerido por uma Organização Social (OS) da cultura, selecionada por meio de edital público. Localizado na Praça Mauá, o Museu faz parte do projeto Porto Maravilha, de requalificação da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. A criação do Museu está amparada na relação do poder público junto com interesses privados em função de uma agenda global, com o intuito de destacar a cidade do Rio como polo cultural. Tal iniciativa se mostra orientada por uma vertente neoliberal do poder político instituído, apoiado em um discurso que, na teoria, objetivava considerar os interesses locais, assim como os interesses internacionais. Essa busca por uma identidade cultural internacional é reforçada também pela contratação de projetos assinados por arquitetos estrangeiros renomados, inserindo a cidade em um padrão de estética urbana internacional.

Segundo o texto de apresentação do site institucional, o MAR é um “Espaço proativo de apoio à educação e à cultura, o museu já nasceu com uma escola – a Escola do Olhar –, cuja proposta museológica é inovadora: propiciar o desenvolvimento de um programa educativo de referência para ações no Brasil e no exterior, conjugando arte e educação a partir do programa curatorial que norteia a instituição”²⁵. Além disso, uma das missões do Museu é “inscrever a arte no ensino público” e atuar na formação de educadores da rede pública de ensino, através da Escola do Olhar. Essa configuração ainda coloca a proximidade que continua existindo entre os museus e as escolas, que inclusive ainda é o público de visitação mais expressivo dentro desses espaços.

A relação entre a setorização da educação nas instituições museais passa a ser delineada a partir do século XIX, com a criação do primeiro setor educativo permanente, em 1880, no Museu do Louvre, e logo depois a primeira institucionalização desse setor no *Victoria and Albert Museum*. O museu do Louvre ao permitir o acesso a um público mais amplo, e ao criar um setor educativo, lança mão de uma “partilha de competências”, na medida em que as relações entre ensino secundário e museu se estreitam, e passam a abordar questões e conteúdos similares (SEIBEL-MACHADO, 2009, p. 12). Já na Inglaterra, a criação do setor do *Victoria and Albert Museum* está associada à ideia de uma “pedagogia do progresso” – onde as práticas nas salas de aula tornaram-se mais ativas – com o objetivo de unir arte e

²⁵ Disponível em <<http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar>> Acesso em: março de 2017.

cultura. Nesse contexto, os museus se empenhavam em duas principais funções: a de investigação científica e a de instrução pública.

A articulação entre pesquisa e instrução pública, que implicava considerar, por um lado, as exigências postas pelo profissionalismo científico, e por outro, aquelas colocadas pela educação popular, evidenciou não apenas os interesses em conflito no interior dos museus, como o investimento na supremacia de uma das funções em detrimento da outra (SEIBEL-MACHADO, 2009, p. 14).

No contexto da América Latina, as discussões sobre a função da educação e da pesquisa, inseridos no projeto de modernização da sociedade, se prolongaram até as primeiras décadas do século XX, estando ainda hoje no cerne das questões dos museus atuais. Dada a importância da educação como símbolo da modernidade:

O movimento de multiplicação e reorganização de museus repercutiu também no Brasil, a exemplo do Museu Histórico Nacional, criado em 1922, e das propostas de influência norte-americana de reestruturação do antigo Museu Nacional do Rio de Janeiro, na década de 1930 (SEIBEL-MACHADO, 2009, p. 16).

Em 1927, o professor de Antropologia do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto, fundou o primeiro setor educativo de um museu brasileiro, que tinha como objetivo difundir a importância do aprendizado por meio da observação direta e manipulação dos objetos, estreitar as relações entre museu e escola, e cuidar das coleções didáticas de História Natural.

Pode-se considerar que os museus de diferentes países, incluindo os brasileiros, sofreram grande influência norte-americana acerca da importância do papel de serviços e ações educativas. Foi realizado nos Estados Unidos, entre 14 de setembro e 12 de outubro de 1952, o Seminário Internacional da UNESCO que discutia o papel dos museus na educação sediado e administrado pelo *Brooklyn Museum*. Esse evento é considerado representativo no desenvolvimento de sistematização das práticas educativas realizadas pelos museus.

No contexto brasileiro, foi realizado o Seminário Regional da UNESCO na cidade do Rio de Janeiro em 1958, que trazia para o debate a questão da função educativa dos museus, colocando em pauta a necessidade de criar instituições formadoras a fim de especializar os profissionais, tanto dos museus como dos estabelecimentos de ensino. A ideia era unir o museu e a escola, no sentido de o museu servir como complemento da educação escolar, isto é, deveria atender as necessidades da escola. Logo, ambas as instituições ficariam encarregadas de

praticar uma educação formal caracterizada por um sistema educacional hierarquizado e cronologicamente organizado.

A compreensão de complementaridade dos museus em relação à educação formal, pode restringir muitas vezes o poder de ação dessas instituições se pensarmos nos diferentes tipos de públicos e usos possíveis desses espaços. Sistema esse que ainda permanece nas instituições de ensino, e também em setores educativos de alguns museus. Mesmo que em outros termos, o discurso institucional sustentado pelo MAR, dê ênfase para a relação direta do museu com a escola, colocando, inclusive, o museu enquanto formador dos próprios educadores que atuam no ensino formal. Há uma atualização dessa relação.

[...] a questão da contribuição dos museus à educação não deveria ser tratada como de costume nem apenas do ponto de vista de enriquecer ou complementar currículos, ou ilustrar conhecimentos teóricos, nem tampouco valendo-se de propostas de intervenção direta no processo educacional que dificilmente não se comprometeriam com o desempenho como um todo das sequências longas e rotineiras das relações formais de aprendizagem escolar (LOPES, 1991, p. 452).

A reprodução de práticas escolares dentro do museu, pode acabar limitando outros usos por essas instituições, no que tange à pluralidade do campo cultural. O fato dos estudantes serem o público que mais frequenta os museus, levados geralmente pelas suas escolas, tende a criar uma conversão dos métodos escolares para dentro dos museus e espaços culturais, em um processo chamado por Maria Margaret Lopes (1991) de escolarização. Segundo Lopes, a proposta educativa difere em muitos aspectos da proposta escolar, pois fundamenta-se principalmente na linguagem visual, mais do que a linguagem verbal, onde os museus podem organizar suas narrativas, e suas visões de mundo sem depender de uma ordem sequencial adotadas pelos currículos escolares, assim como não depende de seus esquemas de urgência de aprendizado, de conteúdos e prazos, entre outros, possibilitando que os visitantes escolham seus trajetos, dediquem tempo a um aspecto ou outro, e “entrem em contato com leituras da realidade muitas vezes diferentes ou nem mesmo veiculadas pela escola” (LOPES, 1991, p. 6-7).

Na passagem na qual Juliano coloca em discurso todas as denominações médicas atribuídas a sua condição enquanto doente, podemos pensar sobre o lugar dos diagnósticos dentro dos antigos hospitais psiquiátricos, perpassando uma lógica da patologização das diferentes condições humanas, que operava de maneira a desconsiderar a complexidade dos sujeitos. Algumas vertentes do campo da

psicologia hoje entendem que as classificações não são espelhos da realidade, que o diagnóstico é uma ficção, pois não recobre inteiramente o que o sujeito vive. Na obra autobiográfica "Hospício é deus: Diário I" (1965), Maura Lopes Cançado registra em diários escritos suas experiências de internações no Hospital Gustavo Riedel, um dos serviços disponíveis pelo CPN, hoje IMNS, e em determinada passagem problematiza a questão dos diagnósticos e etiquetas médicas:

Eu estava conversando com dra. Sara. [...] Um médico entrou, se pôs a ouvir interessado. Depois deu uma risada e exclamou: "Esta é PP. Não há dúvida". PP quer dizer Personalidade Psicopática. Não entendi a sigla, mas senti naquele médico, no seu ar irreverente, mesmo deboche, profunda falta de respeito à minha pessoa [...] "Serei mesmo PP? Foi o diagnóstico que dra. Sara também me deu posteriormente. Agora possuo um rótulo, até mesmo bonito: Personalidade Psicopática. [...] Isso me marginalizou de todo. Na minha ficha do hospital meu nome não tem valor. A ficha tem a finalidade de acrescentar mais uma psicopata para a estatística. [...] E eu: PP, Paranoia, Esquizofrenia, Epilepsia, Psicose Maníaco-Depressiva, etc. Minha personalidade mesma será sufocada pelas etiquetas científicas (CANÇADO, 2015, p. 41).

O campo médico em geral tende a considerar as categorias como se entendessem o que o paciente tem, naturalizando os diagnósticos, quando na verdade o que ocorre é uma interpretação, e muitas vezes uma leitura moral. Durante muito tempo, a pretensa neutralidade da ciência, a partir da objetivação e da desistoricização do indivíduo, do corpo sem história, desconsiderava a capacidade do sujeito falar sobre si. Por outro lado, a clínica psiquiátrica através do diagnóstico, permite que um determinado referencial exista para que sirva como forma de orientar os profissionais da saúde, mas que só deve ser trabalhado junto com a escuta das falas, e que a partir delas as perguntas possam ser formuladas. Assim, não significa dizer que não exista o lugar do sofrimento e da importância dos tratamentos médicos, pois a ideia não é sairmos de um determinismo biológico e entrarmos em um determinismo sociológico, ignorando a presença de uma biologia humana, que está ligada a um sofrimento psíquico, que também impacta fisicamente os sujeitos. A abordagem biopsicossocial trabalhada por diversos autores, é um caminho possível na tentativa de não cairmos em determinismos, na medida em que compreende, por exemplo, que o nosso sistema imunológico é atravessado pela relação psicológica com o outro, de modo que nossas relações de afeto exercem uma grande influência em nossa saúde física/mental.

Ainda quando Juliano contou sobre os diagnósticos médicos, fez questão de frisar que não fazia o uso de drogas, nem de bebida. Essa questão surgiu a partir de

uma obra da exposição, um monitor televisivo que reproduzia um vídeo-performance de um grupo teatral do qual Juliano disse que fazia parte. Apontando para a tela, Juliano identifica um conhecido e fala sobre a gravidade de sua doença: o conhecido tinha problemas com drogas, era um “viciado”, diferente dele, que era uma “boa pessoa”. Juliano se reconhece como um sujeito moral, se colocando em determinado lugar de superioridade em relação aos sujeitos que compartilham experiências médicas-psiquiátricas, mas que fazem o uso de tais substâncias. Seu discurso traz à tona uma lógica moral binária que insere os sujeitos entre dois extremos, bem e mal, talvez como um esforço de organização das doenças e de diferenciação, em um sentido de hierarquização ou de proteção de si, já que esse outro, marcado como “viciado”, pode ser visto também como uma ameaça ao “cidadão de bem”. Existe uma tendência em responsabilizar o sujeito em relação à gestão do cuidado, no sentido de culpabilizar os estilos de vida quando o sujeito é acometido por uma doença, ou condição de sofrimento, mascarando uma dimensão mais ampla que engloba o sistema econômico e sociopolítico em que vivemos. Nesse sentido, interpreto seu discurso de forma que sua escolha “digna” de não fazer o uso dessas substâncias, talvez o coloque em um lugar de desresponsabilização em relação a sua doença, como se Juliano não tivesse “corrido atrás” da doença, não tivesse culpa pela sua condição, ao contrário do sujeito apontado no vídeo.

Na passagem da cena onde Juliano diz, “Eu toco mesmo, eu sou transgressor”, tal assertiva é uma chave de análise importante se pensarmos em todo contexto em que essa fala emerge. O frequentador acaba sendo mais transgressor que a própria arte que se pretende transgressora. Ao abordar a temática da loucura e da arte, optando pela escolha da palavra delírio, que segundo a curadoria da exposição significa “algo que desvia dos padrões e cria novas configurações de realidade”, “sair dos trilhos”²⁶, as obras foram escolhidas com o intuito de tensionar os limites entre loucura e normalidade, a partir da mistura de trabalhos produzidos por artistas reconhecidos na área e artistas que tiveram suas vivências atravessadas por instituições psiquiátricas. O discurso curatorial sustentava que o lugar do delírio não se referenciava somente aos sujeitos em sofrimento psíquico, mas que também poderia estar ligado essencialmente ao mundo da arte. Esse discurso traz questões

²⁶ Citação tirada do release da exposição “Lugares do Delírio”, disponível em: <http://www.museudeartedorio.org.br/sites/default/files/release_lugares_do_delirio.docx_2.pdf> Acesso em: fevereiro de 2018.

que em um primeiro momento parecem desnaturalizar o conceito de loucura: “delírio”, em latim, se refere ao processo de arar a terra, quando o sulco fugia da linha traçada. Essa definição traz a arte como um trabalho “fora do eixo”, no entanto, na prática, a arte enquanto trabalho segue regras e modelos expositivos que por vezes enquadram dominam e aprisionam. Em metalinguagem, a camisa de força está aprisionada nessa outra camisa de força, a instituição museal. O uso ainda recorrente de uma expografia tradicional em alguns espaços museológicos é uma prática que acaba criando barreiras na experiência dos públicos, impondo certos limites, como a conhecida negativa “não toque”.

A partir desse lugar do transgressor, podemos criar uma ponte com o trabalho de Luciana Koptcke (2005) que diferencia tipos de públicos nos museus, tomando por base o decreto de criação Museu Nacional de História Natural – Museu Nacional – em 1818 e a portaria de 24 de outubro de 1821 que abre as portas para visitação para um público mais abrangente:

Manda Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao Conselho Diretor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino que haja por bem, aprovando o expediente que expôs no seu Ofício de 16 do corrente que faculta a visita do Museu na quinta-feira de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim Estrangeiras como Nacionais que se fizerem Dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades e que para conservar-se nessas ocasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, Tem o mesmo Senhor ordenado que a Repart o da Guerra que no referido Dia se mandem alguns soldados da Guarda Real da Polícia para fazer manter ali o sossego que seja conveniente (KOPTCKE, 2005, p. 192).

Tal museu possuía um caráter público, porém as restri es se davam em fun o de ordens simbólicas, tencionando as rela es entre os diferentes públicos e a institui o. A portaria deixa explícito o uso dos museus direcionado para aqueles considerados “dignos”, ou seja, os estudiosos, pesquisadores, cultos, que por sua vez interessavam-se nas cole es dos museus. Nesse contexto, os museus criados na época estavam – e muitos ainda estão – preocupados em atender aos interesses do público considerado “civilizado”, com ênfase no público estrangeiro, buscando inser o no circuito internacional em busca de reconhecimento no que tange   produ o de conhecimento científico e pesquisa nas institui es museais.

Em meio a esse debate, as categorias que a autora apresenta elucidam determinada visão onde os primeiros museus compreendiam os diferentes públicos e direcionavam suas práticas em fun o de pressupostos de um bom uso e uso digno

dos museus, considerando o contexto brasileiro colonial. Com base nessa portaria e segundo as práticas vigentes da instituição, a autora dividiu o público como bárbaros, escravizados e civilizados. A autora usa essas categorias de modo metafórico com o objetivo de analisar as diversas relações de poder, das mais evidentes às mais sutis:

Pôr em pauta a análise dos públicos ou visitantes dos museus, nestes termos, remete à dimensão política desta instituição, convidando a observar as relações de força que se produzem em seu entorno e no seu interior, relativas à afirmação dos parâmetros que orientam tanto o processo de musealização na escolha das peças que compõem o acervo, quanto a narrativa privilegiada para a sua exposição. Ademais, relações de força também estão presentes na imposição sutil de comportamentos exemplares ou desejáveis aos visitantes, caracterizando o bom uso da instituição e demarcando os seus limites (KOPTCKE, 2005, p. 185-186).

Se pensarmos nos usos e práticas dos museus ao longo de sua história, durante muito tempo esses espaços foram responsáveis por reproduzir discursos hegemônicos e de dominação de grupos elitizados, ao mesmo tempo em que foram assumindo um papel de educar as massas, dentro de um processo que assumia contornos “civilizatórios”, de mãos dadas com o interesse do Estado, durante a formação dos estados modernos, a partir do século XIX. Em um contexto de modernidade urbana, as visitas aos museus estavam, e talvez ainda estejam atreladas à noção de uma experiência com valor intelectual, social e moral (KOPTCKE, 2005).

Esse recorte de público entre civilizados, escravizados e bárbaros pressupõe uma relação de hierarquia entre as categorias. O público civilizado é aquele a quem os interesses do museu se propõem a atender, é o público que possui certo poder de decisão e pressão política dentro da instituição, já que compartilham os mesmos códigos dos gestores. Esse público transita pelos espaços do museu sem se sentirem desconfortáveis, de forma pertencente, pois eles seriam o público-alvo. O público escravizado é aquele a quem o controle é imperativo, corresponde muitas vezes aos grupos escolares que são levados ao museu sob a tutela de outro, que exerce o comando sobre o grupo, que por sua vez não possui poder de decisão e autonomia. Já o público bárbaro, sendo aquele que não domina os códigos e normas estabelecidos pelos museus, configura-se enquanto aquele público que precisa ser controlado, observado constantemente pelos seguranças, guarda de salas, etc. O bárbaro seria aquele que possui códigos culturais julgados inadequados ou desprezíveis por um grupo já instituído, no caso os civilizados, além de não se reconhecerem nas normas de conduta desses espaços. A autora estabelece uma

relação de interação e transitoriedade entre as categorias, mostrando uma espécie de jogo de dominação entre os tipos de públicos:

Enquanto na origem da barbárie como categoria para lidar com o outro se encontra o medo da diferença que não se pode controlar, na origem da escravidão deparamo-nos com a construção simbólica do desprezo pelo outro visando a torná-la naturalmente inferior, justificando assim a dominação. A barbárie disciplinada pode tornar-se escravidão, na medida em que o civilizado consegue disciplinar comportamentos e impor valores como legítimos (KOPTCKE, 2005, p. 185).

Considerando as transformações que vem ocorrendo nas práticas museológicas e também dentro dos próprios museus, incluindo a protagonização desses espaços por outros agentes, é preciso considerar que tais categorias não deem conta da complexidade das relações de novos públicos com novos formatos de museus, porém, é possível ainda vislumbrar algumas semelhanças e continuidades.

Esperamos um determinado tipo de comportamento quando compartilhamos de um espaço público, um comportamento padrão, “civilizado”. Ao sustentar em seu discurso a ação de tocar no objeto de maneira consciente, ou seja, com o entendimento da regra e da norma, Juliano assume uma posição em que a categoria “vândalo” pode ser acionada. O vândalo é aquele que sabe e reconhece as regras e códigos existentes em determinado espaço social, no caso, o museu, mas que mesmo assim ele se coloca em disputa, questiona e escolhe transgredir esse lugar de normatividade. Fazendo um diálogo com o trabalho de Koptcke, o artigo da Gabriela da Fonseca (2018, no prelo) se propõe a perceber a relações entre instituição cultural, educadores e públicos, a partir dessa nova categoria configurada como vândalo.

A partir do olhar dos agentes desses lugares, de suas regras e códigos, se propõe a categoria de vândalos para integrar esse recorte de público em bárbaros, escravizados e civilizados. [...] Essas categorias de público se inserem em um esforço de reconstrução de um espaço social em que há uma tensão nas relações entre os visitantes (e aqueles que não frequentam o espaço) e o museu (FONSECA, 2018, no prelo).

A relação que o vândalo possui com a criação da ideia de monumento histórico, o coloca em um lugar de projeção de uma ameaça ao material e ao imaterial, pois representa um lugar de contestação, de transgressão, colocando em questão valores hegemônicos. As ações do considerado vândalo podem muitas vezes rebater a lógica de preservação e conservação das instituições culturais, como os discursos curatoriais, a intocabilidade da obra de arte, as intervenções de tombamento etc. Segundo Fonseca (2018, no prelo) as ações dos vândalos exporiam conflitos sobre

as concepções de patrimônio que deixam de ser discutidas dentro das instituições culturais e museais que tendem a recorrer a uma retórica preservacionista, sem considerar os debates reivindicados por outros atores e grupos sociais.

Apesar de uma preocupação maior com o público surgir a partir da década de 60 e 70, os estudos de pesquisa do público, se assim podemos considerar, já aconteciam desde o século XVII (KOPTCKE, 2005), com o objetivo de definir o perfil do público, assim como a tentativa de avaliar as atividades educativas oferecidas por alguns museus. O controle do número de visitantes nos museus, por exemplo, serve até hoje como forma de prestar contas ao Estado ou instituições mantenedoras, e atualmente o estudo de públicos passa a ser considerado como estratégia fundamental para a captação de recursos e financiamento público e/ou privado.

Durante os anos 80, observa-se nos EUA e no Canadá, mas também nos países europeus e latino-americanos, inclusive no Brasil, um movimento de estruturação desse campo de estudo visando a produzir conhecimento sobre as práticas sociais relacionadas aos museus, mas também a construir dados para orientar decisões sobre investimentos e políticas públicas. Atualmente, museus compartilham financiamento público e privado com outras instituições e encontram-se inseridos em duas lógicas diferentes e nem sempre complementares: uma lógica de mercado, da indústria cultural, e uma lógica de legitimidade social (KOPTCKE, 2005, p. 189).

Os museus também foram inseridos na lógica do discurso político da democratização da cultura, ao mesmo tempo em que são alvos de críticas por continuarem a representar os interesses das elites. Outros entendem os museus como espaços que complementam ou reforçam os conteúdos curriculares das escolas e instituições de ensino. Diferentes percepções sociais do papel dos museus passam a entrar em disputa, assim como os visitantes passam a interferir na dinâmica do museu, em função das práticas sociais relacionadas a esses espaços. Considerados como marcos de análise, essas mudanças possuem relação também com o crescente número de instituições museológicas que são criadas em formatos diversos pelo mundo, contribuindo para novas interpretações e análises das práticas e formas de usos dos museus pela sociedade. Koptcke afirma que “A correspondência entre desigualdade social, acesso e modo de apropriação de bens e processos culturais reveste outros significados quando se considera sua dimensão histórica” (KOPTCKE, 2005, p. 190). Assim, os museus passam a assumir novos formatos, em função da difusão do espaço virtual e das novas tecnologias, da criação dos ecomuseus, do crescimento da taxa de escolaridade em alguns países, incluindo o Brasil. Considerando que o público que frequenta museus é majoritariamente um público

escolarizado, com renda acima da média (KOPTCKE, 2005), o grupo do Centro de Convivência e Cultura é um perfil que destoa da maioria dos visitantes dos museus, e passam a protagonizar e fazer uso dos aparelhos culturais disponíveis pela cidade. Segundo a pesquisa quantitativa Perfil-Opinião realizada pelo Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), realizada em onze museus do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2005, assim como em outras pesquisas realizadas pelo programa, de modo geral os visitantes dos museus possuem escolaridade muito acima da média da população de referência²⁷.

Os esforços implementados pelos museus para acolher as crianças em situação escolar, bem como os cidadãos que não se teriam beneficiado de longa instrução, pretendem aproximar do museu estes grupos que, a princípio, precisariam de mediação, de um guia, de uma preparação especial para poder compreender e aproveitar a contento a visita. A criança e a classe popular são, muitas vezes, percebidas sob uma ótica de minoridade intelectual que se caracteriza pela menos-valia do seu capital simbólico (KOPTCKE, 2005, p. 202).

No momento da cena narrada na qual o segurança barra minha volta para a sala de exposição, e Juliano tenta me convencer a burlar/ignorar sua fala e continuar no espaço, mesmo eu acreditando que essa regra não fazia sentido, já que a contagem que ele estava fazendo podia facilmente ser corrigida se eu continuasse na exposição, resolvi não questionar e acatei sem nenhuma resistência, apenas obedeci. Talvez eu tivesse obedecido, porque entendia que aquele procedimento foi orientado enquanto conduta ao segurança por seus superiores dentro da instituição, e que ele estava apenas seguindo ordens, e resolvi fazer o mesmo. Talvez possa ter sido também por aquela fala vinda de uma figura de autoridade tivesse me constrangido a ponto de não querer questioná-lo durante seu serviço, e conseqüentemente atrapalhar seu trabalho de contagem dos visitantes que saiam por opção, ou não, da exposição. No ato, provavelmente não racionalizei essas tentativas de explicações, apenas considerei que o certo seria obedecer à ordem dada, pois entendia que não existiriam brechas possíveis para negociação. Mesmo com a insistência e a segurança da fala de Juliano afirmando que se eu ficasse na exposição não iria acontecer nada, mantive a postura de obediência, e logo em seguida, como já previsto por Juliano, o segurança

²⁷ Conforme indicam os resultados da pesquisa realizada pelo OMCC em 2005, 47,5% dos visitantes dos museus declararam ter concluído o ensino superior, número expressivo já que é preciso considerar que o nível médio de anos de estudo da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é de 8,3 anos, correspondendo ao ensino fundamental. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/omcc/media/3_boletim_OMCC.pdf> Acesso em: março de 2018.

reconsiderou sua ordem, e pude continuar na exposição. Era a fala de uma autoridade institucional contra a fala de Juliano. Apesar disso, Juliano por já ter exercido a profissão de segurança, de ter esse conhecimento e experiência, mostrou de alguma forma que já tinha feito parte desse meio, que entendia os códigos, as regras e as formas de transpô-las, mesmo eu o tendo desacreditado.

Dessas narrativas trazidas emerge a diferença de um corpo autoregulado, um corpo dócil, “civilizado”, que no caso seria o meu, e um corpo indócil, rebelde, consciente ou não de sua pequena ou grande transgressão. Para pensar esse tipo de disciplina dos corpos pelos espaços culturais, trago o conceito de corpos dóceis desenvolvido por Michel Foucault, que não trabalha especificamente com os museus, mas cria um esquema teórico que pode ser aplicado na análise de diferentes espaços de poder.

Em seu livro “Vigiar e Punir” (2014), o filósofo dedica um capítulo para pensar sobre as formas de governar por meio da disciplina trazendo algumas semelhanças entre diversas instituições normativas como as prisões, as fábricas, as escolas, os quartéis e os hospitais. A disciplina é responsável por produzir nas pessoas um determinado tipo de comportamento. O esquema panóptico, como já foi pontuado anteriormente, traz consigo a alegoria: você não precisa estar sendo vigiado para agir como se estivesse sendo, e “deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens” (FOUCAULT, 2014, p. 198). Assim, Foucault mostra a polivalência na aplicação do modelo panóptico, além de ter o caráter preventivo, pouco custoso, eficaz no seu funcionamento contínuo e passível de ser aplicado em qualquer instituição.

[...] serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado (FOUCAULT, 2014, p. 199).

Pensando ainda em dispositivos disciplinares e no funcionamento capilar do poder, Foucault descreve o controle que era exercido em períodos de peste na cidade e de lepra, cada qual com suas especificidades. “Se é verdade que a lepra suscitou modelos de exclusão que deram até um certo ponto o modelo e como que a forma

geral do grande fechamento, já a peste suscitou esquemas disciplinares” (FOUCAULT, 2014, p. 192). Foucault faz referência à lepra, pois foi o alvo das primeiras medidas de exclusão, mais tarde substituída por outras doenças – venéreas, principalmente –, até chegar a experiência da loucura que passa a ocupar significativamente esses lugares segregados, os leprosários. Importante ressaltar que o leproso era o habitante simbólico desses espaços de exclusão, não era o único desde a Idade Média, muitos eram considerados vagabundos, loucos, violentos, mendigos.

O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide (FOUCAULT, 2014, p. 192-193).

De um lado, o grande fechamento de uma comunidade, de outro, o treinamento exemplar de uma sociedade disciplinar, seriam duas maneiras possíveis do exercício de poder sobre os indivíduos, com o intuito de controlar as relações e “desmanchar perigosas misturas” (FOUCAULT, 2014). A experiência moderna da loucura perpassou a transformação dos asilos em ambientes especializados, colocando o “louco” como objeto do saber psiquiátrico. As noções de normalidade e racionalidade surgem por meio de um sistema de exclusão.

A loucura passa a ser objeto do saber psiquiátrico atrelado à noção de normalidade, de racionalidade – por meio da exclusão –, e da prática do internamento com um determinado saber que abrange às ciências humanas como um todo: “o direito absoluto da não-loucura sobre a loucura” (FOUCAULT, 1979, p. 127). Em outras palavras, a partir da prática do internamento entrelaçado com um determinado saber surgem as ciências humanas: o homem passa a ser entendido enquanto objeto e sujeito do conhecimento, como um duplo. Nos entendemos hoje como normais, porque outros indivíduos foram encarcerados a partir de práticas sociais e saberes médicos. Foucault critica a racionalidade e as ciências humanas, pois não se chega a verdade nenhuma, não é possível nos afastarmos desse mundo e falarmos “verdades” sobre ele. Ele desconstrói o conhecimento e mostra a importância das relações de poder nas teorias do discurso. A partir do discurso realidades são produzidas, ou seja, criam efeitos de poder e verdade, um poder capilarizado que está presente nas relações sociais. Esse poder funciona por exclusões, agindo também nas condutas dos sujeitos – sujeição.

Nesse sentido, Foucault atenta para a existência de estratégias de poder que vão da escola ao hospital e da prisão ao confessionário, partindo de práticas discursivas das quais enunciam uma “verdade”, que, por sua vez, opera como dispositivo de exclusão. O ordenamento de práticas é operado com o intuito de se construir legitimamente as consideradas “boas práticas”. O enquadramento das perversões, ordenamento e disciplinarização das transgressões são articulados com a exteriorização dos discursos e a introjeção das práticas. A ideia de um adestramento do corpo a partir de uma série de mecanismos de poder tem como finalidade a produção de corpos economicamente úteis e politicamente dóceis.

Pensando o campo dos museus, segundo Eilean Hooper-Greenhill:

The “museum” was transformed from a localised and limited site to a programme at once disciplinary and fully extended, both spatially and socially. Foucault has described the way in which disciplinary technologies operated at the end of the classical age in both the school and the prison: these technologies can equally be identified in the “museum”, which can, therefore, be viewed as another of those apparatuses that create “docile bodies” (HOOPER-GREENHILL, 1992, p. 168).

A autora baseia-se nos estudos foucaultianos, trazendo a emergência da disciplina enquanto tecnologia de poder durante o fim da era clássica, para compreender também a operacionalização do museu enquanto espaço disciplinar. A era clássica foi marcada pela descoberta do corpo enquanto objeto e alvo de poder, por meio da ação das tecnologias de disciplina que dependem da distribuição dos indivíduos no espaço e de sua visibilidade, criando assim corpos dóceis. “Each individual should have his or her own place, and each space should have its individual. This cellular arrangement of individuals in space permitted constant surveillance” (HOOPER-GREENHILL, 1992, p. 169). Se pensarmos no espaço do museu, há um constante controle exercido cada qual com sua especificidade e de forma complementar, seja pelo guarda de sala ou segurança que vigia os visitantes, seja pelos monitores ou educadores que também controlam os movimentos e ações dos visitantes diante das obras, que agem de maneira a prevenir condutas inadequadas de acordo com os procedimentos estipulados pela instituição.

Segundo Hooper-Greenhill, os museus e seus percursos foram sendo moldados através das articulações políticas. No período da Revolução Francesa, os museus celebravam as virtudes da República e a educação da população emergiu nesses espaços como uma nova forma de administração: “The education of the population through “museums” emerged as a new form of population management,

targeted at the collective good of the state rather than for the benefit of individual knowledge” (HOOPER-GREENHILL, 1992, p. 174). O governo passou a ser concebido pela gestão da família, e o museu público surgiu como plano de governo que entendia e transformava a população em um recurso útil para o Estado. Nesse contexto, o museu passa a ser articulado enquanto símbolo da democratização dos saberes, onde era exaltada a vitória da liberdade contra a tirania do Antigo Regime. O museu público passa a compartilhar o que era privado, expondo o que era privilégio de poucos. A Revolução Francesa contribuiu para as condições de emergência de um novo programa museológico. As coleções foram sendo expandidas por meio das intervenções militares e espólios de guerra, adentrando os espaços culturais, e apresentando o museu em um espaço de poder onde se acumulavam troféus, isto é, as obras passaram a ser realocadas como signos hegemônicos, signos de vitória. A partir das invasões napoleônicas e dos objetos roubados das civilizações conquistadas, surgiram novas técnicas voltadas para a remoção física e transferência das peças, assim como métodos de identificação, seleção e sistematização na escolha desse material. Além disso, se estabelece também uma nova forma de lidar com a gestão das obras do antigo regime que, por sua vez, não foram destruídas, mas incorporadas às novas coleções.

Em paralelo, no contexto da Revolução, e em meio às novas formas de gerir as coleções, ocorreu a nacionalização do patrimônio da Igreja, que passou a ser incorporado também aos museus. Essa organização e a abertura das coleções que foram rearranjadas pela burguesia, em um processo de aburguesamento, deslocaram as coleções privadas para espaços públicos. Enquanto aparato de conhecimento, o museu tornou-se parte do sistema educacional da época, onde foram desenvolvidos métodos de acesso a partir da educação e da disciplina, em um processo de normatização dos corpos. Essa forma de museu foi difundida estrategicamente e geograficamente pela Europa e, posteriormente, para outros países.

Segundo Tonny Bennett, os museus modernos foram orientados a partir dos princípios de especialização e classificação, desenvolvendo um arranjo com tipos de museus especializados – como por exemplo, museus de geologia, de história natural, museus de arte etc –, onde os objetos eram organizados de maneira calculada, tornando o ponto de vista científico inteligível para o mundo (BENNETT, 1995, p. 2). Ainda segundo Bennett, os museus, no século XX, se depararam com um novo problema: como regular a conduta de seus visitantes. Assim, o problema do

agenciamento, da gestão dos comportamentos trouxe uma variedade de soluções arquitetônicas e tecnológica para determinadas instituições, posteriormente migradas para outros espaços. Foucault na obra “A ordem das coisas” se refere ao papel ambíguo do homem nas ciências humanas, pois o homem se transforma em objeto do conhecimento ao mesmo tempo que assume o lugar do sujeito que conhece. Na visão de Bennett, o museu também constrói o homem em uma relação de sujeito e objeto a partir da organização do conhecimento. O objetivo do museu consiste em alcançar toda a população, expandindo uma influência civilizadora. Assim, as novas demandas que surgem acabam por constituir aspectos distintos na política moderna dos museus, como por exemplo, a incorporação no requerimento normativo que os museus públicos devem ser igualmente acessíveis para todas as camadas da população. Há, no entanto, uma tensão dentro desse espaço de representação entre a universalidade aparente do sujeito e objeto de conhecimento (homem) que ele constrói, e as formas sempre socialmente parciais e particulares nas quais essa universalidade é realizada e incorporada nas exposições em museus. Esta tensão forneceu, e continua a fornecer, as coordenadas discursivas para o surgimento das políticas, e também políticas contemporâneas de museus orientadas para assegurar a paridade de representação para diferentes grupos e culturas dentro das práticas expositivas do museu (BENNETT, 1995).

Na abertura da exposição, é possível perceber ainda a centralidade da figura do curador, ainda que outras instituições tenham participado do processo de produção da organização, a fala curatorial parece ainda colocar o curador como aquele que permite que os outros saibam e conheçam. Em outras palavras, o modelo de organização do museu ainda centrado no curador:

[...] the disciplinary museum gave rise to a complex interaction of both new and old subject positions that positioned the visitor as beneficiary (the population enabled to know), the curator as knowing subject with specialist expertise (who enables the knowing of others), and the subject-emperor, newly poised as the source of public benefaction and liberation. This new position, however, could not help but recall those older renditions of the prince who represented the world, which centred himself, through the organisation of meaningful objects (HOOPER-GREENHILL, 1992, p. 168).

Segundo a curadoria, o objeto chave, aquele que definiria poeticamente a proposta da exposição, em sua opinião, seria uma obra do artista Cildo Meirelles, produzida exclusivamente para a exposição. Em meio a tantas obras, entre tantos artistas que de fato protagonizaram de alguma forma a experiência da “loucura”, a

obra escolhida foi de artista já reconhecido, inclusive internacionalmente, no campo das artes. Existem muitas relações de interesse por trás de um discurso que se pretende abraçar, por exemplo, questões que envolvem grupos marginalizados, a partir da indústria cultural, das forças do empresariado, em uma lógica de apropriação que muitas vezes lucra em cima desses grupos. Ao mesmo tempo, trazer esse debate para ocupar outras esferas sociais, pode possibilitar também uma visibilidade maior e desdobramentos que caminhem na direção da desconstrução gradativa de determinados estigmas

3.2 Os vazios das classificações (Visita ao Theatro Municipal)

Acabei chegando para a visita ao Teatro Municipal antes da hora prevista, e tentei encontrar algum rosto conhecido dos frequentadores do Centro de Convivência e Cultura ou do Instituto Nise, mas não encontrei. Na verdade, avistei uma mulher sentada em um degrau na sombra, segurando uma pasta e uma sacola plástica, estava passando batom e penteando os cabelos, com um olhar que julguei desconfiado. Pensei que pudesse ser uma frequentadora. Esse meu ato, quase como impulso, me incomodou, fiquei pensando o porquê entre todas as pessoas esperando no espaço, justamente ela chamou minha atenção como possível usuária do dispositivo em saúde mental. Quais os marcadores da diferença que ficaram evidentes para mim? Em um momento, vi as tatuagens com símbolos representando Lúcifer, que serviram como um tipo de reforço para o estereótipo acionado por mim. O grupo chegou, e a moça juntou-se ao grupo. Apresentou-se, “Marília”, e brincou dizendo que enquanto esperava, “do jeito que eu estava, eu passava até de normal”, e em seguida tirou da bolsa e mostrou sua carteirinha de identificação de pessoa especial. Fomos recepcionados por um educador, que se apresentou e deixou aberta a possibilidade de ser interrompido a qualquer hora, e que gostaria que o grupo falasse também. Em um dos espaços, o educador explicava um pouco sobre a decoração interna, e Marília contribuiu, identificando estilos artísticos, arquitetônicos e históricos dos símbolos representados pela decoração, o educador elogiou, parabenizou suas intervenções. Em um momento, o educador percebeu que uma das participantes do grupo, Isabel, possuía baixa audição, porém, ela fazia um pouco de leitura labial e se comunicava pela linguagem de sinais, Libras. Ele se comunicou rapidamente, e voltou a falar com o grupo de maneira geral. Isabel, em determinado momento, sentou-se um pouco

afastada do grupo. Ainda no mesmo espaço, Davi, um dos frequentadores que costuma ser mais reservado, comentou, “Eu não sei vocês, mas eu estou em êxtase!”. A maioria dos integrantes do grupo, moradores da cidade do Rio, nunca tinham entrado no Theatro Municipal, alguns comentavam várias vezes sobre a beleza do espaço. Além dos frequentadores, estavam alguns acompanhantes, funcionários dos CAPS e do Centro de Convivência e Cultura, de modo que as identidades de alguma forma se confundiam. O educador tentou trazer para o debate a questão da diferença da imponência do Theatro Municipal e o lado de fora, a rua, perguntou o que o grupo achava. Todas as respostas giraram em torno da beleza, da grandiosidade, da questão da cultura, sempre em uma retórica da suntuosidade (Notas do caderno de campo, em 06/09/2017).

Figura 5 – Fotografia com o grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, incluindo equipe e frequentadores, durante visita guiada ao Theatro Municipal



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.

A visita guiada ao Theatro Municipal, agendada previamente pela equipe do Centro de Convivência e Cultura, ocorreu no dia 06 de setembro de 2017, com o acompanhamento de um educador. O grupo contava com mais ou menos 29 pessoas, incluindo os frequentadores do CCCTE, Isabel, Davi, Esmeraldina, Marina, Marília e usuários de outros serviços, e a(o)s funcionária(o)s Fernanda, Rogério e Tadeu, estagiária de enfermagem.

Com o prédio em estilo eclético, localizado na Praça Floriano (Cinelândia), o Theatro Municipal do Rio de Janeiro foi inaugurado em 1909, quatro anos e meio após o início das obras, e está vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. O projeto para construção do Theatro Municipal foi criado a partir da fusão dos projetos arquitetônicos de Francisco de Oliveira Passos – filho do prefeito da época Pereira Passos – e de Albert Guilbert, empatados no concurso para criação do desenho, ambos inspirados no Theatro da Ópera de Paris.

No site oficial do Theatro Municipal²⁸ consta que as visitas guiadas acontecem com no máximo de 50 pessoas, separadas em dois grupos de 25, durando até 45 minutos. De terça a sexta-feira acontecem cinco visitas por dia, e sábados e feriados três por dia. Ainda segundo as informações do site, não é permitido separar-se do grupo, e as visitas começam pontualmente no horário. O setor de visitas está vinculado à Diretoria de Projetos Especiais do Theatro. A atividade realizada com o grupo foi gratuita, apesar de o ingresso custar 20 reais e 10 reais a meia-entrada. Não há mais detalhes divulgados sobre as políticas de gratuidade em relação às visitas guiadas, nem o objetivo e proposta das visitas.

No dia da atividade, me pareceu que as pessoas que estavam aguardando a realização das visitas eram, de modo geral, turistas, e imagino que seja um público que use esse serviço com certa frequência, e o formato da visita-guiada talvez seja pensado também nesse sentido. Ao sermos recebidos pelo educador, sua postura de se apresentar e fazer questão de trazer em sua fala a possibilidade de ser interrompido a qualquer momento, que seu desejo era que, de fato, o grupo se colocasse e falasse, já se criou um espaço onde o diálogo se fez possível. Assim que o educador finalizou essa sua fala, de imediato uma frequentadora começou a trazer suas contribuições. Ainda que poucos frequentadores tenham falado, o modo com que o educador se colocou, flexibilizou o lugar da visita guiada, onde geralmente o objetivo de transmitir conhecimentos ou conteúdos precede o lugar do diálogo.

Na cena relatada, a questão das classificações pode ser pensada a partir de diferentes lugares. Durante grande parte do período que compreendeu o trabalho de campo, as classificações e os enquadramentos apareceram para mim como uma questão bastante incômoda, na medida em que sentia não ter tanto controle ao reproduzir estereótipos, que acabavam taxando e marcando o outro. Ao reconhecer

²⁸ Disponível em: <<http://www.theatromunicipal.rj.gov.br/>> Acesso em: maio de 2018.

em Marília uma estética que talvez não se encaixasse em uma norma padrão do que é ser mulher, em determinada posição geracional, até mesmo em seu comportamento, quando considero um “olhar desconfiado”, os marcadores do corpo, como, por exemplo, suas tatuagens – que talvez em um homem da mesma idade fosse visto como algo “descolado”.

Os estereótipos operam quase como uma força que nos atravessa grande parte do tempo, podendo ser interpretados de forma equivocada como algo que beira ao natural. Tais estereótipos vão além dos marcadores que imprimem no outro o estigma da loucura, porém não de maneira contraditória, como o machismo que impõe a mulher determinadas condutas, seja como se comportar, seja como usar seu corpo pelos espaços etc. Em contraponto, para Marília, seu comportamento estava de acordo com o que se espera de um comportamento dito “normal”, ela entendia que estava dominando os códigos daquele espaço. Assim, as inconsistências e os vazios das classificações aparecem, atravessados por olhares, e me refiro aqui à questão visual, que marca, que limita, que enquadra e que ingessa o outro.

A questão da diversidade do grupo se coloca como um desafio aos educadores, como no caso relatado, onde existe um tempo estipulado para a realização da visita, onde determinadas especificidades não são conhecidas e, caso sejam, muitas vezes não sabemos como proceder, devido a diversas barreiras. No caso da frequentadora que possui baixa audição, a questão da formação e da possibilidade de se comunicar em libras aparece de forma essencial aos educadores, porém, não determinante considerando o contexto da visita. Não determinante também, pois há diversidade dentro da surdez, e nem todos os surdos se comunicam através de libras, por exemplo. Caso o educador fosse fluente na língua, a visita poderia ter sido feita com o educador de forma oral, falando em português, e sendo interpretada para libras ao mesmo tempo, o que seria um desafio, já que o mesmo educador estaria usando duas línguas diferentes. Uma possibilidade mais exequível, em termos práticos, seria possuir um intérprete de libras que faria a tradução simultânea da fala do educador e das ocasionais contribuições do grupo, durante a visita. Ambas as opções são praticamente inviáveis, considerando a falta de investimento que existe seja na contratação de profissionais, na formação da equipe educativa, na ausência de plano de carreira para esses profissionais e sua grande rotatividade, e também a falta de prioridade em utilizar os recursos disponíveis para suprir esse tipo de demanda. Sem muitos recursos disponíveis no caso da visita apresentada, o educador precisou optar

por falar com o grupo de uma forma geral, o que acabou, por sua vez, homogeneizando as especificidades dos integrantes.

A questão fica em aberto: como receber, então, as diferenças dentro desses espaços, tentando não homogeneizar as singularidades do grupo em função da maioria? A própria definição do grupo pesquisado foi um desafio para mim, já que há uma diversidade grande do grupo, onde a categoria sofrimento psíquico, mesmo sendo ampla, parece não dar conta da pluralidade dos frequentadores. Durante grande parte da produção desse trabalho, optei por usar, ou até apresentar a pesquisa para terceiros, como uma pesquisa em acessibilidade para pessoas em sofrimento psíquico. Entretanto, o grupo extrapolava essa classificação, e qualquer termo usado não definiria as particularidades de cada um. As questões das classificações, se colocam nesse capítulo como uma provocação, como uma lacuna.

Em um dia que estava fazendo a pesquisa de campo, fui com os frequentadores no espaço Travessias, outro serviço existente dentro do IMNS, e lá conheci uma moça que frequentava bastante aquele espaço e só foi conhecer o Centro de Convivência e Cultura naquele dia. Falou para mim o seguinte: “Eu fui lá no Centro de Convivência, mas não sei se eu vou hoje de novo, eu tenho medo de andar naquele bequinho lá, vai que vem algum maluco e me agarra”²⁹. Segundo uma funcionária, a moça recentemente passou uma crise e estava fazendo tratamento no IMNS, e contou outro caso, onde um rapaz veio prestar um serviço, e passando pelo mesmo “bequinho”, em uma conversa ele perguntou: “A senhora não tem medo de trabalhar aqui não? Eles não são agressivos?”, e a funcionária respondeu: “Não, que nada, pode ficar à vontade aqui, as pessoas são muito afetivas”. Existe um imaginário ainda bastante difundido em relação à ideia de periculosidade. Ao mesmo tempo, a fala da moça que diz ter medo de ser agarrada, perpassa questões que também dizem respeito à uma cultura de violência contra a mulher, que envolvem os homens de maneira geral, onde existe uma apropriação da noção do “maluco”, para justificar práticas de violência estruturais. Nesse sentido, a funcionária ressalta que a proposta é justamente tentar produzir novas subjetividades, levar para fora, causando esse estranhamento, pois existe uma tensão com esses sujeitos e o fora, assim como existe tensão entre eles, com eles e com o outro. Além disso, o dispositivo entende a saúde para além da noção de ausência de doença, mas parte da ideia de produzir saúde por meio dos encontros

²⁹ Notas no caderno de campo no dia 29/01/2018.

nas diversas esferas sociais e do contato com a exterioridade, sendo aberto para a participação de todos.

[...] E aí, todas as pessoas mesmo, em sofrimento psíquico e as pessoas em não sofrimento psíquico. Porque, às vezes nós falamos, “só essas pessoas que adoeceram psicicamente, que elas estão excluídas”, não, a gente vê que não é isso, tem muitas pessoas que tem uma vida muito empobrecida, e a gente vê isso também muito no Centro de Convivência. Pessoas que nunca adoeceram psicicamente, mas que estão com suas vidas limitadas, algumas pessoas marido já morreu, algumas pessoas mais idosas, outras que os filhos já cresceram e não sabem um pouco o que fazer da vida, né, então temos um pouco esse contexto [...] (Luana. Entrevista: 29/01/2018).

Durante a pesquisa de campo que realizei junto ao grupo do Centro de Convivência e Cultura, o lugar do “belo” apareceu algumas vezes nas falas dos frequentadores, e durante a revisão do material coletado em campo, me vi esperando, talvez, falas em um tom mais questionador, por exemplo.

Figura 6 – Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho no Salão Assyrio, no Theatro Municipal. O projeto decorativo do salão é resultado de uma composição entre os estilos babilônico, assyrio e persa



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.

Na passagem onde relato o discurso que o educador começou a trazer em um sentido mais crítico, tentando estimular uma problematização sobre a construção grandiosa do Theatro em contraponto com o entorno, com a rua, os frequentadores que falaram, atentaram para o estético, para sua beleza. Essa situação me fez lembrar um caso contado na obra de Bernadete Maria Dalmolin (2006), de um encontro com

um de seus informantes³⁰, apelidado de Beija-Flor, usuário da rede de saúde mental, que foi marcante em seu trabalho:

Andava rápido e atento, e ao me ver disse logo: - Dona Bernadete, vai lá em casa hoje? Ele, que andava em outra direção, passou a me acompanhar até o carro, dando-me um calendário que havia apanhado no chão. Tratei de perguntar se o calendário era do ano, e vi que ele não tinha valorizado esse dado, não sabia se era atual ou não, porque tinha prestado atenção às fotos. Na verdade, as fotos eram lindas. Percebi, então, que nossos diálogos não estavam sincronizados. Para ele, o tempo contado em ano ou dias não era o mais importante naquele objeto. Enquanto eu valorizava o racional e pragmático, Beija-Flor valorizava o sensível, o estético. Agradei, disfarcei a minha falta de sensibilidade e disse-lhe que as fotos eram muito bonitas mesmo [...] (DALMOLIN, 2006, p. 124).

Essas dimensões subjetivas, que envolvem o desejo da experiência do belo, do deslumbramento, talvez possam agir também como linhas de fuga da existência, como forma de aliviar as tensões. Segundo Dalmolin:

Há um “enganchamento” das cenas cotidianas com a sua subjetividade, particularmente na busca de preservação e ativação de um certo sujeito que expressa, “à flor da pele”, sua necessidade de uma vida onde o belo, o atraente, o desejado sejam elementos a serem buscados constantemente e em doses microscópicas (Id. Ibid.).

3.3 Diferentes usos e apropriações (Visita ao Espaço Cultural da Marinha e ao Museu Naval)

O dia programado para a visita no espaço era gratuito. Cheguei antes do grupo no Espaço Cultural da Marinha como o combinado. Era uma mulher da marinha que estava recepcionando a chegada dos visitantes; perguntei a ela se por acaso algum grupo do Engenho de Dentro tinha chegado, ela ficou na dúvida sobre que grupo era. Tentei novamente identificar falando que era um Centro de Convivência, ela arriscou perguntando se não era um grupo com problemas psiquiátricos, eu falei que era esse. O grupo chegou, e a moça disse que eu estava aguardando. Um dos funcionários pediu informações para a recepcionista, perguntando aonde podíamos ir, se eles possuíam um guia, ela disse que não, que o visitante ficava livre para visitar o espaço. O funcionário continuou e perguntou se existia um circuito, com um início. Ela disse que não tinha uma ordem, indicou as atrações possíveis para visita: o helicóptero, o submarino e o navio. Enquanto isso, uma das frequentadoras, Marina, foi até um homem fardado, e começou a conversar. Fomos andando então para o submarino.

³⁰ A autora, Bernadete Maria Dalmolin (2006), usa o termo protagonista.

No caminho, os frequentadores cumprimentavam todos os homens fardados, militares que, por sua vez, respondiam solícitamente. Entramos no submarino, o espaço era estreito, e cheio de maquinaria, algumas com possibilidade de interação, outras não, geralmente com indicações ou placas de acrílico que funcionavam como vitrines. Os frequentadores pareciam estar se divertindo, deitavam nas apertadas camas, tiravam fotos mexendo nos equipamentos, fingindo manuseá-los como se estivessem a bordo, interpretavam as imagens, interagem com os manequins. Depois fomos até o navio-museu. Ao entrarmos e descermos as escadas havia um espaço com antigas fotografias penduradas nas paredes com molduras de vidro, mostrando navios da época. Um dos frequentadores, Leandro, que estava perto de mim olhando as fotografias disse que aquelas eram fotografias de guerra, me perguntou qual foi o ano da 1ª Guerra Mundial. Quando estávamos na beira do navio olhando o horizonte, Leandro começou a falar, tocando no meu ombro: “Contempla, contempla! Olha, contempla!”, “Isso aqui é tudo criação de Deus. Deus criou o mar, Deus criou tudo isso aqui”. Cantava umas músicas de louvor a Deus, e depois começou a cantar uma música de amor.

Figura 7 – Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho observando a vista para Baía de Guanabara do navio-museu no Espaço Cultural da Marinha



Fonte: Samia Jraige, 2017.

Conforme andávamos pelo espaço, Marina parou para falar com um homem fardado, puxando assunto e disse: “Eu vou voltar aqui mais vezes”, “Um homem bonito desse”, nós rimos e fomos andando. Marina disse que estava adorando conhecer os espaços. Em um momento, ainda dentro do navio, os frequentadores começaram a

brincar e a cantar a música do filme “Titanic”. Em um momento, uma das funcionárias, Fernanda, perguntou alguma coisa para um dos frequentadores, André, que se manteve em silêncio com o olhar longe. Ela comentou sorrindo: “Tá viajando...”. Davi, em um momento, olhava atento o submarino, e aproveitei para tirar uma foto. Quando mostrei a ele, ficou feliz com a foto, “Nossa, que bonito, Samia. Você vai postar no Facebook?” Passamos um bom tempo no Espaço Cultural da Marinha, e mesmo sem termos visto tudo, fomos andando para o Museu Naval que fecharia em 1 hora. Andando pela Praça XV, havia uma pichação em uma mureta escrito: “DEMO”. Davi se apressou parou de frente para o grupo, fazendo o símbolo com as mãos, levantando o dedo indicador e mínimo, o grupo achou graça.

Ao chegarmos ao Museu Naval, dois homens fardados a porta nos receberam e disseram para ficarmos à vontade. Um dos funcionários perguntou se precisávamos assinar o livro de registro do museu, um dos homens disse que não precisava, que era preciso apenas guardas as mochilas e bolsas grandes, mas sem muito rigor. Ao entrarmos nas salas de exposição não notei nenhum guarda de sala, e quando passava alguém, não havia uma vista grossa sobre o que podia ou não podia ser feito, ao contrário das indicações de uma placa³¹ disposta na entrada da sala, que descrevia uma série de normas, como não encostar nas vitrines, nas paredes, não falar alto etc. O grupo nem percebeu a existência da placa e nenhum dos funcionários do museu também fez questão de chamar nossa atenção. Em uma das salas da exposição, havia uma cadeira em um dos cantos entre duas vitrines e Leandro sentou-se. Marília em tom de desaprovação disse que aquela cadeira era dos guardas, que ele não podia ficar ali. Leandro deu uma risada, continuou sentado, levantou o braço e começou a falar em voz alta “Silêncio! Silêncio! Prestem atenção... aqui tem palavras importantes! É importante ler [...]!” A exposição possuía muitos painéis com extensos textos explicativos, objetos em vitrines, e o objeto que fez mais sucesso, era uma bala de canhão, pesando 11 quilos, presa em uma haste de ferro que transpassava a bala, podendo ler levantada até um certo limite. Cada frequentador chegava perto da bola tentava levantá-la, e chamava outra pessoa para o desafio, que ia ficando mais difícil: “Agora com uma mão”, cada vez que um conseguia, era ovacionado.

³¹ “De acordo com as normas museológicas internacionais, **NÃO É PERMITIDO** nas áreas de exposições: Entrar com mochila, malas e sacolas de grandes dimensões; Guarda-chuva; Fotografar com flash; Tocar no acervo; Apoiar-se nas vitrines; Trazer animais para o museu; Comer e beber ou portar alimentos ou bebidas; Usar aparelhos sonoros; Correr; Encostar-se às paredes; Fumar; Entrar sem camisa ou em trajes de banho; e Falar alto.”

Figura 8 – Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na exposição “O Poder Naval e a Formação do Brasil”, no Museu Naval



Fonte: Samia Jraige, 2017.

Logo em seguida subi para uma parte que parecia um mezanino, e Davi veio até mim perguntar por que a exposição tinha usado a palavra crível, e por que não incrível. Perguntou o que queria dizer “crível”. Ele disse que chamou a atenção dele, pois as duas palavras possuíam o sufixo crível. Já na saída, Davi comentou comigo “Sabe eu fiz as pazes com Jesus, eu não gostava do espiritismo” Eu não soube muito bem o que responder, tentei puxar assunto, mas parecia que ele me olhava como se eu não tivesse falando coisa com coisa. Então perguntei se ele frequentava alguma igreja, ele disse que sim, uma igreja evangélica. Eu disse que não tinha uma religião, mas que respeitava, mas que não conhecia muito. Ele disse que também não conhecia. Falei que era isso, que a gente não sabe quase nada. Ele concordou, e falou: “Patético é alguém que diz saber” (Notas do caderno de campo, em 17/10/2017).

O Espaço Cultural da Marinha, localizado no Boulevard Olímpico (Praça XV, Centro) e o Museu Naval, localizado na Rua Dom Manuel (Praça XV, Centro), ambos visitados no dia 17 de outubro de 2017, integram os serviços disponíveis pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). Entre as atrações oferecidas pelo espaço cultural, visitamos o navio-museu Bauru, o submarino-museu

Riachuelo e o helicóptero-museu Sea King. Já no Museu Naval visitamos a exposição de longa duração chamada “O Poder Naval e a Formação do Brasil”, que ocupa sete salas do pavimento térreo. Os frequentadores presentes foram: Marília, Thiago, Marina, Pedro, Leandro, André, Davi; funcionários: Rogério, Tadeu, Fernanda; duas estagiárias de enfermagem.

Coordenado pela DPHDM, o Complexo Cultural da Marinha conta com diferentes unidades para visitação, localizado na Região Portuária do Rio de Janeiro. Segundo a apresentação do site institucional, a missão da DPHDM consiste em “preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira”³². Além disso, é encarregada pela orientação e normatização junto às demais organizações da Marinha nas áreas técnicas pertinentes a história, museologia, arquivologia, biblioteconomia e publicações histórico-culturais³³.

Por serem espaços regidos por uma estrutura militar, imaginei que a presença do grupo do Centro de Convivência e Cultura seria atravessada por um ambiente altamente controlado e disciplinarizado, traduzido nas narrativas discursivas, na organização expositiva, assim como na conduta dos funcionários. Por outro lado, se compararmos com as demais visitas realizadas, esses foram os espaços onde o grupo aparentou estar mais à vontade e onde os usos apareceram de maneira mais inusitada.

No relato da visita, o funcionário do Centro de Convivência e Cultura perguntou se existia uma ordem de apresentação do espaço, um circuito definido com começo e fim, normalmente como os espaços culturais e museus planejam suas exposições, e na verdade, o que existia era a possibilidade de circular pelas atrações sem um percurso pré-determinado. Segundo Marília Xavier Cury, as diversas possibilidades de movimentação do público pelos espaços estão relacionadas com a produção de conhecimentos, em um sentido amplo:

[...] uma exposição pode ter uma organização espacial linear (seqüencial, passo a passo e com começo, meio e fim), quando a compreensão de um momento depende do anterior, ou episódica, quando o público faz as suas escolhas e constrói criativamente seu caminho (face ao que está apresentado) (CURY, 2005, p. 47).

³² Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dphdm/missao>> Acesso em: março de 2018.

³³ Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364626719_ARQUIVO_PoderNavaleFormacaodoBrasil.pdf> Acesso em: março de 2018.

A ideia de circuito desestruturado ou livre permite que o público tenha certa autonomia ao ocupar e transitar pelos espaços, podendo escolher o que deseja explorar ou não, se compararmos com os espaços planejados de maneira linear, onde o visitante precisa passar por um trajeto com um ponto de partida e chegada já estipulados. O movimento do próprio corpo pelo espaço torna-se mais limitado, enquanto um circuito desestruturado pode talvez propiciar a criação de rotas próprias, como talvez se encaixe a dinâmica do Espaço Cultural da Marinha.

No dia da inauguração da exposição "Lugares do Delírio" no MAR (relato apresentado no terceiro capítulo), por exemplo, o circuito era direcionado, com a especificidade de que quando o visitante chegasse ao fim, este não poderia voltar para ver novamente os outros espaços ou recursos da exposição³⁴. Esse tipo de circuito corresponde geralmente a uma organização mais rígida e restritiva, na medida em que condiciona o visitante a passar por toda a exposição sem a possibilidade de saída antes disso. Apesar da estrutura narrativa da exposição do MAR não estar configurada de maneira linear – ou seja, os objetos e textos não eram dispostos de modo que a sua leitura dependesse da leitura prévia de outros recursos expográficos – o circuito com fluxo direcionado, acabava limitando a estrutura narrativa. Já no caso do Museu Naval, o planejamento da narrativa expográfica está em consonância com a organização espacial, que se dá de maneira estruturada e orientada linearmente, porém, podíamos transitar, indo e vindo, pela exposição sem interdições. Outra concepção existente é o circuito sugerido, onde elementos chave são destacados – como exemplo os recursos visuais de iluminação, uso de cores e de objetos –, chamando atenção do público, sem precisar de barreiras arquitetônicas que direcionem o fluxo dos visitantes pela exposição de modo tão guiado.

O Espaço Cultural da Marinha por possuir realmente os meios de transporte um dia usados pelas tropas militares, transformados em espécies de museus visitáveis, deslocou os visitantes de maneira bastante lúdica, onde alguns frequentadores puderam performar outros papéis.

³⁴ Provavelmente essa estratégia de controle do fluxo do público foi adotada pelo MAR no dia da inauguração de forma pontual, já que o número de visitantes era maior que os dias habituais de funcionamento da instituição.

Figura 9 – Frequentadores interagindo nos ambientes do submarino e navio-museu respectivamente, no Espaço Cultural da Marinha



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.

A possibilidade de apertar botões, manusear instrumentos de observação, sentar nos bancos de piloto, parecia criar um ambiente favorável a ser explorado com mais liberdade. Já o espaço da exposição principal do Museu Naval que visitamos obedecia um formato predominantemente tradicional, a partir de uma narrativa histórica linear, trazendo objetos em vitrines, textos explicativos, com um circuito expositivo direcionado, com poucos objetos interativos ou passíveis de serem tocados. Mesmo com o formato tradicional, os frequentadores apropriaram-se cada qual de modo bastante particular do espaço e dos objetos expostos.

Em um momento da visita, alguns frequentadores pararam diante de um mapa disposto em uma vitrine de vidro, onde a legenda apresentava botões que conforme apertados acendiam uma pequena luz vermelha indicando sua correspondência no mapa. Um dos frequentadores, de maneira metódica, foi apertando um botão de cada vez, e conforme a luz acendia no mapa, tocava com seu dedo indicador na vitrine o lugar correspondente, falando “Esse é aqui, esse é aqui [...]”, enquanto os outros frequentadores acompanhavam e observavam sua apresentação.

Não importava tanto ali o conteúdo que estava sendo exibido pelo objeto, a partir do uso de estratégias geográficas – no caso, cartográfica – para a compreensão

dos fatos apresentados pela narrativa expositiva, mas a constatação da correspondência da legenda com os pontos luminosos no mapa parecia despertar ali outro tipo de interesse e atenção.

Figura 10 – Frequentadores e equipe do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho observando o mapa na exposição “O Poder Naval e a Formação do Brasil”, no Museu Naval



Fonte: Samia Jraige, 2017.

Como já mencionado, existia uma expectativa em relação à existência de um forte controle que esses espaços teriam, tanto o espaço cultural como o museu, por pertencerem a instituições militares, que no dia da visita não foi manifestado do jeito que eu esperava. O grupo parecia estar confortável, e os funcionários também não pareciam estar preocupados em assumir uma posição de vigilância e controle com os visitantes de maneira geral. Apesar da existência da placa normativa antes da entrada da exposição com as indicações do que não fazer, ninguém do grupo pareceu notar ou dar importância para sua presença. As negativas colocadas, como não se apoiar nas vitrines, não se encostar às paredes, não comer e beber ou portar alimentos ou bebidas, não correr, não falar alto, foram assumidas pelo grupo sem provavelmente perceber que se tratava de transgressões das normas estipuladas pela instituição, e mais especificamente, segundo as “normas museológicas internacionais”.

O que pude perceber é que existem brechas e certas permissividades, às vezes veladas, às vezes não, em relação às normas colocadas pela instituição. Apesar das negativas presentes na sinalização na entrada da exposição, em determinadas propostas educativas algumas regras são intencionalmente suspensas em função do

objetivo da ação, ou melhor, há uma flexibilização consentida das regras. Em entrevista concedida pela responsável da Divisão Educativa, antes da realização de ações educativas mais específicas, as propostas são levadas para uma consulta e aprovação pelos superiores.

A gente tá em um ambiente militar, que na teoria a gente teria muitas regras, as regras existem, como as que existem em qualquer meio, civil ou militar, existem regras, mas as pessoas que estão aqui dentro entendem que, claro que existe um limite, mas a gente consegue ter uma certa liberdade de planejar, então nossas ações educativas é do tipo assim “Olha comandante, eu preciso fazer uma atividade de pintura no pátio. Tá bom, forra o pátio e faz” [...] A perspectiva até de quem tá na chefia, que são as museólogas, elas tem realmente essa ideia de que o espaço é para o uso do público, mas claro, resguardando os limites de não danificar nada, da gente preservar a peça que tem toda essa questão, mas a gente consegue ter uma liberdade de ação [...] (Tenente. Entrevista: 16/03/2018).

Uma das ações educativas já promovidas pelo museu, por exemplo, foi uma caça aos tesouros, voltado para educação infantil de alunos de sete a dez anos. Segundo a entrevistada, na proposta educativa algumas aberturas estão colocadas, possibilitando um outro tipo de movimentação e uso do espaço:

Então na hora de procurar a pista era aquela bagunça boa, né [...] A ideia era mostrar pra elas que o museu pode ser lúdico, pode ser divertido [...] que eu consigo me divertir dentro do museu [...] então elas corriam [...] falavam alto no circuito [...] (Tenente. Entrevista: 16/03/2018).

A entrevistada explicou que existe um vigia de sala que toma conta de todas as salas de exposição, tanto no primeiro quanto no segundo andar, onde há uma sala de exposição temporária. Sua função é circular pelos espaços, verificando, por exemplo, a organização das salas, dos objetos, vitrines, identificando possíveis problemas no ar condicionado, na iluminação para, em seguida, relatar aos funcionários encarregados por esses reparos.

[...] tanto aqui [Museu Naval] quanto no espaço [Espaço Cultural da Marinha], quanto na Ilha, nenhum espaço nosso de exposição é vigiado o tempo todo. Existe sim, em todos esses lugares, no espaço vai ter uma outra pessoa lá, na Ilha Fiscal vai ter uma outra pessoa lá, e essas pessoas rodam o circuito [...] dando uma olhada no que tá acontecendo [...] aqui não é o perfil de se ter um vigia fixo de sala, limitando o seu espaço (Tenente. Entrevista: 16/03/2018).

No dia marcado para a realização das entrevistas com os funcionários do Museu Naval, ainda presa na ideia de o museu estar conformado dentro de uma lógica militar, ao entrar na sala do educativo, percebi um ambiente que foi novamente contra ao que eu imaginava. Os funcionários trabalhavam enquanto músicas tocavam ao

fundo. Um dos funcionários vestido com uniforme da marinha cantava baixinho um funk de uma cantora brasileira, outro acompanhava a batida com a mão na mesa. Esse ambiente aparentemente descontraído me deixou à vontade, e a entrevista foi realizada com a tenente na própria sala onde os outros funcionários continuaram trabalhando, até que um momento uma relação de hierarquia se colocou, me fazendo lembrar do espaço onde eu estava e seu contexto. Estava no meio da entrevista com a tenente, quando um homem de repente entrou na sala de modo brusco e repentino com um livro na mão, encaminhando-se diretamente a tenente fazendo comentários sobre determinado assunto, sem cumprimentar e sem olhar para mais ninguém presente na sala. A tenente se disponibilizou prontamente levantando e interrompendo a entrevista, eu continuei sentada com o comandante de um lado em pé e a tenente do outro.

Em relação às acessibilidades, segundo a equipe de funcionários entrevistados, grupos com necessidades específicas³⁵ não costumam frequentar o Museu: “Eu nunca fiz uma estatística sobre isso, mas se a gente for colocar, vem três, quatro por ano, às vezes no meio da turma tem um aluno que a professora fala, mas é pouquíssimo” (Tenente. Entrevista: 16/03/2018). Segundo o educador, Tales, eles nunca receberam um grupo como o do Centro de Convivência e Cultura.

Na entrevista realizada com o educador, trouxe a questão que muitas vezes existe dentro das instituições museológicas alguns temas ou conteúdos que se espera que sejam trabalhados nas visitas realizadas ou ações educativas, e como isso era negociado dentro do Museu da Naval.

Aqui no nosso setor educativo a gente tem muita liberdade pra tratar de todos os conteúdos da forma que a gente quiser. Claro que a gente sempre tenta utilizar alguma peça, alguma parte do acervo pra iniciar um debate, pra tentar trazer aquilo mais próximo possível deles. Por exemplo, lá embaixo tem muito instrumento de navegação do século XVII, uma bússola, “como é que seria um correspondente nos dias de hoje?”. Um celular, um GPS, a gente abre o celular. Então por mais que a gente não trate diretamente do assunto só navegações, a gente sempre usa uma peça da exposição pra tentar chegar o mais próximo possível deles. A gente sabe que talvez a gente não consiga atingir um objetivo, enfim, histórico [...] acho que o mínimo é a gente tentar oferecer uma visita agradável, depois a gente pensa em conteúdo, enfim, mas a gente tenta aproximar o máximo possível da realidade deles, o máximo (Tales. Entrevista: 16/03/2018).

³⁵ A expressão usada talvez não seja a ideal, devido a uma dificuldade conceitual que dê conta das diferentes particularidades de sujeitos que possuem necessidades que extrapolam o lugar das chamadas deficiências. Escolhi adotar esses termos genéricos provisoriamente, devido novamente a uma dificuldade de classificação de grupos.

Essa questão foi colocada pensando no grupo do Centro de Convivência e Cultura, já que pelas visitas acompanhadas percebi que algumas vezes as temáticas colocadas pelos educadores não são sustentadas pelo grupo que, por sua vez, acaba trazendo outros assuntos que aparentemente caminham em outras direções em relação à proposta colocada inicialmente pelos educadores. É comum que o trabalho do educativo seja norteado muitas vezes a partir das adaptações e aproximações, talvez como forma de tentar amenizar a distância que existe entre a instituição museu e grupos/públicos não hegemônicos. Quando pensamos em nos aproximar da realidade do outro, há um pressuposto que existem realidades que até então não se comunicam.

Segundo a tenente, a partir de sua chegada passou a existir a tentativa de deixar claro a diferenciação de guiamento para mediação dentro da instituição, e que a função do educativo não é guiar, mas realizar um trabalho pedagógico.

[...] por isso que é um mediar, né, é estar ali entre o conhecimento e esse visitante, nessa troca de informações para que haja uma reflexão, uma compreensão. Então é uma proposta diferente do guia, e a gente tenta, porque lá atrás, antes de eu trabalhar aqui, isso era muito misturado, as pessoas entendiam que o educativo guiava [...], embora eu tenha estagiários de turismo, a proposta não é essa [...] então devido a isso a gente conseguiu hoje, já deve ter uns dois anos que a gente conseguiu, realmente não receber esse visitante que é um turista, que passou na porta e entrou. Nada contra recebê-lo, mas eu acho que tem que ter uma equipe própria pra recebê-lo, que não é o mediador, que tá pensando em estratégias pedagógicas, em coisas assim. Então a gente ficou voltado realmente para grupos que agendam [...] (Tenente. Entrevista: 16/03/2018).

Dessa forma, o público espontâneo que chega ao museu sem agendamento pode solicitar algum tipo de atendimento, não sendo essa função de responsabilidade do setor educativo, mas do Departamento de Comunicação Social, que por sua vez possui um grupo de estagiários para exercer esse atendimento, um guiamento. A tentativa de diferenciação entre guiamento e mediação colocada pela tenente parece dizer respeito principalmente com o lugar que o diálogo passa a ocupar no trabalho da mediação, em função do guiamento caracterizado, de modo geral, por uma visita palestra, onde o guia fala e o público escuta. A concepção do “estar ali entre” duas coisas, segundo a fala da tenente, entre “o conhecimento e o visitante”, remete a uma imagem trabalhada de modo recorrente no campo da educação em museus:

A metáfora da ponte utilizada repetidamente para explicar os processos da mediação e o ofício do mediador diz muito sobre como este conceito é compreendido em contextos museais. Nesta metáfora o mediador/educador é entendido como meio (ligação, conexão, elo) apresentando-se como o

caminho para chegar a algum lugar, isto é, ao objeto ou ao significado que se lhe atribui [...] a representação do mediador como ponte se refere a um modo de condução do visitante a determinado enquadramento reflexivo, já demarcado e cujo fluxo interpretativo não acontece, necessariamente, em via de mão dupla. Ao localizar o mediador no meio cria-se um sentido de interposição entre o objeto e o visitante que reforça as noções de incapacidade de interpretar/vivenciar sem o auxílio de um profissional. O mediador torna-se aqui, portanto, um obstáculo na construção da autonomia do visitante. Como ponte, o mediador continua a acentuar a compreensão do objeto a partir da lógica da descodificação de significados que, por vezes, parecem escondidos e que só este profissional poderá ajudar a desvendar (SEMEDO; FREITAS, 2018, no prelo).

A ideia de atuar na mediação tentando trazer determinada reflexão, conhecimento e/ou compreensão³⁶ para os visitantes, ainda parece colocar o mediador como central e propositor, na medida em que o movimento das falas parte do mediador em direção ao grupo. Isso não significa desqualificar a experiência que pode surgir dessa dinâmica, porém talvez um movimento oposto, onde o debate parta das contribuições colocadas pelo grupo, pode ser uma estratégia de deslocar o processo de comunicação com os visitantes. Exercer o lugar da escuta, prestar atenção nas falas trazidas pelos grupos já é uma proposta potente, permitir sermos levados para outros lugares, e embarcar em outras viagens. Além disso, ao colocarmos o conhecimento de um lado e o visitante de outro, parece esvaziarmos todo o conhecimento que o visitante possui, toda sua leitura de mundo, e o transformamos em receptáculo de determinado conhecimento que julgamos necessário.

Uma das frequentadoras, Marina, durante o passeio parecia bastante interessada nas atrações que o espaço cultural e o museu possuíam, assim como nas pessoas presentes. Seu olhar também buscava o outro, onde podemos entender essas visitas como capazes de fortalecer as sociabilidades, onde os afetos e os desejos podem ser manifestados de alguma forma. Mesmo sendo espaços marcados por algum controle e disciplina, ainda assim também pode ser um espaço que se propõe a construir outras formas de percepção e sensibilidades, outras formas de atuações corporais, assim como podem provocar experiências de direcionamento da percepção e imersões. No relato da visita, os usos dos espaços transitaram entre o lugar de contemplação, de sociabilidades, afetos, desejos, divagações, brincadeiras e transgressões, onde os discursos foram apropriados de formas inesperadas.

³⁶ Termos presentes na fala da tenente.

Invenções e inversões de papéis, encenações e relações de poder se colocaram, brincando com os lugares que se apresentavam.

3.4 Sobre o deixar-se mediar (Visita ao Galpão Bela Maré)

Cheguei ao Centro de Convivência e alguns frequentadores estavam reunidos na mesa, alguns conhecidos, outros não. Estavam um pouco silenciosos. Dalila veio falar comigo que eu estava sumida, que estava com saudade. Pedro veio me cumprimentar, dizendo que eu estava sumida também. Um dos frequentadores se apresentou e perguntou se eu era psicóloga. O grupo perguntou se eu ia participar do passeio. Perguntei para um dos frequentadores, Luís, de que eram as medalhas que ele carregava no pescoço, disse que havia ganhado no futebol que o Trilhos promove, e a outra ganhou de aniversário. Havia um homem sentado no chão, encostado na parede, com os joelhos dobrados e abraçados, em silêncio, com um olhar que julgo de desconfiança, observando a movimentação. Uma criança, neta de uma das frequentadoras, ficava em volta olhando com curiosidade, tentando chamar sua atenção, ele olhava para ela em silêncio. Ela ficava na frente dele, se abaixava, corria, voltava, uma hora ela se aproximou e ofereceu um copo de água, ele pegou o copo e bebeu a água. O grupo já estava de saída, todos passaram pelo residente sentado no chão, eu pensei em dar tchau para ele, mas pensei que não faria diferença já que não interagi de nenhuma forma com ele. Eu estava já descendo as escadas e ouvi a menininha dizer “Tchau!”. O grupo junto com a coordenadora foram andando na frente para pegar o ônibus que já havia chegado para levar até o Galpão, acompanhado de um funcionário do espaço. Esperei todos descerem e vi que havia uma frequentadora, Prosperina, que ficou para trás por conta de uma dificuldade para caminhar no ritmo do grupo. Ela comentou comigo que o grupo já estava lá na frente e ela ficou para trás. Tentou explicar mais coisas, mas as palavras não saíram e falou “Esquece”. Eu perguntei o que tinha acontecido com a perna dela, me disse que sofreu um derrame, e passou três meses sem reconhecer (ou conhecer) ninguém. Que só agora estava melhorando. Contou do dia do ocorrido: estava trabalhando, era um dia de muito trabalho, ela disse que já não estava se sentindo muito bem naquele dia. Disse para seu chefe que tinha conseguido fazer quarenta quentinhas e que depois não lembrava mais de nada. Isso ocorreu em 2015, dois anos atrás. Disse que só agora estava voltando a sair, a fazer amigos. Falou que tinha se vestido sozinha, arrumou o cabelo,

dizendo que era uma peruca (por conta do derrame também, o movimento de um dos braços foi afetado). E seguimos andando. Estávamos esperando o ônibus estacionar perto e Dalila veio perguntando se eu ia também, começou a me abraçar, me tocar, beijar, me elogiando com carinho. Na ida a maioria dos frequentadores, sentou-se de maneira separada, muitos escolheram sentarem-se sozinhos. Eu acabei fazendo o mesmo, apesar de preferir ter me sentado com um deles, mas fiquei com receio de ser inconveniente de alguma forma, até que um dos funcionários foi até mim e sentou-se do meu lado, fomos conversando. Ao chegarmos, descemos do ônibus, andamos um pouco e um dos frequentadores acabou tropeçando no próprio pé, e caiu, vi que havia se machucado no joelho, mas ele não deu muita importância, disse que o machucado não tinha sido de agora. Chegamos no Galpão e fomos recebidos por dois educadores e a coordenadora sugeriu que o grupo se dividisse entre os dois educadores, já que era um grupo grande. O grupo foi dividido conforme se encontravam no espaço, os mais para a direita e os outros mais para esquerda. A primeira obra que o educador mostrou para o grupo era uma instalação interativa com duas cadeiras de frente para espelhos, fazendo alusão aos salões de beleza ou barbearias.

Figura 11 – Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho com educador do Galpão bela Maré, na exposição “Diálogos Ausentes”



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.

Dois frequentadores foram chamados para sentarem-se nas cadeiras, uma mulher e um homem. O educador começou a perguntar o que aquela instalação lembrava. Alguns responderam que lembrava um salão. O mediador disse que era

isso, que a ideia era remeter às barbearias. Ele então tentou induzir uma resposta já certa, perguntando o que se fazia nesse espaço. Vieram respostas como passar a máquina e etc. O educador queria, esperava que os frequentadores respondessem que aquele era um lugar aonde as pessoas iam para cortar o cabelo. Começou a explicar a ideia da artista que, por sua vez, era negra e careca. A discussão tomou formas com o encaminhamento do educador, trazendo questões sobre o lugar do corpo da mulher, os padrões de feminilidade esperados socialmente etc. O educador fez perguntas em relação ao impacto estético de uma mulher que não possui cabelo (por decisão própria, principalmente). Um frequentador disse, em tom pejorativo, que ela parecia sapatão. Outro discordou dizendo que não tinha nada a ver, citou alguém, uma mulher negra e careca que não era lésbica pelo fato de ser careca. Um outro disse que era estranho. As duas mulheres presentes no grupo não se manifestaram. Em um momento, Luís estava longe do educador, na parte das estantes, folheando alguns livros.

Figura 12 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na parte da biblioteca do Galpão Bela Maré



Fonte: Samia Jraige, 2017.

A coordenadora comentou comigo que Luís mesmo não sendo alfabetizado, que nas saídas ele sempre pega algum livro e folheia. Andando pela exposição, um frequentador que conheci no mesmo dia chegou para mim e disse “Eu não sou maluco não, tá?”, e eu respondi “Eu também não”, ele riu e falou “Não, eu sei”. Conforme a visita acontecia, o grupo foi se dispersando, e apenas dois frequentadores e eu, permanecemos junto ao educador. Leandro olhou uma série de três fotografias que retratavam uma mulher negra, de peruca loira, cabelos longos lisos, maquiada, vestida em roupas finas, que dentro da discussão a obra procurava questionar a imposição de um padrão de feminilidade branca. Leandro chegou perto de mim, apontou para a obra e pediu para eu fotografa-la e foi embora.

Figura 13 – Frequentador do Centro de Convivência Trilhos do Engenho apontando para obra da artista Renata Felinto, intitulada “Também quero ser sexy”, na exposição “Diálogos Ausentes”, no Galpão Bela Maré



Fonte: Samia Jraige, 2017.

Já no final da visita, quando estávamos no espaço vizinho ao Galpão Bela Maré, no Centro de Artes da Maré, um dos frequentadores acabou se desequilibrando e acabou se apoiando em uma vitrine de madeira suspensa com tampo de vidro que acabou caindo e quebrando. O frequentador não se machucou, mas ficou bastante abalado. O restante do grupo ajudou a levá-lo, e evitaram ficar muito ao redor para não causar constrangimento, isso foi negociado com o grupo.

Figura 14 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho ajudando a varrer vitrine quebrada no Centro de Artes da Maré



Fonte: Samia Jraige, 2017.

Dois frequentadores ajudaram a varrer os cacos de vidro do chão, outro trouxe água para Eduardo, que permaneceu sentado e cabisbaixo até irmos embora. Apesar do ocorrido, percebi certa união do grupo. Ao entramos no ônibus, percebi que os frequentadores se sentaram mais junto uns dos outros, diferente da ida. Leandro sentou-se ao meu lado e começamos a conversar, ele disse que era importante conhecer a história dos negros, dos indígenas, que ele tinha interesse em conhecer mais. Disse que Deus fez todas as cores, “a cor morena clara, a cor morena, a cor preta, a cor branca, a cor mulata, a cor negra”. Eu perguntei: “E qual é a sua cor?”. Ele respondeu “Eu sou moreno”. Contei que tinha um amigo com o tom da pele mais claro que a dele, e que não gostava quando diziam que ele era moreno, que ele era negro. Leandro falou: “Negro? É, agora sou negro, sou negro [...] Todos nós somos iguais [...] As pessoas que moram na rua não se dão com essa cor, com essa cor negra, criam inimizade, aí viram tudo bandido, roubando, porque não tem ajuda deles, dos polícia; elas não são consideradas, essa violência toda, essa matança”³⁷ (Notas do caderno de campo e registro em áudio, em 06/12/2017).

³⁷ Trecho retirado de registro em áudio feito no dia 06 de dezembro de 2017.

Figura 15 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho o início da exposição “Diálogos Ausentes”, no Galpão Bela Maré



Fonte: Samia Jraige, 2017.

O Galpão Bela Maré corresponde a um dos projetos integrantes do Observatório de Favelas, compondo a vertente Território e Arte, desenvolvido em parceria com a produtora Automatica. Fomos assistir à exposição em cartaz “Diálogos Ausentes”, no dia 6 de dezembro de 2017, com o acompanhamento de dois educadores que realizaram a visita mediada, previamente agendada pelos funcionários do Centro de Convivência e Cultura. Entre os frequentadores presentes estavam Jairo, Maria Aparecida, Davi, Renata, Veronica, Stefani, Walter, Pedro, Luís, Leandro, Almerinda, Wagner, Fernando, Israel, Dalila, Miguel, Maria das Dores, Prosperina e entre os funcionários estavam Tadeu e Luana.

A exposição “Diálogos Ausentes” contou com a participação de 17 artistas negros e negras, reunindo obras de arte em diversas linguagens, como instalações, curta-metragens, fotografias, pinturas, entre outras, com a proposta de trazer para o debate a invisibilidade que existe em relação às práticas artísticas negras, em função do racismo estrutural que atravessa as diferentes esferas sociais. Antes da mostra ir para o espaço do Galpão Bela Maré, foi realizada no Itaú Cultural, na cidade São Paulo em 2016 e início de 2017. Em artigo escrito para Revista Bravo!, uma das curadoras da exposição, Diane Lima, conta sobre o processo de surgimento da exposição, que teve como mote a repercussão nas redes sociais em vista de uma peça apresentada no Itaú Cultural, chamada “A Mulher do trem”, da companhia

paulista "Os Fofos Encenam", onde os atores faziam o uso do chamado "blackface", maquiagem usada por uma pessoa branca, retratando de maneira estereotipada uma pessoa negra.

Os protestos contra esse episódio, colocaram em xeque o regimento de suas práticas, pressionando um posicionamento da instituição, diante do racismo estrutural presente e exposto em suas orientações e funcionamento institucional. A curadora relata que essas mobilizações provocaram a retirada da peça da programação do Itaú Cultural, e a criação do Comitê de Questões Raciais com a presença de especialistas, artistas e ativistas do movimento negro, com o intuito de discutir a pouca presença e representativa dos negros no campo artístico e propor soluções para as práticas institucionais. Após esses encontros, uma das respostas oficiais do Itaú Cultural foi a produção da mostra "Diálogos Ausentes", que segundo Diane Lima, "a primeira dedicada a arte afro-brasileira em três décadas de instituição e uma das poucas, senão a primeira, curada por mulheres negras dentro do "circuito oficial" das artes no Brasil" (LIMA, 2017). A pressão política exercida pela organização de representantes da sociedade civil e do movimento negro, foi capaz de encaminhar um redirecionamento na programação e na elaboração de propostas culturais, negociando com a instituição os discursos ali produzidos.

Segundo o texto de apresentação da exposição no Galpão Bela, produzido pelo Observatório de Favelas:

Estão em causa a desnaturalização da ausência de artistas negros e negras no cenário estabelecido das belas-artes e, sobretudo, uma provocação de diálogos contundentes sobre o racismo em suas consequências nos mais diferentes espaços de relações de nossa sociedade³⁸.

Também no texto de apresentação, as falas das curadoras Diane Lima e Rosana Paulino mostram o engajamento propositivo da exposição, assim como uma crítica ao campo das artes visuais enquanto espaço de poder, onde são representadas narrativas hegemônicas e colonizadoras em relação à cultura afro-brasileira.

É como uma contranarrativa às representações estereotipadas da cultura afro-brasileira que a mostra *Diálogos Ausentes* chega ao Galpão Bela Maré [...] esta exposição busca discutir e romper o ciclo de invisibilidade imposto à produção das artes negras, resultado do racismo estrutural que aprisiona boa partes das instituições artísticas aos modos de pensar e se manifestar das culturas europeias³⁹.

³⁸ Retirado de registro fotográfico pela autora no dia da visita à exposição "Diálogos Ausentes".

³⁹ Retirado de registro fotográfico pela autora no dia da visita à exposição "Diálogos Ausentes".

O Programa Educativo desenvolvido faz parte do projeto global do Bela Maré, e a equipe de educadores é composta atualmente por quatro funcionários: uma coordenadora e três educadores. Existe a política de contratação de educadores que dá certa prioridade aos moradores do bairro, ou para aqueles que possuam alguma relação com a Maré. Em entrevista concedida, o educador João traz sua visão em relação à formação da equipe educativa:

[...] O que acontece hoje é um processo de formação muito coletivo né [...] cada um traz referências e aí a partir de um recorte da exposição que vem pra cá, a gente faz esses recortes de estudos assim, tipo, uma exposição que fala sobre negros, e isso vira pauta pra nossas pesquisas, pra nossas trocas, pra que isso seja muito para o nosso entendimento essa questão e que ganha corpo né, pra questões educativas e pra produzir até atividades, reflexões acerca das temáticas. A Livia tá conduzindo isso, mas isso também parte de toda a equipe, não é uma coisa que só vem da coordenação, existe uma troca muito grande hoje (João. Entrevista: 06/03/2018).

Dentro do campo da educação em museus existe um debate, colocando a possibilidade de partilha de autoridades na qual, por exemplo, o público seria convidado a participar de maneira colaborativa nas concepções e narrativas trazidas no processo de criação das exposições. Trazendo essa questão para os educadores do Galpão Bela Maré, João responde:

[...] o Galpão hoje ele se debruça em exposições que se relacionam de forma visceral com o território. E aí, isso de alguma maneira gera um outro impacto, que a gente tem um histórico de receber grandes exposições, mas eram exposições que traziam muitos artistas do circuito. Era importante pra descentralizar esse lugar, esses artistas, que pra ver a gente precisava ir ao Centro. Então era uma questão política trazer eles pra cá, pra que essa população não se deslocasse. E hoje, a gente também consegue entender que também essa população ela pode ser também protagonista [...] começa em “Diálogos ausentes” que traz a questão dos 17 artistas negros. Muito difícil de ver uma exposição só feita por negros e artistas contemporâneos e também o edital Bela Verão que foi voltado só para artistas da periferia e espaços populares, porque é protagonismo, né, não voz, porque todos eles têm voz, só muitas vezes silenciadas, né, pelo circuito, pelo sistema de arte mesmo. E acho que aí fica muito mais interessante pra essa comunidade vir e se sentir também num processo de pertencimento dentro do espaço e outras questões (João. Entrevista: 06/03/2018).

Apesar de ainda não existir um processo participativo de fato com a comunidade no desenvolvimento e nas abordagens elencadas pelas exposições, a própria política de formação da equipe é engajada na produção de representatividade. Ao priorizar a contratação de moradores do território, e dar espaço para as produções artísticas fora do eixo canônico das artes, considerando as clivagens de raça e classe, por exemplo, na elaboração das exposições, já são estratégias possíveis de atualização dos espaços culturais mais articulados com outras demandas sociais.

Mesmo estando a par da falta de investimento nas acessibilidades dentro da maioria dos museus e centros culturais, trouxe a questão para equipe procurando saber como eles entendiam e trabalhavam essa pauta. Assim como na fala da equipe do Museu Naval, existe uma frequência pontual dos grupos com necessidades específicas. Ambas as equipes entendem que talvez esse seja um dos motivos para a falta de desdobramento de seus trabalhos, a fim de saber lidar e acolher essas necessidades durante as visitas, para além de toda a fragilidade orçamentária e estrutural.

A gente pensa e também é uma coisa que nos falta de alguma maneira, um processo de formação, até porque aqui, ninguém aqui tem uma formação em acessibilidade, nenhum de nós fala em libras, mas é uma coisa que a gente pensa sim [...] pensar que também é uma fragilidade nossa, né [...] mas que é uma coisa que a gente não se exime [...] Tipo, um grupo de cegos, ninguém aqui tem as estratégias específicas pra isso, mas eu acho que partindo do afeto e da troca, a gente consegue. Talvez não dê conta do que eles precisam, assim enquanto visita, experiência, mas a gente vai sempre tentar. E a gente tem um problema no Galpão de questão de cadeirante, eles não conseguem acessar a parte de cima, por exemplo, que é só por escada. Então tem umas fragilidades também que são estruturais [...] (João. Entrevista: 06/03/2018).

Apenas a título de ilustração, sem a pretensão de encontrar um culpado para o cenário em questão, a pergunta surge atravessada por diferentes ordens: será que esses grupos não vão aos museus e espaços culturais, porque esses não são acessíveis a eles, ou esses não são acessíveis aos grupos, porque eles não vão aos museus e espaços culturais? As demandas que surgem devido a uma pressão de grupos e de movimentos sociais, principalmente no que tange a produção de políticas públicas, ainda encontram certa resistência nos museus e espaços culturais. Aos poucos, essas instituições acabam se vendo obrigadas a repensar seus próprios espaços. Ao mesmo tempo, a ausência ou a pouca frequência de determinados públicos, parece não ser suficiente para que essas instituições culturais ofereçam a possibilidade de se estar em seus espaços de outras formas. A responsabilidade acaba caindo sobre os educadores e equipe educativa que se deparam com diversos desafios que muitas vezes extrapolam sua atuação – como as questões arquitetônicas e físicas do espaço –, ao passo que em determinadas situações os educadores em ato encontram formas possíveis de se lidar.

A equipe trouxe o caso de uma visitante cega que já foi algumas vezes ao espaço, e que apesar de não haver ainda muitas estratégias para se trabalhar com ela, a equipe consegue adaptar essa visita ficando, por exemplo, mais próximo da

visitante, dando outro tipo de atenção. A questão do trabalho continuado com esses grupos é bastante relevante, pois cria-se um vínculo e uma rede de contato, que faz com que o grupo encontre lugares possíveis de acolhimento por outros territórios. Segundo a equipe, o Centro de Convivência e Cultura é recebido pelo Galpão Bela Maré desde 2013, então já existe alguma familiaridade, tanto que pontuaram que mandam um convite especial: ligam e avisam sobre as novas exposições e eventos promovidos pelo espaço. Outra questão levantada durante a entrevista foi em relação à existência de alguma estratégia desenvolvida pela equipe de educadores a partir desses contatos com o Centro de Convivência e Cultura e em relação aos desafios identificados durante a recepção do grupo.

[...] pra mim foi sempre um desafio, porque existia uma questão que é de uma outra ordem de troca e de diálogo, que não era uma coisa muito linear, né [...] outras contaminações, outros universos ali. Então é entender que a conversa que se rompia, ela continuava em outra instância, né, e de entender que os retornos que eles tinham e que as urgências do pensar, de construção sobre o que tá vendo, o que tá se conversando era digerido de uma outra maneira, né, no pensamento deles. E era muito interessante, porque eles traziam outras perspectivas que muita das vezes a gente não dava conta, porque era de um universo tão particular, que ali era partilhado, que aí você também acabava embarcando [...] você estava num lugar de um mediador não mediador, porque você também tava sendo mediado dentro desse processo. E é muito interessante, porque eles deslocavam, né. Tipo, você tinha um lugar de conforto, o que falar de uma obra, e as poéticas e narrativas possíveis e, de repente, você se via diante de um grupo que te trazia uma outra questão, te levava para um outro lugar, e aí era um momento de você também ter suas estratégias e sua abertura de entender, que também você não precisa dominar esse assunto que era trazido, mas era deixar eles dizerem, eles mediarem essa conversa, porque em algum momento isso era deslocado. **Eles eram mediadores, não era mais eu, eram eles** (grifo meu) (João. Entrevista: 06/03/2018).

A fala do educador – que já recebeu o grupo do Centro de Convivência e Cultura em outros museus e espaços culturais como no Museu de Arte Moderna, na Caixa Cultural, no Museu de Belas Artes e no Museu do Amanhã – retoma a discussão do lugar da mediação e do mediador trazida no relato da visita ao Museu Naval, a partir da entrevista com a equipe do espaço. A equipe entrevistada do Galpão Bela Maré concorda que o mais marcante em receber o grupo é o lugar do deslocamento que se coloca, a partir de um discurso permeado de curvas e atalhos, e de reflexões que fogem do que entendemos como linear. O deixar-se mediar, a escuta atenta, a descentralização do lugar do educador são estratégias que já fazem parte do repertório de ação da equipe, junto com um trabalho de sensibilização que foi sendo construído nos encontros com o grupo, passando também por um processo de

entrega. Segundo o educador João, nos fins das visitas existe uma sensação que beira o lugar de sentir-se esgotado, devido a um processo que “exige tanto de corpo, de alma e mente, intelecto, porque perpassa por uma verdadeira entrega”. Mesma sensação essa que eu tinha depois de um dia de trabalho de campo junto ao Centro de Convivência e Cultura, mas que aos poucos fui me familiarizando e lidando de uma forma menos exaustiva. A coordenadora do educativo explica que atualmente a equipe encontra-se bastante reduzida, e quando o Centro de Convivência e Cultura visita o espaço, há uma mobilização de praticamente toda equipe, que não atua necessariamente na “linha de frente”, na mediação, mas que existe um suporte acontecendo por trás disso. A coordenadora conta um pouco sobre sua primeira experiência com o grupo:

Eu acho que, geralmente, é o grupo que mais nos desloca nesse sentindo assim, que se espalham pela galeria e tudo bem, a gente conversa enquanto dá, eles trazem muitas coisas, são muito participativos [...] a gente tem que fazer um exercício super de escuta mesmo, em algum momento a gente acaba sendo mediado [...] a gente fica depois das mediações com o Trilhos, a gente sempre conversa muito, fica muito eufórico, tipo “o que aconteceu?”, muita coisa ao mesmo tempo (Lívia. Entrevista: 06/03/2018).

Faz parte do campo de atuação dos educadores e mediadores a tentativa de encontrar formas, seja através do discurso ou da criação de atividades pedagógicas, que sejam capazes de cativar o grupo, prendendo sua atenção e mantendo-o o mais junto possível durante a visita. Muitas vezes quando o grupo acaba se dispersando, tende a existir a conclusão de que a visita não foi bem sucedida, pois o educador pode fazer uma leitura de que sua atuação foi insatisfatória, ou que o grupo não estava interessado na experiência que estava sendo proposta. Trago essas considerações pensando nos trabalhos que já realizei como educadora em museus e espaços culturais, e nas trocas que tive com outros educadores. João conta um pouco sobre sua experiência com o grupo do Centro de Convivência e Cultura e como esses sentimentos foram colocados à prova e resignificados conforme os encontros foram sendo realizados:

Existe uma coisa que você não se sentir frustrado né, diante desse grupo, porque como cada um tem um tempo ali e uma urgência do ver e de entender os espaços [...] A visita pro educador perpassa pelo abandono, assim, tipo, o abandono da conversa, não necessariamente da conversa, mas da presença deles ali, tipo, na troca, mas aí o educador precisa entender que essa troca, ela tá se dando de uma outra maneira [...] Uma coisa que eu aprendi é que eu não posso ter medo, né, de errar, de fracassar numa visita dessa, porque não existe isso, existe um diálogo que se dá numa outra contingência [...] e de que a exploração do espaço pra eles é tão importante quanto aquela

conversa sobre uma obra, talvez muito mais importante de entender o espaço que eles estão do que a obra sendo exposta. E de entender isso, a gente começa entender que a conversa não fracassa, mas ela se dá em outros campos, em outros âmbitos dentro desse espaço, e foi uma das coisas que eu demorei a entender assim, porque pra mim eu tava fracassando enquanto educador, né, tipo não ter todos ali, atenciosos, o tempo todo pra mim, atenção pra mim. E depois eu fui entendendo que esse lugar, ele é deslocado o tempo todo, esse lugar de quem tá mediando quem. Então, agora eu to sempre sendo mediado por eles e é isso assim, quem aprende mais sou eu nessas visitas [...] Dentro dessa troca, sou eu que absorvo mais, porque existem muitos universos ali pra dar conta, né, e eu sou só um diante de tantos (João. Entrevista: 06/03/2018).

O exemplo dado pelo educador da dispersão recorrente do grupo durante as visitas e do sentimento de fracasso envolvido, é uma situação vivida de modo recorrente com educadores que atuam com grupos agendados, inclusive com grupos escolares. Na entrevista realizada com a funcionária do Centro de Convivência e Cultura, levantei a questão sobre a existência de uma preferência em visitar os espaços culturais com mediador ou sem, e em resposta, algumas vezes os frequentadores parecem lembrar mais do mediador do que os objetos vistos nas exposições. Além disso, a funcionária identifica que não há um costume dos frequentadores permanecerem junto ao grupo nas visitas mediadas ou guiadas, ocorre uma dispersão que já é esperada, onde alguns permanecem com o mediador em função do afeto e outros vão explorar, e tudo bem. Quando aceitamos e passamos a compreender outras formas dos visitantes se apropriarem, usarem, experimentarem e explorarem os espaços, tiramos o peso de certas práticas e das pretensões dos resultados esperados. O não engessamento das estratégias de mediação, permite a equipe deslocar o olhar e enxergar outras perspectivas:

É porque eu acho que quando a gente recebe outros grupos, a gente meio que fica esperando umas respostas meio que específicas, e com eles, eles nos tiram dessa centralidade nossa, tipo, de você fazer uma provocação e eles vão te levar por um outro lugar e aí você fala assim, é esse processo mesmo, você ser mediado, você para e pensa “caramba! Eu não tinha pensado por esse lado” [...] porque às vezes você tá ali com um grupo e você meio que tá ali conduzindo [...] meio que controlando uma situação, né, para te gerar alguma reflexão, algum pensamento e com eles a gente sai dessa zona de conforto, e é muito importante pra gente [...] (Melissa. Entrevista: 06/03/2018).

Voltamos ao lugar de centralidade que o educador por vezes assume durante a condução do grupo, a partir de provocações capazes de produzir determinadas reflexões. Semedo e Freitas (2018, no prelo) colocam em questão o lugar de autoridade que existe quando a noção de “acesso à explicação” é usada por meio das ações e práticas pedagógicas.

É fácil (tentador?) cair no exercício do monólogo e da elucidação, daí que, no exercício da mediação, haja uma necessidade de vigilância constante dos usos, como estratégia para a interação com os visitantes, da informação, da explicação e do diálogo (Pinto, 2015). Se, por exemplo, utilizarmos o dispositivo da pergunta a partir de concepções comportamentalistas (estímulo e resposta), o processo de construção de significados compromete-se, criando uma naturalização ou padronização de mecanismos facilitadores. Quando usado aleatoriamente, também o método da contra-pergunta – isto é, quando o visitante lança a pergunta e o profissional a devolve – pode causar a sensação inversa do pretendido, dando a sensação de que qualquer resposta serve, ou que sentidos são óbvios ou, ainda, de que ninguém sabe nada (SEMEDO; FREITAS, 2018, no prelo).

No relato da visita, logo nos primeiros momentos da mediação, o educador traz uma pergunta ao grupo para iniciar uma conversa, que aparentemente pressupunha-se uma resposta certa. As respostas que surgiram respondiam à pergunta, mas não dá forma que se esperava. Segundo o educador João, inicia-se uma conversa com os grupos de maneira geral, tentando sentir como o grupo recebe aquelas falas e reformulando o discurso quando necessário. A partir de sua experiência com o grupo, o educador entende que a estratégia do uso do discurso não muda, pois não precisa haver uma maneira específica de acessar o grupo nesse sentido. Existem estratégias no sentido de entender que existem outros tempos e que, muitas vezes, as narrativas podem ser interrompidas e levadas para outras direções. Isso se dá considerando que quando há a visita de grupos “convencionais”, não existe a pretensão de entender quem é quem ali, por mais que cada sujeito traga um repertório particular, e assim seria também o proceder com o grupo em questão. Na visão do educador, os processos seriam diferentes, pois cada grupo é diferente. Ao mesmo tempo, nos deparamos com a questão de estarmos atentos em não infantilizar o grupo, que por sua vez possui suas vivências próprias, e que podem estar aptos a entender questões e compreender determinados vocabulários que outros grupos também entendem. Nesse sentido, as estratégias vão além da produção dos discursos e da compreensão das narrativas, abarcam principalmente uma postura atenta, presente, de troca, de olhar. A postura dos educadores tem a ver também em compartilhar o espaço para os grupos protagonizarem a visita da forma como desejarem.

Não existe um eixo específico que trabalhe com a acessibilidade diretamente, segundo a coordenadora, e que a primeira barreira que aparece de modo mais visível no espaço diz respeito à arquitetura. A equipe sempre conseguiu receber o grupo do Centro de Convivência e Cultura, já que não é tanto essa questão que se vê reivindicada, apesar de alguns frequentadores terem certa dificuldade motora e de

locomoção, mas se pensarmos em cadeirantes, já existe um grau de limitação do espaço maior. Mesmo sem contemplar as acessibilidades físicas, percebi que a equipe é bastante afinada em relação à flexibilidade em assumir posturas que tentem desconstruir o lugar do educador e mediador com os diferentes grupos, e que perpassa o conceito aqui colocado de acessibilidade atitudinal.

A situação na qual o frequentador esbarrou na vitrine e caiu, foi um momento de constrangimento para o mesmo, que antes do ocorrido, foi um dos poucos que permaneceu dialogando com o educador durante toda a visita. Depois do acidente, ficou em silêncio e pareceu ter ficado bastante abalado, pediu inclusive desculpas à equipe que, por sua vez, estava mais preocupada com a segurança dele do que com a vitrine quebrada. Segundo os educadores, parece que o frequentador havia saído sem almoçar e acabou se sentindo mal, tonto, e por isso havia caído. Essa é uma questão que atravessa o trabalho do Centro de Convivência e Cultura, mas não em um sentido de obrigação e controle dos frequentadores em relação à essas demandas básicas. Como existe, em tese, um trabalho em rede acontecendo, e os passeios são abertos a todos, espera-se que o frequentador que escolheu participar de uma atividade, já tenha se organizado e administrado suas necessidades. Mesmo o trabalho do Centro de Convivência e Cultura não se configurando enquanto trabalho assistencial, às vezes essas demandas acabam surgindo, responsabilizando de alguma forma esse dispositivo, que tenda reformular a prática de trabalho de acordo com os limites e aberturas possíveis.

Na visita realizada, fomos no ônibus fornecido pelo Galpão Bela Maré. A equipe de educadores tem o conhecimento que os frequentadores fazem uso do transporte público e podem vir por conta própria, caso o espaço não consiga ceder o ônibus, como às vezes acontece. A autonomia que muitos frequentadores possuem de transitar pela cidade, é cerceada, por exemplo, em função dos atrasos de recebimento e, às vezes, não pagamento dos benefícios, incluindo a recarga do passe livre. Muitos frequentadores recebem o Benefício de Prestação Continuada, e o não pagamento influencia diretamente na possibilidade desses sujeitos circularem e no trabalho do Centro de Convivência e Cultura.

A má gestão do Estado, junto com o desmantelamento que vem ocorrendo no SUS, atravessa a dinâmica do Centro de Convivência e Cultura que se vê forçado a circular pelo entorno, questão que inclusive incomoda alguns frequentadores que afirmam já conhecerem o próprio território, e que desejam ir a outros lugares. O estar

em movimento para o grupo passou a fazer parte de suas rotinas, é uma demanda que se faz presente, uma importância colocada em conhecer novos lugares e descobrir como se chega a esses lugares, descobrindo também novos trajetos. Em entrevista com um dos frequentadores, perguntei se ele costumava sair ou passear também sozinho, ele respondeu:

Às vezes. Os passeio daqui serve até pra gente aprender a ir no lugar, né [...] Às vezes eu pego um ônibus pra dar um passeio: Copacabana, eu peguei o 457 na Abolição e saltava lá, Copacabana. Eu já peguei o 800 onde eu moro e fui lá na Nova Aurora, depois de Belford Roxo, lá na Baixada, né. A rua lá não é nem asfaltada. Uma rua que eu fui, cheia de lama (Pedro. Entrevista: 22/02/2018).

Outro frequentador trouxe em sua fala como o lugar do “maluco” é entendido em relação às interdições que perpassam a possibilidade de circular pela cidade, como cidadão também autônomo e capaz de gerenciar sua vida.

Agora, porque eles acham que nós somos maluco, eles acham que nós somos maluco e eles acha que nós não tem o direito de sair, sair, de passear, de namorar, de ir ao balei funk, igual eu gosto, da minha balada, ali também tomar uma vodcazinha. Aí as pessoa discrimina [...] A pessoa não pode é, no caso, é, transitar, isso é, pegar um ônibus, um metrô, como eu faço. Sair pela rua, pegar uma barca ir até Niterói, voltar. Eu sei pegar um ônibus ir até Caxia e voltar, pra visitar meus parente. Eu sei, eu sei ir pra Tijuca, eu sei ir pra, pra onde? Pra vários lugares que eu sei ir, São João, ó, ó, ó, eu sei ir pra praia sozinho, pra praia é molinho pra mim ir sozinho, pra Copacabana, eu pego o 455, eu solto no ponto certinho, ó quando eu to, eu solto no ponto certinho, no ponto do ônibus, certinho, eu pego o 455, aí peço o motorista pra me deixar no ponto final, o motorista me deixa, o motorista me deixa no ponto final, me deixa certinho no ponto final (Luís. Entrevista: 11/02/2018).

Além disso, a visão que Luís traz da discriminação que o maluco sofre, onde sua condição de cidadão de direito é desconsiderada, é negada, por ser enquadrado antes de tudo como maluco. Como se a existência desses sujeitos fosse resumida nesse único aspecto, e que implicaria a sua não condição de pessoa. Porém, existe uma resistência desses sujeitos que são produzidas no dia a dia: as saídas, os passeios também são formas de resistir, pois “Lugar de maluco é aonde ele quiser”⁴⁰.

⁴⁰ Notas no caderno de campo da fala de um frequentador durante o Encontro de Ideias no dia 21/02/2017.

3.5 “To boiando aqui”: sobre acessibilidades, dificuldades de interação e comunicação (Visita ao Sesc Engenho de Dentro)

Ao chegar no Centro de Convivência cumprimentei todos. Uma das frequentadoras havia sido encaminhada recentemente pelo CAPS Clarice Lispector, chamada Estela. Ela se apresentou, disse que era trans, e que era difícil ir aonde não conhecia, porque na hora de pedir informações era tratada mal pelas pessoas, disse que elas falavam assim: “Sai pra lá, homem!”. Fomos assistir ao documentário “Lixo Extraordinário”, sobre o trabalho do artista Vik Muniz. A educadora nos recebeu, se apresentou, falou de um educador que trabalhava no Sesc que já conhecia e já havia recebido o grupo outras vezes, e que havia se mudado para Recife. Logo em seguida, tentou falar um pouco sobre o tema do lixo, mas os frequentadores começaram a falar sobre outras coisas. A educadora tentou aproveitar a fala do grupo para colocar em questão novamente o tema do lixo. Logo depois, preferiu colocar o documentário e discutir mais no final. O documentário começou, e a educadora ficou na dúvida, achando que não era o filme certo. Chamou o assistente que havia saído da sala, e ele disse que era o documentário certo. Voltamos a assistir desde o começo, e havia momentos em que as pessoas do documentário falavam em inglês e havia apenas a legenda em português, sem áudio. Um dos funcionários do Centro de Convivência, Tadeu, perguntou para a educadora se não havia como colocar o áudio em português, por conta de um dos frequentadores que ainda não sabia ler. O filme foi parado novamente, o técnico e a educadora tentaram durante um tempo, mas não havia opção de áudio em português nas partes em inglês. A educadora então sugeriu de tentar ir parando o filme quando tivessem as partes em inglês, e ir explicando ao grupo. Além disso, chegou a conclusão que poderia tirar as legendas em português, porém, um dos frequentadores, Davi, gritou, “Eu sou surdo!”. Ela não falou nada, e eu acabei dizendo que era melhor deixar as legendas. A educadora em tom de brincadeira respondeu: “Tudo bem! Tem para todos os gostos”, e logo em seguida falou novamente brincando: “Querem legenda em inglês também?” Um ou outro deram uma risadinha meio desconcertada. O documentário foi colocado desde o início novamente, e logo após a fala em inglês, a educadora pausou e explicou o que havia sido dito. Tadeu se ofereceu para sentar-se perto do frequentador e ir traduzindo quando necessário, para que a educadora não precisasse parar o filme o tempo todo. A exibição do documentário durou mais de 1h30 por conta das interrupções e

tentativas de ajustes nas legendas e no áudio. Assim que terminou a educadora disse que nós iríamos descer para ver uma exposição, também de arte, mas que estávamos em cima da hora. Nenhuma pergunta foi feita ou levantada em relação ao documentário, nada foi discutido. Descemos para uma sala de exposição com algumas gravuras da artista brasileira Fayga Ostrower onde a proposta era apresentar os materiais e utensílios usados na produção de diferentes técnicas de gravura como a serigrafia, xilogravura etc. A instrução da educadora ao descermos foi que assinássemos o livro de visitantes. Em um momento Estela comentou comigo: “Tô boiando aqui”. Olhamos um pouco a sala, a educadora falou rapidamente e por alto a proposta da exposição para o grupo, e logo em seguida começou a conversar apenas com um dos funcionários, Tadeu. Cheguei a ouvir algo da conversa como se a educadora quisesse entender o grupo, a formação do grupo, quem éramos nós. (Notas do caderno de campo, em 10/01/2018).

A visita ao Sesc Engenho de Dentro, agendada pela equipe do Centro de Convivência e Cultura, ocorreu no dia 10 de janeiro de 2018, com o objetivo de assistirmos ao documentário “Lixo Extraordinário”, que registra o trabalho do artista plástico brasileiro Vik Muniz junto aos catadores do antigo lixão de Jardim Gramacho (RJ). No mesmo dia acabamos visitando também uma sala de exposição que trazia o trabalho da artista brasileira Fayga Ostrower, e ambas as atividades fizemos acompanhados de uma educadora. Os frequentadores presentes foram Marina, Davi, Pedro, Dalila, Estela, Leonardo, e os entre os funcionários estavam Rogério, Tadeu e Nádia.

O Sesc (Serviço Social do Comércio) é uma entidade de direito privado, criada, mantida e administrada por empresários do comércio de bens, serviços e turismo. O Sesc Engenho de Dentro foi a primeira unidade inaugurada no Estado do Rio de Janeiro, em 1947. Eventualmente, dentro desses serviços oferecidos são realizadas exposições, atividades culturais e educativas. Apesar de não se enquadrar nem como museu, nem como centro cultural, é possível observar as práticas que também ocorrem nesses outros espaços culturais, e que são atravessadas pelas questões das diferentes acessibilidades. Importante colocar que não existe a pretensão de comparar a instituição Sesc à um museu ou centro cultural, mas fazer um recorte específico das atividades realizadas a partir do relato, trazendo para o debate uma contextualização breve do lugar das acessibilidades.

Pensar em acessibilidade nos espaços culturais significa muitas vezes pensar nas barreiras físicas do espaço, sem considerar os diferentes tipos de acessibilidades que existem. Se considerarmos, de um modo geral, essas barreiras, podemos encontrar soluções práticas que tentem suprir um tipo de demanda, compensando com uma experiência em outra esfera. Usando, como exemplo, as exposições e a presença de pessoas cegas, pode-se pensar em uma acessibilidade que busque outras experiências sensoriais, como o tato, o olfato, a audição, ou seja, existem formas concretas de possibilitar a fruição. Entretanto, os modos de se conceber as exposições, na maioria das vezes, ainda são pautados em uma narrativa linear e uma expografia “tradicional”, ou seja, os objetos expostos em vitrine e eventuais textos explicativos dificultam um acesso mais amplo, que contemple outros tipos de necessidades e experiências.

A questão da acessibilidade dentro dos museus e espaços culturais ainda é uma lacuna e um desafio a ser enfrentado, devido à falta de investimento, de profissionais, de capacitação dos funcionários atuantes, de serviços especializados, ou às questões políticas e preservacionistas, que muitas vezes dificultam a possibilidade de adaptação dos espaços, principalmente no que diz respeito aos bens tombados. Em muitos casos, a acessibilidade acaba sendo a última etapa de concepção dos espaços, quando muitas vezes não há mais recursos, ao invés de ser contemplada inicialmente nos projetos políticos e/ou museológicos. É necessário ressaltar que a questão da acessibilidade vai além da ideia de *museus de portas abertas*⁴¹, é uma ação a priori política, responsável por possibilitar a representação de grupos minoritários e excluídos historicamente. Chagas e Satorino afirmam que:

[...] há a dimensão política da acessibilidade, estreitamente relacionada ao exercício da cidadania, a qual, para contemplar adequadamente a pluralidade e a diversidade dos modos de ser e de estar no mundo, que caracterizam o conjunto de cidadãos, implica a adoção de uma visão ampliada do conceito de *acessibilidade* (CHAGAS; SATORINO, 2012, p. 7).

Segundo Sasaki (*apud* MENEGAZ, 2015, p. 31), a mudança de mentalidade e a quebra de preconceitos está diretamente relacionada à acessibilidade atitudinal, por abranger tanto a dimensão intrapessoal e interpessoal, que por sua vez se articulam a uma conscientização, sensibilização e convivência. Ao que parece, a acessibilidade atitudinal seria um dos caminhos possíveis, atrelado também a outras

⁴¹ Refiro-me aos museus, mas podemos considerar também os espaços culturais de maneira geral.

questões sociais, familiares e até médicas, para que esse tipo de público passe a protagonizar os espaços museológicos e culturais. Pensar em acessibilidade é pensar também na autonomia que muitas vezes acaba sendo cerceada, seja pela própria organização social vigente, seja pelos próprios familiares. Para Zatti (2007, p. 12):

[...] autonomia é “condição”, como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer.

Para que de fato a acessibilidade atitudinal seja um escopo de ação dentro das políticas de acessibilidade, não basta o envolvimento de profissionais isolados, mas uma mobilização de todos os setores das instituições, “bem como a realização de pesquisas e estabelecimentos de parcerias com outras instituições museológicas, educativas e culturais, além de uma aproximação e diálogo permanente com instituições especializadas” (TOJAL, 2015, p. 194). Considerando o aspecto operacional, a acessibilidade atitudinal deveria ser requisito primeiro para se pensar também as outras acessibilidades, ou seja, para que norteie as intenções e direcione os recursos técnicos envolvidos.

[...] é função direta do desenvolvimento de políticas de acessibilidade cujo conceito tenha como base a interdisciplinaridade das áreas museológicas e como seu eixo principal a área comunicacional e suas estratégias de mediação. Nenhum recurso técnico voltado para a satisfação de exigências de acessibilidade efetivamente logrará êxito se desacompanhado de uma acessibilidade comunicacional e atitudinal previamente desenvolvidas, que permitam orientar o manejo desses mesmos recursos (TOJAL, 2015, p. 191).

Nesse sentido, a concepção de políticas públicas de acessibilidade não contempla apenas os públicos com especificidades pontuais, mas todo e qualquer tipo de público.

Os museus que surgem enquanto espaços dedicados à uma elite e direcionado, muitas vezes, para atender os públicos especializados, passam a considerar outros públicos, por meio de um processo gradativo de abertura desses espaços. Segundo Tojal, a partir da década de 1980, “movimentos em prol dos direitos e inclusão social de pessoas com deficiência adquirem progressivamente força no Brasil com a implantação de políticas públicas de inclusão” (TOJAL, 2015, p. 193).

Por não se tratar de uma deficiência, a pessoa em sofrimento psíquico acaba por não ser contemplada nessa implantação de políticas públicas de inclusão, fazendo parte ainda de um “não-público” dentro dos museus e espaços culturais. Buscar

estratégias para que esse “não-público” se torne um público em potencial está em consonância com o discurso adotada pelo movimento da Nova Museologia⁴², que tem como objetivo cumprir, majoritariamente, a sua função social.

A partir do redirecionamento da Museologia, novas propostas passaram a ser colocadas em debate, questionando o papel dos espaços museológicos diante das mudanças na sociedade. A Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), realizada entre 20 e 31 de maio de 1972, evento chave para o campo, deu início ao Movimento da Nova Museologia. A Mesa de Santiago foi o primeiro evento internacional de profissionais de museus que convocou profissionais de diversas áreas para participaram de discussões relacionadas à educação, saúde, investimentos etc. A declaração produzida por esse evento – inspirada na Teoria da Libertação do educador brasileiro Paulo Freire – apresentou como recomendação à UNESCO a proposta de um novo conceito de ação dos museus⁴³.

Foi defendida a ideia de um museu integral que, em termos gerais, se fundamentaria não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais) ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade de qualquer tipo de museu de estabelecer relações com o espaço, com o tempo e com a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012, p. 19). As missões de coleta e de conservação, que definiam as ações do museu, foram “esquecidas” nesse momento. Desse modo, o pressuposto seria que os museus buscassem encontrar formas de desempenhar um papel mais atuante na educação da comunidade e no desenvolvimento sustentável entre o homem e suas relações com o meio ambiente, na América Latina. Uma proposta idealista, mas que foi precursora de uma discussão que proporcionava um olhar mais ativo e engajado em relação à teoria e prática no campo da Museologia. Com essa nova configuração em questão, o conceito de museu passou por uma grande mudança: casas, escolas,

⁴² O movimento essencial que proporcionou novos rumos para a área museológica foi a Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM, realizada entre 20 e 31 de maio de 1972, que deu início ao Movimento da Nova Museologia.

⁴³ A ideia que não se formalizou foi a entrega da direção da Mesa-Redonda de Santiago a Paulo Freire, negada pelo Delegado brasileiro junto à UNESCO, provavelmente por motivos político-ideológicos.

fazendas, estradas de ferro, minas de carvão, planetários, jardins botânicos passaram a receber também um olhar museológico. Em outras palavras, o modelo de museu antes muito bem definido e limitado, se flexibilizou e possibilitou a criação de novos paradigmas.

Dentro do campo dos museus, estes tiveram sua criação vinculada à produção intelectual e científica, e muitos continuam reproduzindo o modelo tradicional de museu, incluindo como característica a fragmentação do saber, a partir das próprias tipologias: museus de ciência, museus de artes, museus etnográficos etc. A compartimentação dos saberes refletiu, e ainda reflete, nas instituições museológicas, que antigamente eram espaços que criavam uma espécie de microcosmos na tentativa de dar conta dos saberes enciclopédicos. Atualmente, muitos museus ainda se fecham em suas tipologias, sem dialogar com outras áreas, ou quando dialogam recorrem a noção de interdisciplinaridade de modo que haja a sobreposição de saberes autônomos, ao invés de saberes entrelaçados, levando em conta as especificidades de cada uma.

Na prática, por um lado, não houve mudanças consideráveis nos grandes museus da América Latina (VARINE-BOHAN, 1995), que continuaram a ter uma forte influência dos estilos museológicos vigentes no mundo industrializado que buscavam – e buscam – poder e lucro. Por outro lado, houve uma multiplicação de museus locais em detrimento das iniciativas comunitárias que levavam em consideração a identidade de outros grupos e os projetos de seus territórios, se afastando da ideia de museus enquanto os melhores veículos das culturas dominantes reproduzirem e representarem a si mesmas. Mesmo trazendo o debate referente ao campo dos museus, a relação das acessibilidades com a nova configuração que surge com o questionamento das práticas museológicas, assim como o alargamento do conceito de museu, e um olhar mais cuidadoso em relação às questões sociais, parece possível pensar as acessibilidades também a partir da atividade proposta pelo Sesc.

A fala da frequentadora Estela coloca a dificuldade de uma pessoa transgênero em lidar com situações cotidianas, que envolvem o estar na rua e na cidade, diante de atitudes transfóbicas que constroem e discriminam sua identidade de gênero. Estar junto ao grupo do Centro de Convivência e Cultura de alguma forma produz determinado sentimento de proteção e acolhimento, mesmo com a heterogeneidade dos frequentadores, que por sua vez, já passaram, ou ainda passam, por situações

estigmatizantes para além dos espaços de saúde. Na entrevista realizada com o frequentador Luís, perguntei como ele era tratado na rua:

Ó, ó, lá no Méier, lá no Méier onde que eu moro lá, lá no morro onde que eu moro, nego me chama tudo de maluco, assim, “É maluco!”, normal. Me chama de maluco, sabe o que eu falo pras pessoas? Eu falo assim: “ó minha filha, ó, ó minha filha, ô maluco, ô maluco...”, eu falo pras pessoas na rua né, “maluco também é gente, né. O que vocês pode, vocês pode, vocês pode, eu posso, não, eu sou maluco, mas eu sou gente”. A gente anda, anda de ônibus, anda de trem, metrô, barca, assim, né. Faz tudo na vida. A gente também namora, maluco também namora, né. Ó, essa semana agora, tentei beijar, aqui no Méier, na minha área aqui [...] Aí tem pessoas na rua que discrimina, aí discrimina, discrimina nós maluco, nós maluco nós somos gente [...] Aqui a gente vive numa boa, né, aqui. Só as pessoas de fora que discrimina a gente (Luís. Entrevista: 11/02/2018).

O fato da discriminação ocorrer, em grande parte, fora do espaço do IMNS, talvez faça com que muitos frequentadores criem suas rotinas de modo que o espaço do hospital psiquiátrico ainda seja central em suas vidas. Ao compartilhar sobre as falas de alguns frequentadores entrevistados em uma reunião de equipe⁴⁴, os funcionários mostraram certa preocupação em relação aos frequentadores significarem de forma manicomial as suas relações com o Centro de Convivência e Cultura e com o IMNS. Por serem espaços de referência no sentido de acolhê-los e permitir que circulem à vontade sem sofrerem determinados tipos de violência em comparação à rua, pode ocorrer uma espécie de “autoinstitucionalização” dos frequentadores e uma relação de dependência institucional. Isso não significa dizer que o frequentador se institucionaliza de forma deliberada, como uma escolha individual: a falta de uma convivência digna, a falta de opções de lugares que abracem suas subjetividades o força a se manter onde se sente mais confortável ou, segundo a expressão de uma frequentadora, “mais leve”⁴⁵, em um movimento que acaba puxando para dentro.

Uma das funcionárias trouxe a questão das palavras de ordem, “Fora Valencius, para não deixarem fechar o nosso hospital”⁴⁶, usadas por um frequentador durante as manifestações que ocorreram reivindicando a renúncia do recém empossado Valencius Wurch Duarte Filho⁴⁷, como coordenador geral de Saúde

⁴⁴ Reunião de equipe ocorrida no dia 23/01/2018.

⁴⁵ Em entrevista concedida no dia 16/01/2018, a frequentadora Marina afirmou se sentir mais leve no espaço do IMNS e do Centro de Convivência e Cultura em comparação à rua.

⁴⁶ Notas do caderno de campo da reunião de equipe ocorrida no dia 23/01/2018.

⁴⁷ O psiquiatra atuou como diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras localizada no município de Paracambi, região metropolitana do Rio de Janeiro. Considerado o maior manicômio privado da América Latina, foi fechado por ordem judicial devido às inúmeras denúncias de violação de direitos humanos, no ano de 2012.

Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério Saúde, no ano de 2015. Outros frequentadores já manifestaram em suas falas a defesa e permanência do IMNS, apesar do movimento da luta antimanicomial e de desinstitucionalização defenderem justamente o fim dos hospitais psiquiátricos e a criação de serviços substitutivos que ofereçam amparo aos sujeitos de forma articulada com o território e de modo descentralizado. O debate que existe em torno dos processos de desinstitucionalização parece ainda estar limitado ao meio acadêmico e profissional, não chegando ainda de forma expressiva aos usuários, segundo a funcionária. O fato do Centro de Convivência e Cultura não possuir recursos próprios e estar dentro de uma instituição psiquiátrica que o mantém, os dois espaços acabam se confundindo em seus objetivos, apesar de divergirem em muitos aspectos. Segundo a coordenadora, enquanto essa configuração existir, o trabalho continuará investindo nas saídas, e que o ideal é que um dia o Centro de Convivência e Cultura possa atuar de forma autônoma fora do espaço da instituição psiquiátrica.

Diante desse debate, parece interessante lembrar o caso da escritora Maura Lopes Cançado que em uma de suas entradas no Hospital do Engenho de Dentro relatou: "Vim sozinha. O que me trouxe foi a necessidade de fugir para algum lugar, aparentemente fora do mundo [...] Havia lá fora grande incompreensão. Sobretudo pareceu-me estar sozinha" (CANÇADO, 2015, p. 27). Em uma possível chave de análise podemos trazer o conceito de Goffman (1988) que entende que determinada categoria considerada por desacreditados – sujeitos que lidam com o fato do estigma ser visível nas interações – tendem a se identificar e manter contato com seus pares, ou que possuam estigmas similares, porém, não em um sentido gregário, de formação de grupos que compartilham forte sentimento de identidade, valores e interesses. Geralmente, existem associações coletivas ou determinadas instituições que passam a "representar" esses grupos perante a sociedade, mesmo considerando que dentro dos próprios grupos existem heterogeneidades. O Centro de Convivência e Cultura mesmo sem possuir o intuito de representação de um grupo, torna-se um espaço onde existe uma familiaridade e compreensão das diferenças e torna-se, em alguma medida, um lugar de proteção aos seus frequentadores, ao contrário de outros espaços que acabam hostilizando esses sujeitos.

[...] mas a minha família pensa que eu sou maluca, mas não dou nem trela, entendeu? [...] O que que a pessoa fala, Sami, pode ser preconceito...preconceito, racismo, perseverança, é a pessoa perseguir aquela pessoa e não consegue, também tem isso, é...inveja, e outros mais,

rancor! [...] Porque, assim, eu me dou bem mais com psicólogos, psiquiatras do que com estranhos, porque eu falo isso, não, assim, o estranho que eu falo assim de família [...] (Marina. Entrevista: 16/01/2018).

Há uma ineficácia de alguns discursos, e a impossibilidade de fazer com que sua palavra seja ouvida e validada diante de determinados sujeitos, pois o outro é essencial nas narrativas partilhadas e compartilhadas, como um interlocutor possível para dialogar. Assim como a fala da frequentadora acima, no relato de Luís, o desrespeito em relação a sua identidade pode acontecer inclusive no bojo familiar e no círculo de amizades.

Ó, tem pessoas, ó quando eu chego dentro de casa, na minha casa também, lá na Maria, um colega meu, Rodrigo, colega meu, aí quando eu chego dentro de casa assim, aí, aí eu não quero atender ele às vezes, eu tô cansado, né, chegar da rua cansado. Eu quero dormir, tomar banho e dormir, aí o Rodrigo “ah não sei, não sei o quê, seu retardado”, aí falei “ó Rodrigo, ó Rodrigo, ó, tu vê lá como é que tu fala comigo, tá? Tu me respeita, eu sou maluco, mas eu te respeito, eu sou maluco, mas é como gente, como você, como outra pessoa que você pode querer ter”. Aí falei com ele, entendeu? Aí ele já se sentiu meio ofendido “não, sei o que, desculpa” (Luís. Entrevista: 11/02/2018).

Além disso, ao sustentar a noção de maluco, pode existir também um sentimento de pertencimento em relação à identidade estigmatizada, além de poder existir a reivindicação do termo estigmatizado como identidade positivada, ou seja, conforma-se enquanto reversão para a afirmação identitária, uma forma também de minimização do estigma. Esse processo diz respeito à incorporação das condições de regime de saúde/doença e sofrimento em identidades dos sujeitos, ação positiva – criadora – que transforma um lugar de estigma em condição constitutiva de sua identidade social. Em outras palavras, a reversão das categorias de desvio como forma de posituação do estigma (GOFFMAN, 1988), evidencia que os desvios são negociados nas relações, não são categorias estanques, fechadas.

Em entrevista realizada com Luís, Leandro e Marina perguntei mais ou menos quantos dias por semana eles vinham até o IMNS, ambos responderam que vinham todos os dias. Outra resposta recorrente em relação aos motivos de frequentar o espaço gira torno dos laços afetivos criados:

Porque aqui eu fiz mais amizades, arrumei umas amigas, o Rogério o Tadeu. As moças aqui me trataram bem. Aí eu fiquei vindo aqui. Aí eu conheci a Fabi, a Gabi. [...] Todo mundo me trata bem, me tratam bem graças a Deus, tratam bem, me tratam bem (Leandro. Entrevista: 07/02/2018).

Segunda a funcionária do Centro de Convivência e Cultura, Fernanda, um dos frequentadores, Ronaldo, usa muito o espaço como um local de amizade, onde ele

pode encontrar e sair com seus amigos. Em entrevista concedida⁴⁸, Ronaldo considera que o Centro de Convivência e Cultura melhorou muito sua vida social, pois antes passava muito tempo em casa e que quase não tinha amigos e contato com as pessoas. Disse que se tornou uma pessoa mais extrovertida, visto que antes ele não gostava muito de conversar com as pessoas, e que hoje de dia gosta de interagir mais.

Voltando ao relato da visita, na passagem onde a educadora se apresenta e comenta sobre a mudança do ex-educador do Sesc, que havia recebido o grupo anteriormente, para a Recife, o grupo começou a fazer comentários sobre a cidade, como era bonita, ou sobre conhecidos que moravam lá, uma frequentadora comentou que seu advogado era de lá, outros comentaram sobre as atrações da cidade, e a educadora tentando talvez controlar a “dispersão” do grupo em relação ao assunto que estava propondo debater, fez um comentário como tipo, “então vocês querem falar Recife, vocês sabiam que a cidade de Recife é uma das mais poluídas do Brasil?” A ideia era introduzir de alguma forma a temática que o documentário abordaria, nos situando sobre o assunto. Porém, nessa conversa inicial, o grupo trouxe considerações de outra natureza, e a educadora tentava aproveitar as falas para voltar ao assunto sobre o lixo, porém sem muito envolvimento do grupo. Percebendo a pouca continuidade do debate, a educadora resolveu conversar mais ao final da exibição do documentário.

A questão da falta de áudio em português nos momentos das falas em inglês acabou criando uma barreira comunicacional, impossibilitando a autonomia e acesso de um dos frequentadores que estava passando pelo processo de alfabetização, mas que em nenhum momento se colocou. Um dos funcionários percebeu rapidamente a questão das falas em inglês e solicitou a educadora e ao operador presentes na sala que colocassem o áudio em português. Depois de muitas tentativas, chegaram a conclusão que não havia essa possibilidade. Em determinadas partes, o documentário – produzido a partir de uma parceria entre produtoras brasileiras e inglesas – criou uma lacuna em relação à acessibilidade comunicacional. Quando os sujeitos brasileiros falavam em inglês, optou-se por fazer a tradução para legendagem em português e o áudio da língua foi mantido. A educadora se prontificou e encontrou a estratégia de ir parando o filme nas partes sem áudio em inglês e ir traduzindo na

⁴⁸ Entrevista concedida no dia 07/02/2018.

frente para todos, até o momento que o funcionário propos sentar perto do frequentador e ir traduzindo somente para ele. Pressupondo então ter resolvido a questão, a educadora achou que não faria diferença se as legendas em português fossem tiradas, e o frequentador não hesitou em falar em alto e bom som que era surdo.

Figura 16 – Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho com a educadora do Sesc Engenho de Dentro antes da exibição do documentário “Lixo Extraordinário”



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2018.

Com o término do documentário, nada foi falado e debatido, e parecendo um procedimento padrão, a educadora nos levou até a sala de exposição, pediu para assinarmos o livro de visitantes, e ficamos “boiando”, usando a expressão de Estela, naquele pequeno espaço, sem entender a proposta. Durante esses os últimos momentos da atividade/visita, a educadora acabou ficando presa no lugar de querer entender quem era quem perguntando de maneira particular a um dos funcionários, quando poderia ter tentado um diálogo com o grupo, para nesse processo começar a conhecer um pouco seus integrantes.

Figura 17 – Frequentadores do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e educadora do Sesc Engenho de Dentro na exposição “Fayga Ostrower - Artista Educadora”



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2018.

Durante uma das reuniões de equipe⁴⁹ a questão da visita foi colocada em discussão e segundo um dos funcionários a educadora ficou sem reação quando a própria Estela se apresentou dizendo que era trans. A diversidade presente no grupo acabou deixando a educadora confusa, como se tivesse sido “pega de surpresa”, e aparentemente as identidades estavam misturadas. Talvez a educadora não estivesse esperando que fosse encontrar tanta diversidade no grupo, e é um desafio colocado dentro das instituições em encontrar formas de se prepararem para trabalhar e receber as diferenças.

3.6 “Passeio ou castigo?”: entre disputas pelo território (Visita ao Circuito Arqueológico da Celebração da Herança Africana)

Cheguei no ponto do encontro marcado, no Largo da Prainha, antes do grupo. Avistei alguns frequentadores conhecidos de longe. Cumprimentei o grupo como um todo, em seguida, eu e Marina começamos a conversar. Enquanto isso, o guia contextualizava historicamente o lugar. A coordenadora disse para ficarmos em silêncio, para prestarmos atenção na fala do guia. Davi foi para frente do grupo, e ficou

⁴⁹ Reunião de equipe ocorrida no dia 16/01/2018.

próximo do guia para ouvi-lo, estava atento. Além dos frequentadores do Trilhos do Engenho, havia mais duas escolas públicas, uma de Paquetá e outra de São Gonçalo, o grupo era bem numeroso. O guia contou um pouco da história dos espaços conforme íamos passando, apontando também algumas características arquitetônicas. Só ele falou. Davi o tempo inteiro ficou perto do guia. Os outros frequentadores se movimentavam mais, ora estavam perto, ora mais afastados. Isabel é uma frequentadora de baixa audição, quase surda. Tentei arriscar na Libras, conversamos um pouco, e às vezes tentava apenas apontar o que julgava principal, e o que sabia interpretar para Libras. Em um momento, Isabel me pediu 5 reais para tirar cópia de um documento, que mostrou ser o CPF. Quando estávamos no jardim suspenso, o guia explicou a colocação de quatro estátuas gregas pelo prefeito da cidade na época, Pereira Passos, com a pretensão de se assemelhar com a estética que a França possuía. Marina intercedeu e disse que eram muito bonitas, que a França também era muito bonita, que já tinha ido à Paris. O guia disse que podiam ser bonitas, mas que passava por cima de uma história que era outra, que descaracterizava a história afro-brasileira. Marina sustentou sua afirmação, porém ficou em silêncio. Andamos bastante, fazia muito sol, em determinado momento um estudante de uma das escolas disse, aparentando cansaço: “Isso aqui não é passeio, é castigo!”. Quando estávamos no Cais do Valongo, andando ao lado de Davi, tentei puxar assunto perguntando o que ele tinha achado desse lugar. Davi respondeu dando de ombros, como se não tivesse nada demais. Eu disse que achava que era um lugar com uma história muito forte, dos negros escravizados que chegavam nas embarcações, e muitos acabavam morrendo, e os ossos foram encontrados depois. Davi complementou dizendo que na época eles não tinham condição de fazer um enterro bacana. Conforme íamos andando, em um momento perto da coordenadora ela disse que deve ter sido muito importante eu ter ficado ao lado da Isabel, tentando me comunicar, ela disse que os funcionários do grupo tentavam, mas que era difícil dar uma atenção maior. Eu outro momento, Isabel disse que era difícil se comunicar, porque não escutava, e que inclusive a coordenadora e ninguém do grupo sabia se comunicar em Libras, mas que pelo menos eu estava tentando. Quando disse que estávamos indo ao Instituto Pretos Novos, e que lá havia um cemitério, Isabel fez cara de horror, disse que não gostava. Ela frequenta a igreja batista. Em um momento andando juntas, ela chamou atenção para uma mulher a nossa frente e disse que era sapatão. Eu perguntei por que ela achava isso. Ela respondeu que gostava de homem e não de mulher. Já dentro do Instituto, que estava muito cheio, e o grupo parecia estar já cansado, muitos foram

sentar, e o guia estava tentando dar conta de vários grupos ao mesmo tempo. Não houve despedida. Com o grupo sentado em uma mesa comprida, a coordenadora aproveitou para perguntar se o passeio tinha valido a pena, alguns responderam que sim com a cabeça, outros responderam que sim, Marina disse que “Apesar de...eu gostei”. Marina queria andar mais, disse que a coordenadora queria acabar com o passeio mais cedo. A coordenadora perguntou se conseguiram aprender alguma coisa, uma das frequentadoras disse: “Aprendi muita coisa, só que não consigo falar, nem explicar agora, mas que está tudo dentro da cabeça”, fez o gesto colocando a mão na cabeça (Notas do caderno de campo, em 26/09/2017).

Figura 18 – Frequentador do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e guia durante o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, na Pedra do Sal



Fonte: Samia Jraige, 2017.

A equipe do Centro de Convivência e Cultura agendou previamente a visita guiada que realizamos pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, vinculado ao projeto Porto Maravilha – assim como o MAR. O circuito durou cerca de duas horas, passando por locais como o Largo de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal, Mirante do Morro da Conceição, Jardim Suspenso do Valongo, Espaço Cultural Casa da Tia Ciata, Largo do Depósito, Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos. Entre os frequentadores presentes estavam Marina, Isabel, Ronaldo, Pedro, Davi, e duas mulheres da comunidade, e entre os funcionários estavam Fernanda, Luana e Tadeu.

Após escavações arqueológicas na região, o circuito e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico foram reconhecidos

pelo Decreto Municipal 34.803 de 29 de novembro de 2011⁵⁰, e o Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos (IPN) passou a promover as visitas guiadas. Segundo a descrição institucional presente no site oficial do projeto Porto Maravilha, o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana foi criado em função das obras e eventuais escavações arqueológicas, que por sua vez teriam sido responsáveis por evidenciar a importância e o valor da Região Portuária.

Nas últimas décadas, em particular, após o início das obras do Porto Maravilha, estudos e escavações arqueológicas trouxeram à tona a importância histórica e cultural da Região Portuária do Rio de Janeiro para a compreensão do processo da Diáspora Africana e da formação da sociedade brasileira⁵¹.

A Lei Municipal 101 de 2009⁵² instituiu a Operação Urbana Consorciada (OUC) de “revitalização” da Região do Porto, sendo que já em 1996, com a descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, uma série de pesquisas vem sendo realizadas e estratégias de proteção desse patrimônio implementadas graças ao IPN e seus colaboradores. O discurso oficial e político do site do projeto desconsidera toda a luta que existiu – e continua existindo – dos diferentes agentes locais e do IPN em preservar o patrimônio da cultura afro-brasileira da Região Portuária, mesmo com a falta de amparo financeiro. Segundo o arqueólogo Reinaldo Tavares, o IPN vem resistindo e negociando com as entidades governamentais e privadas desde sua criação:

A participação da instituição se faz presente sobretudo durante as obras de revitalização (Porto Maravilha). As atividades de proteção ao patrimônio nasceram ainda em 1996, quando a família Guimarães resolveu não esconder sob o cimento os ossos e a história dos Pretos Novos. Foram essas ações individuais, transformada pela sociedade civil organizada, que pressionaram no passado e ainda pressionam o Estado para que os efeitos reais de preservação possam se tornar plenos (TAVARES, 2012, p. 455).

O IPN localizado na Rua Pedro Ernesto, número 36 (bairro da Gamboa), foi fundado em 2005, pelo casal Merced e Petrúcio Guimarães dos Anjos e alguns amigos, após anos aguardando alguma iniciativa do poder público. Em meio a sondagens de solo para a realização de obras em sua residência, foi descoberto ao acaso um sítio arqueológico com ossadas humanas, dando início ao processo de

⁵⁰ Cria o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito. Disponível em: <<https://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf>> Acesso em: maio de 2018.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/circuito>> Acesso em: maio de 2018.

⁵² Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b39b005f9fdba3d8032577220075c7d5?OpenDocument>> Acesso em: maio de 2018.

salvamento dos remanescentes ósseos dos africanos trazidos à força ao Brasil, na condição de escravos, e identificação do Cemitério dos Pretos Novos⁵³. O texto escrito no site oficial do IPN pelo curador do Museu Memorial, Cemitérios dos Pretos Novos, Marco Antonio Teobaldo, ressalta a importância desse espaço e ao mesmo tempo sua invisibilidade dentro das instituições de ensino:

Os vestígios arqueológicos e históricos deste campo santo são testemunhos da ação violenta e cruel sofrida pelos africanos que não resistiram aos maus tratos da captura e viagem transatlântica. Este relato revelado pela historiografia e trazido à luz pela Arqueologia, repleto de desrespeito e dor, ainda é desconhecido por muitos, pois não é contado em todas as escolas e nem sequer é mencionado nos livros de história que têm a escravidão como tema. Por isto, reafirma-se a importância deste Museu Memorial, no qual o Cemitério dos Pretos Novos se impõe como peça central para este debate⁵⁴.

A parceria entre o IPN e o projeto Porto Maravilha coloca em tensão e em disputa diferentes visões e usos do patrimônio. O projeto Porto Maravilha foi criado no ano de 2009, durante a gestão de Eduardo Paes na prefeitura, com o slogan de “revitalização” da zona portuária, compreendido por Simone Pondé Vassallo (2014) e compartilhado aqui, como adequação da cidade aos grandes eventos internacionais que a cidade iria sediar, Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016. Nesse contexto, há um processo mercadológico da cultura envolvendo os interesses do Estado e de instituições privadas, por meio de estratégias que envolvem o turismo, e de um discurso que articula a ideia de preservação e valorização do patrimônio. As cidades passam a trabalhar com ícones, em busca de destacar determinadas singularidades. Um exemplo foi a criação do Museu do Amanhã, que segundo o site do Porto Maravilha é considerado o “novo ícone da Região Portuária”⁵⁵. Tal uso do espaço público trabalha em benefício da construção civil, assim como das parcerias público-privadas.

Há um “embelezamento” estratégico por meios das políticas de gentrificação como ocorre, por exemplo, nos centros históricos, antes considerados pelo discurso estatal como espaços “degradados”, “vazios”. O discurso da valorização de patrimônios locais passa a ser integrado ao repertório de estratégias do Estado, que justificam a intervenção no espaço urbano, como argumento dos processos de revitalização, que por sua vez implicam em um movimento de repolitização através da resignificação do espaço público. A noção de patrimônio histórico é usada como

⁵³ Pretos Novos era o nome dado aos cativos recém-chegados da África e desembarcados no Rio de Janeiro, em meados do século XIX.

⁵⁴ Disponível em: <<http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>> Acesso em: maio de 2018.

⁵⁵ Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/museu_amanha> Acesso em: maio de 2018.

instrumento de desenvolvimento do tecido urbano, contribuindo, de alguma forma, para a ordenação social e para o controle, isto é, o patrimônio configura-se como instrumento fundamental na organização da cidade e na gestão urbana.

Durante a implementação do projeto Porto Maravilha, e as audiências públicas realizadas, moradores, frequentadores e lideranças reivindicavam ações voltadas à cultura da região portuária, assim como a participação ativa dos atores locais nessas ações, considerando que os discursos iniciais da Prefeitura e da imprensa não haviam incorporado ainda as culturas e tradições locais no escopo do projeto, ou na sua conversão em capital simbólico (VASSALLO, 2014). É preciso pontuar, então, o esforço e articulação desses agentes que conseguiram incluir por meio legal (Lei 101/2009), pautas referentes à preservação cultural, mesmo que usadas e sistematizadas de outras formas pela prefeitura.

Figura 19 –Visita guiada pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.



(a) Grupos subindo a Pedra do Sal durante.Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.
 (b) Grupos descendo a ladeira do Valongo. Fonte: Samia Jraige, 2017.

Trazendo para a reflexão o circuito visitado, na passagem na qual um estudante secundarista da rede pública fala que aquilo não era um passeio, mas um castigo, coloca em questão novamente a caracterização dos públicos trabalhada por Koptcke (2005), apresentada no capítulo 3. A imagem do passeio enquanto castigo coloca em evidência, a partir de uma “infeliz coincidência”, o lugar do público escolar enquanto público escravizado⁵⁶, marcado pelo controle, pela pouca autonomia e decisão na atividade realizada. Além disso, o aparente cansaço do aluno ao fazer o comentário, expôs o fato do percurso requerer certa disposição física, considerando também que fazia bastante calor no dia, o que tornou fatigante a saída da sala de aula, que geralmente é um momento esperado pelos alunos. Além disso, por se tratar de um trajeto feito pelas ruas da cidade, entre subidas e descidas, chão irregular, degraus, o lugar das acessibilidades físicas é praticamente inexistente.

Segundo o site do projeto Porto Maravilha esse serviço disponível de visita guiada, parece já possuir um público alvo bastante definido. Analisando as fichas de inscrições individuais e de grupo para agendamento das visitas guiadas, disponíveis no site⁵⁷, não há nenhum campo que pontue a necessidade de atendimento diferenciado, ou um campo que pontue a existência de integrantes no grupo com alguma particularidade no que diz respeito às acessibilidades. A não existência desses campos, delimita de alguma forma o perfil dos indivíduos que a atividade está direcionada. A única indicação presente é que o público venha com roupas e calçados confortáveis, assim como chapéus, protetor solar, garrafa de água e guarda-chuva. A questão do corpo se coloca, então, já que o circuito exige um certo condicionamento e disposição física, trazendo a questão da acessibilidade que vai além do constringimento das vitrines, apontado nos capítulos anteriores, e coloca em xeque a própria possibilidade de uso da cidade, pensando as diferentes mobilidades.

Ainda segundo informações presentes no site do Porto Maravilha, se formos considerar que cada visita dura cerca de uma hora e meia, e atende até 80 pessoas, podemos imaginar a dificuldade de estar dentro de outra proposta de visita se não a guiada. Em uma situação hipotética, realizar uma visita mediada com grupos muito

⁵⁶ “O sentido de escravidão aqui adotado será aquele que marca o controle realizado” (KOPTCKE, 2005, p. 185).

⁵⁷ Ficha de inscrição de grupo, disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/outros/Modelo%20FICHA%20INSCRICAO%20GRUPO%20CIRCUITO%20HA%20%203%20TEM%20PORADA%202018.pdf>> Acesso em: maio de 2018.

grandes, grupos heterogêneos, em pouco tempo, com um circuito definido seria uma tarefa bastante complexa. Além de não ser o objetivo do serviço disponível.

Existem algumas divergências em relação às informações do serviço de visitas guiadas pelo circuito no site do Porto Maravilha e no site do IPN. A descrição disponível no site do IPN é mais detalhada, já que é essa instituição a responsável pela realização das visitas. Segundo o regulamento existente no site do IPN, o passeio é aberto a todos, com um foco especial aos educadores e estudantes da rede pública de ensino, com a capacidade máxima de 60 participantes por visita, com a duração aproximada de duas horas e meia, dependendo da disposição dos participantes, podendo ser percorrida uma distância de mais ou menos 2,4 km⁵⁸.

É usado o termo passeio-aula no regulamento do site e existe a possibilidade de agendamento para “Grupos Especiais” realizado por telefone, com o intuito de conhecer as especificidades do grupo. Parece existir um engajamento do IPN em dar ênfase ao público escolar da rede pública, do que desenvolver uma atividade voltada para o público de fora, ou para o turismo, como costumam ser caracterizadas as ações do projeto Porto Maravilha.

Voltando à fala do curador do Museu Memorial, Cemitérios dos Pretos Novos, Marco Antonio Teobaldo, a importância da Região Portuária, assim como os achados arqueológicos dos sepultamentos precários que eram realizados com os corpos negros submetidos a tamanhas violências, são fatos poucos trabalhados em muitas escolas, e existe um esforço empreendido pelo IPN em trazer essas questões para o amplo debate. Infelizmente, o modelo de escola ainda está configurado enquanto instituição que reproduz saberes oficializados, integrando um sistema educacional e cultural dedicado à manutenção da ordem social vigente (LOPES, 1991). A ideia do passeio-aula atua no sentido de “promover e fortalecer a educação patrimonial de seus participantes, sobretudo dos educadores e alunos da Rede Pública de Ensino”⁵⁹, e de alguma forma atua em função de suprir uma falta que existe no ensino escolar. Por estar pautada na proposta de passeio-aula, se corre o risco de apenas reproduzir essa prática escolar, só que fora da escola. Junto à essa noção, a ideia de visita guiada também já pressupõe o lugar de alguém que guia e alguém que é guiado,

⁵⁸ Site do IPN com o regulamento do circuito, disponível em: <<http://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/regulamento-circuito-de-heranca-africana/>> Acesso em: maio de 2018.

⁵⁹ Site do IPN sobre o circuito, disponível em: <<http://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>> Acesso em: maio de 2018.

assim como o lugar do silêncio e da atenção para quem fala, para o guia. Minha intenção não é questionar a importância de se trazer esse debate, mas trazer a fala do aluno que coloca em questão alguns padrões e normas que regem a prática escolar mesmo em espaços extra-classe. Talvez fosse interessante pensar em como as atividades culturais engajadas em pensar histórias que durante muito tempo foram – e continuam sendo – apagadas pelos discursos oficiais, podem atuar como contraponto a essas instituições – como, por exemplo, às escolas ou aos museus tradicionais.

No final do relato da visita que realizamos, a fala da frequentadora me parece trazer à tona as diversas formas de aprendizagem, que vão além da elaboração de discursos, da tradução em palavras, e atentar para todo o valor subjetivo e também material que existe a partir desses encontros. A experiência da saída, seja pelas ruas da cidade, seja em museus, seja em espaços culturais, está para além da escuta em muitos sentidos, e que a compreensão do mundo está sempre sendo construída e reconstruída em ato, em cena e em encontros.

Figura 20 – Grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e demais grupos reunidos durante visita guiada pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, na região da Pedra do Sal



Fonte: Publicação no perfil do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho na rede social Facebook, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de acompanhar o grupo do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho, tanto nas seis visitas trabalhadas aqui em forma de cenas, a partir da escrita etnográfica, quanto nas reuniões e entrevistas realizadas, colocou em questão o desafio de pensar a igualdade na diferença, a partir da presença do outro nos espaços, em como demandar um acesso em espaços que tem um pressuposto de diferença elencada, pensando as relações dos frequentadores com os museus, espaços culturais e com a rua, entendidos não como espaços separados, mas com propostas de ocupação diferentes. A partir do trabalho de campo, tentei trazer para o debate as diferentes apropriações dos frequentadores nos espaços visitados e ocupados, além de pontuar dentro das cenas questões relevantes para se pensar as acessibilidades.

No terceiro capítulo do trabalho desenvolvi os relatos das seis visitas realizadas. A partir da visita realizada à inauguração da exposição “Lugares do Delírio”, no Museu de Arte do Rio, iniciei o debate percebendo uma relação ainda bastante expressiva do museu enquanto espaço de complementariedade do ensino escolar, mesmo que a partir de outros métodos e ferramentas. O museu enquanto espaço que educa, muitas vezes pretende também “civilizar” seus públicos. O uso das categorias que caracterizam de modo crítico e metafórico, a partir de um contexto colonial, os diferentes tipos de públicos entre bárbaros, escravos e civilizados, evidenciam as estratégias de gestão e funcionamento dos museus de acordo com um recorte temporal específico. Essas categorias trazidas por Luciana Koptcke (2005), longe de serem entendidas como estanques, tentam mostrar a complexidade das relações entre os usos dos visitantes e os museus, e diante dessa abertura, a ideia de trabalhar com a noção de vândalo, desenvolvida por Gabriela da Fonseca (2018, no prelo) que em diálogo com o trabalho de Koptcke, possibilita mais uma perspectiva para pensarmos as práticas e usos dentro dos espaços culturais. A partir da afirmação de Juliano enquanto transgressor das regras manifestadas no espaço do museu, que intencionalmente as subvertia, assumia uma posição onde a categoria de vândalo pôde ser trabalhada, na medida em que coloca em disputa as relações de poder existentes nesses espaços, mesmo que pontualmente. Diante de um padrão de comportamento geralmente esperado, “civilizado”, sua postura de transgredir as

normas e de sustentar sua ação, faz de Juliano um agente capaz de rebater as estratégias preservacionistas e de controle nesses espaços.

A visita guiada realizada ao Theatro Municipal serviu como base para trazer a questão de como as classificações apareceram no trabalho de campo e nas relações que iam se estabelecendo com o grupo e entre o grupo. Apesar da visita carregar a característica de ser guiada, o educador que nos recebeu, tentou usar outras estratégias que incluíram a abertura para a fala dos integrantes do grupo, assim como a possibilidade de exercer o lugar da escuta, descentralizando um pouco a figura do guia. Alguns frequentadores se sentiram à vontade para trazer suas contribuições, compartilhando suas impressões e também outros conhecimentos referentes ao espaço visitado. As falas mais marcantes diziam respeito à beleza do lugar, à sua imponência, tanto dos frequentadores, quanto dos seus acompanhantes (funcionários dos serviços de saúde), que estavam visitando pela primeira vez o Theatro Municipal.

Na visita ao Espaço Cultural da Marinha e ao Museu Naval, as expectativas que criei de início imaginando que haveria um constrangimento considerável devido à estrutura militar dos espaços, foram sendo desconstruídas ao longo das visitas, a partir das diferentes apropriação e usos dos frequentadores, assim como uma certa flexibilidade coloca pelos espaços. O grupo pareceu ter ficado à vontade e aproveitado essas aberturas, criando suas próprias formas de se relacionar com a linguagem expositiva existente, e criando também seus próprios circuitos e percursos. A possibilidade de uma movimentação mais livre pelo espaço, fazia com que os integrantes do grupo, ora se encontrassem, ora se desencontrassem em suas rotas e dinâmicas próprias. Os funcionários das instituições que foram entrevistados concordaram que há uma certa liberdade no planejamento das propostas educativas, assim como o uso dos espaços, ou seja, há uma flexibilização consentida de determinadas regras. Além disso, não há uma intenção em vigiar os espaços o tempo todo, em entrevista concedida, a responsável pela coordenação da divisão educativa disse que há apenas um vigia que circula por todos os ambientes, sem o objetivo de ficar fixo em um único lugar, “constrangendo”, de algum modo, os visitantes com sua presença. Segundo a equipe de funcionários entrevistada, há um número bastante pontual de pessoas com alguma necessidade específica visitando o Museu. Como as visitas realizadas pelo setor focam principalmente no público escolar, a partir de um trabalho pedagógico, esses sujeitos geralmente estão misturados ao grupo, e ainda segundo a equipe, nunca foi recebido um grupo como o do Centro de Convivência e

Cultura, por exemplo. Há uma tentativa de diferenciação entre guiamento e mediação pela coordenadora, trazendo a importância do diálogo, porém, ainda há uma visão bastante central do papel do educador/mediador no processo de comunicação. Talvez pelo grupo do Centro de Convivência e Cultura não estar acompanhado por um educador, os usos e discursos puderam transitar mais soltos por diferentes universos.

Já na visita à exposição “Diálogos Ausentes”, no Galpão Bela Maré, ficou perceptível a existência de certa familiaridade no processo de recebimento e acolhimento do grupo do Centro de Convivência e Cultura, devido a uma continuidade dos encontros que vem sendo realizados. Nesse processo onde as relações vão sendo construídas, onde passamos a compreender outros tempos, outras necessidades, urgências e desejos, os vínculos vão sendo criados e essa rede que se forma, amplia os lugares possíveis de se estar para os frequentadores do grupo. Mesmo com a falta de investimento e as fragilidades estruturais referentes às acessibilidades, a partir da troca e do afeto a equipe de educadores tenta encontrar formas para que durante a visita o grupo possa agenciar também suas vontades e interesses. Talvez o ponto chave que perpassa todas as experiências das visitas desenvolvidas aqui, seja a ideia de deixar-se mediar, a ideia de descentralização dos processos de comunicação dentro dos espaços culturais. A fala trazida pelo educador João do Galpão Bela Maré mostra que nesse processo de sensibilização, a ideia de abertura para que outro possa também mediar e protagonizar a conversa, o encontro, configura-se enquanto estratégia prática da equipe de educadores. O lugar do deslocamento apareceu de modo expressivo na fala da equipe entrevistada do Galpão Bela Maré, atravessando também todo o trabalho realizado com grupo do Centro de Convivência e Cultura. Assim, apesar das acessibilidades físicas ainda serem uma lacuna dentro da instituição, as posturas sustentadas pela equipe que flexibilizam o papel do educador e da mediação, convergem com o conceito de acessibilidade atitudinal aqui colocado.

Na análise desenvolvida sobre a visita realizada ao Sesc Engenho de Dentro, procurei contextualizar o debate sobre as acessibilidades em museus e espaços culturais, usando como base o redirecionamento, pelo menos retórico, do campo da Museologia, que passa a dar ênfase às questões sociais e aos públicos em sua diversidade, em detrimento das questões preservacionistas com o foco nos objetos. A partir das falas dos frequentadores, foi possível identificar determinado uso do Centro de Convivência e Cultura como espaço de sociabilidade, de acolhimento e

proteção, onde há uma compreensão e respeito em relação às diferenças, ao contrário de outros espaços que ainda discriminam e estigmatizam a vivência e presença desses sujeitos em sua diversidade. Nesse sentido, a equipe de funcionários acaba trazendo para o debate a importância de repensar também suas práticas de trabalho, para que se evite um processo de institucionalização dos frequentadores, que por sua vez acabam centralizando suas rotinas e itinerários em função do espaço do IMNS. As atividades realizadas durante a visita trouxeram à tona as dificuldades de comunicação, considerando a pluralidade existente no grupo, assim como a falta de proximidade e contato com as diferenças. Durante a visita ao espaço, a tentativa da educadora em encaminhar uma discussão específica que, por sua vez, ia sendo levada para outras direções, a questão da exibição do documentário e as barreiras comunicacionais existentes na própria produção dessa mídia, assim como o não encaminhamento de um diálogo mais flexível com o grupo, trazem para o debate as dificuldades em receber as singularidades dos públicos.

Na visita guiada pelo Circuito Arqueológico da Celebração da Herança Africana, realizada por um educador do IPN, apresentei um breve panorama sobre as disputas referentes ao território, aos discursos e memórias emergentes na Região Portuária do Rio, considerando a requalificação do espaço urbano pelo projeto Porto Maravilha, com o intuito de contextualizar a proposta do serviço de visita guiada oferecido. O circuito por se dar pelas ruas das cidades, o lugar das acessibilidades é visivelmente precário, onde a própria concepção de cidade não é pensada em função das diversidades. A ideia de movimentar-se pelas ruas, subindo e descendo ladeiras, escadas, chão irregular, exige determinado condicionamento e disposição física. Além disso, a ideia de ser uma visita guiada, ou passeio-aula, termo também usado no site das instituições, parece reproduzir, de alguma forma, uma prática escolar para fora da sala de aula, onde o guia fala e o grupo escuta, dando pouco espaço para outras vozes. Como provocação, seria interessante pensar em como as atividades culturais poderiam atuar para além de um formato escolarizado, atuando, inclusive, em contraponto a essas instituições, e incorporando outras formas de aprendizagem.

Em suma, determinadas formas de usos dos espaços pelo grupo, em alguns casos, acabaram indo na contramão do que se refere, por exemplo, à dominação e disciplinarização dos espaços museológicos e culturais, geralmente enfatizados a partir de uma perspectiva mais crítica. Procurei também desenvolver as análises dos relatos das visitas de forma cruzada, dialogando com os conceitos que estavam sendo

trabalhados, trazendo pontos de convergência e divergência. Algumas questões acabavam se repetindo em mais de uma cena/relato, mas por optei por dar ênfase em alguns conceitos, priorizando determinadas discussões, conforme o tema, longe de tentar esgotar as possibilidades de interpretação e análise dos conceitos escolhidos.

As entrevistas trouxeram contribuições importantes no sentido de conhecer um pouco como os sujeitos falam de seus próprios comportamentos e experiências, como em alguns casos existe a positivação das categorias, como o lugar do maluco, por exemplo. Quando o próprio “louco” fala de si, existe a possibilidade desses personagens desconstruírem o lugar da loucura, falando não só através da loucura, mas como reflexo de uma cultura, de uma sociedade e de uma lógica institucional. Podemos considerar como uma autorrepresentação da “loucura”, enquanto direito de se expressar com legitimidade.

Majoritariamente os frequentadores do dispositivo possuem baixa renda, e vivem em territórios marcados pela violência e vulnerabilidade. Conversando sobre as situações de discriminação que alguns frequentadores relataram, Pedro completou: “Isso aí é um preconceito de raça, e outro é preconceito da cabeça da pessoa” (Pedro. Entrevista: 22/02/2018). Há um atravessamento de diferentes opressões perpassando as existências e subjetividades de muitos frequentadores, seja pela questão racial, do sofrimento psíquico, da identidade de gênero, etc. Ainda existe uma grande incompreensão e intolerância em relação aos discursos e às diferentes formas de experimentar a vida por esses sujeitos.

O trabalho realizado pelo Centro de Convivência e Cultura tenta de alguma forma romper com a lógica de isolamento e alienação a qual muitos desses indivíduos foram submetidos durante sua história, sem nenhum poder de decisão sobre suas próprias vidas. A ideia de autonomia como um dos pilares da prática de trabalho do dispositivo, passa pela possibilidade de estimular que cada vez mais os frequentadores criem e administrem seus próprios itinerários e trajetos para fora da instituição. Isso implica também, a existência de espaços possíveis que esses sujeitos se sintam respeitados e confortáveis em estar, onde o peso dos estigmas possa ser em algum momento aliviado, subvertido ou transgredido. Outra questão que aparece, diz respeito a oferta cada vez mais escassa de espaços culturais públicos, gratuitos, resvalando na questão do projeto político neoliberal, e a gestão pública não estatal na área da cultura. Há um processo gradativo de gerenciamento de museus e espaços culturais pelas OS, encarecendo seu acesso e delimitando o seu público.

Coloco então a importância em considerar esse público, e a possibilidade da construção do convívio social para além dos espaços terapêuticos e de saúde. Reconhecer o direito de ir e vir dentro dos museus e espaços culturais, é um primeiro passo para que existam ações e práticas que pensem e que sejam voltadas também para esse público, aumentando o repertório de lugares possíveis para se transitar e estar na cidade. A possibilidade de vivenciar outros lugares, de andar por diferentes trajetos, pode fortalecer as relações sociais, interpessoais, interações e comportamentos que, por sua vez, estão diretamente relacionados aos espaços frequentados, além de desacomodar e deslocar as compreensões que estigmatizam as diferenças.

É desses enlaces do sujeito com o campo sociocultural que, acredito, seja possível a criação de novos itinerários, de mais ruas que clausuras, mais fluxos que fixos, mais escuta que contenções, mais acolhimento que retórica, mais sensibilidade que protocolos, mais colorido que escuridão, mais diversidade que normalização, mais metamorfose que estagnação, mais autonomização que passatempo, e, para além da doença e do sofrimento, mais saúde, mais alteridade, mais subjetividades autônomas e livres [...] (DALMOLIN, 2006, p. 202).

Assim como o trabalho realizado por Nise da Silveira, os espaços museológicos e culturais podem também ser importantes lugares para potencializar criatividade dos diferentes públicos, a partir da responsabilidade em acolher outras formas de percepções. Talvez seja preciso ir além da ideia de educar, informar ou compartilhar conteúdos. Encontrar outros percursos, talvez mais lúdicos, dar espaço para associações mais flexíveis, livres, para a divagação e fruição por meio do toque, dos sons, dos cheiros, descentralizar o lugar que os educadores, guias, mediadores assumem. A ideia não é somente buscar públicos diferentes, mas museus e espaços culturais diferentes, com outras propostas de presença e acolhimento dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Ariadna Patricia Estevez; SILVA, Jessika Oliveira; OLIVEIRA, Ana Caroline de Moraes. *Centro de convivência e cultura: diálogos sobre autonomia e convivência*. ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 6, n. 1, p. 5-19, jun. 2016.
- AMENDOEIRA, Maria Cristina Reis. *A expressão artística e a esquizofrenia: o caso de Adelina Gomes por meio das imagens*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Psiquiatria, 2008.
- AMARANTE, Paulo. *Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da Reforma Psiquiátrica*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 11 (3): 491-494, Jul/Sep, 1995.
- AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ANDRADE, L. M.; PACE, S. C. *Implantação do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho e a potencialização da vida através da arte e da cultura*. 2014. No prelo.
- BRASIL. *III Conferência Nacional de Saúde Mental: Caderno Informativo / Secretaria de Assistência à Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 1. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.*
- BRASIL. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: dez. de 2015.
- BRASIL. *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm> Acesso em: maio de 2015.
- BRASIL. Portaria Ministerial nº 396 de 2005.
- BRASIL. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf> Acesso em: jul. de 2017.
- BENNETT, Tony. *The Birth of the museum: history, theory, politics*. Routledge. 1995
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>> Acesso em: dezembro de 2016.
- CALEIRO, Regina Célia Lima; MACHADO Jacqueline Simone de Almeida. *Loucura feminina: doença ou transgressão social? Revista Desenvolvimento Social. UNIMONTES: Montes Claros, v.1, n.1 - jan./jun. 2008*. Disponível em:

<http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/87/74> Acesso em: janeiro de 2017.

CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é deus*: Diário I. 5. Ed.; 1, reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Carta I Encontro Nacional da Rede e Atenção Psicossocial. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2013/12/CARTA-DO-I-ENCONTRO-NACIONAL-DA-RAPS.pdf>> Acesso em: abril de 2017.

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu*: a ótica museológica de Mário de Andrade. Editora Argos, 2006.

CHAGAS, Mário; Storino, Cláudia. *O desafio da acessibilidade aos museus*; In: *Acessibilidade a Museus. Cadernos Museológicos Vol.2*. MinC/IBRAM. Brasília: 2012. p.7. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf> Acesso em: janeiro de 2017.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. O acesso para todos à cultura e aos museus do Rio de Janeiro. In: *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. Porto: 2010, Volume 2, pp. 236-255. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8200.pdf>> Acesso em: maio de 2017.

CRUZ JUNIOR, Eurípedes Gomes da. *O Museu de Imagens do Inconsciente: das coleções da loucura aos desafios contemporâneos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2009.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DALMOLIN, Bernadete Maria. *Esperança Equilibrista: cartografias de sujeitos em sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

DIAS, Paula Barros. *Arte, Loucura e Ciência no Brasil: as origens do Museu de Imagens do Inconsciente*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13, p.155-161, 2005.

FONSECA, Gabriela Graciosa. *Em nossas artérias nossas raízes: Educação Museal, Vandalismo e Patrimônio*. 2018. No prelo.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalheite. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GEERTZ, Clifford. *Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico*. In: O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 4. ed., 1988.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 9. ed., 2015.

GULLAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Série Perfis do Rio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Rioarte, 1996.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the shaping of knowledge*. Routledge, London and New York: 1992

KERGOAT, Danièle. *Verbete Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helena et.al (orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

KONDO, Dorinne. *Crafting Selves*. Chicago, The University of Chicago Press, 1990 (cap. 1 – “The Eye”).

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. *Bárbaros, escravos e civilizados - o público dos museus no Brasil*. IN: CHAGAS, M. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil – Museus*, Rio de Janeiro: Iphan, n. 31, p. 184-205, 2005.

LEAL, Luiz Gonzaga Pereira. *Entrevista com Nise da Silveira*. In: *Psicol. cienc. prof. [online]*. 1994, vol.14, n.1-3, pp.22-27. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931994000100005>> Acesso em: maio de 2018.

LIMA, Diane. *Diálogos Ausentes*. In: *Revista Bravo!* 2017, Disponível em: <<https://medium.com/revista-bravo/di%C3%A1logos-ausentes-428439f9f82a>> Acesso em: maio, 2018.

LOPES, Maria Margaret. *A favor da desescolarização dos museus*. *Educação e Sociedade*, v.14, n.40, 1991.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, A.; LUIZ, R.; MURICY, K. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

MAGNANI, José Guilherme. 2002. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49): 11-29.

MARTINS, Patricia Roque. *A inclusão social tem influência nas práticas museais? O acesso dos públicos com deficiência*. MIDAS [Online], 2 | 2013. Disponível em: <<http://midas.revues.org/246>> Acesso em: julho de 2017.

MELO, Walter. *Maceió é uma cidade mítica: o mito da origem em Nise da Silveira*. Psicologia USP vol.18 nº.1, São Paulo: Mar 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642007000100006>. Acesso em: abril de 2014.

MENEGAZ, Carla. *Entre o gesto e a intenção: discursos e práticas sobre acessibilidade em museus*. Trabalho de conclusão (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de Museologia. Porto Alegre, 2015.

OLIVEIRA, Edmar. Cuidando da desconstrução: do Engenho de Dentro para um Engenho de Fora. In: *Archivos contemporâneos do Engenho de Dentro*. Ano 1, n.1 (nov.2007) Rio de Janeiro: Instituto Municipal Nise da Silveira, 2007.

RIBEIRO, Daniele Corrêa. *Tramas da loucura na Corte Imperial: ciência, caridade e redes de sociabilidade no Hospício de Pedro II (1883-1889)*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SEIBEL-MACHADO, Maria. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida*. Campinas, SP: 2009.

SEMEDO, Alice; FREITAS, Vanessa Nascimento. Enquadramentos e reenquadramentos pedagógicos da autoridade em museus. In: NETO, Alexandre Shigunov; FORTUNATO, Ivan (Eds.). *Educação não formal e museus: aspectos históricos, tendências e perspectivas*. 2018. No prelo.

SILVA, Susana Gomes da. *Enquadramento teórico para uma prática educativa nos museus*. In: *Serviços Educativos na Cultura*. Porto: Editora Setepés, 2007, p.57-66. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/JDLIMA/coleco-pblicos-servios-educativos>> Acesso: novembro de 2016.

SILVEIRA, Nise da. *Cartas a Spinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

SILVEIRA, Nise da. *Casa das Palmeiras: a emoção de lidar: uma experiência em Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Alhambra, 1986.

SILVEIRA, Nise da. *O mundo das Imagens*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002.

TAVARES, Reinaldo. A apropriação ético-cultural dos resultados da pesquisa arqueológica no Cemitério dos Pretos Novos, Gamboa, Rio de Janeiro. *Anais do IV Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico*. MAST, Rio de Janeiro: 2012.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro; RAMOS, Fernando A. de Cunha. As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. In: *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 364-381, junho 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142012000200011> Acesso em: julho de 2017.

TOJAL, Amanda. *Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quê e para quem?* In: *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol.1, nº 7, out./ nov. de 2015.

VARINE-BOHAN, Hugues. A Respeito da Mesa Redonda de Santiago. In: Bruno, Maria Cristina Oliveira. *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo – Documentos e Depoimentos*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: 1995. Disponível em: <<http://www.minom-icom.net/old/signud/DOC%20PDF/199500504.pdf>> Acesso em: agosto de 2017.

VASSALO, Simone Pondé. Culturas em disputa: a criação do programa Porto Maravilha Cultural no projeto de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. In: PONTES JR.; Castro; SANTOS. *Diálogos interdisciplinares: literatura e políticas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

ZATTI, Vicente. *Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

Sites

IPN MUSEU MEMORIAL. Apresenta informações sobre o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos. Disponível em: <<http://pretosnovos.com.br/>> Acesso em: maio de 2018.

PORTO MARAVILHA – RIO DE JANEIRO. Apresenta as ações da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), como gestora da prefeitura na Operação urbana Consorciada do Porto Maravilha. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br>> Acesso em: maio de 2018.

ANEXO A – Material de divulgação em meio digital das programações do Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho (CCCTE)

Figura I - Programação das atividades regulares do ano de 2018 do CCCTE



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES REGULARES

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
10 às 11h - Aula de Jiu Jitsu (Próximo à quadra de futebol do Clube Escolar)	10 às 11h30 - Oficina de Experimentação Musical (Centro das Crianças)	7 às 9h - Tai Chi Chuan (Colégio Engenho em frente à rua Santa Genevêva)	10 às 11h30 - Oficina de Artesanato (Ateliê Trilber-ai)	7 às 9h - Tai Chi Chuan (Colégio Engenho em frente à rua Santa Genevêva)
14h30 às 16h - Oficina de Teatro (Sala de oficinas)	14 às 16h - Aula de Liberação Vocal (Sala de oficinas)	10 às 11h30 - Oficina de Capoeira (Praça de Cultura Mestre João Cultura e Arte)		10 às 11h - Yoga (Academia H&C, Rua 2 de Fevereiro, 938 - Engenho de Dentro)
		10 às 11h30 - Oficina de Balacamento (Sala de oficinas)		10 às 11h - Aula de Jiu Jitsu (Próximo à quadra de futebol do Clube Escolar)
		10h às 11h30 - Aula de Jiu Jitsu (Próximo à quadra de futebol do Clube Escolar)		10 às 12h - Futebol (Vila Olímpica do Encantado)
				16 às 17h - Oficina de Pintura (Sala Instituto Cultural Mundo Lúdico)

Contato:
 Rua Ramiro Magalhães, 521 - Engenho de Dentro
 Telefone: 3111-7406/ E-mail: trilhosdoengenho@gmail.com
 Facebook: Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho

Fonte: Publicação no perfil do CCCTE na rede social Facebook.

Figura II - Programação do mês de fevereiro de 2017 do CCCTE



Programação de Fevereiro

DIA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL
04 Sábado	8:00	Piquenique e Banho de Cachoeira Artificial	Parque de Madureira
07 Terça-feira	14:00	Abertura da Exposição "Lugares do Delírio"	MAR - Museu de Arte do Rio
09 Quinta-feira	16:00	Escolha do Samba Enredo do Loucura Suburbana 2017	Quadra do Clube Só na Bola – R: 2 de fevereiro
14 Terça-feira	15:00	Pré Carnaval - Ballelé da Cuca: Esquentando os Tamborins	Praça Rio Grande do Norte
16 Quinta-feira	9:00	Piquenique (Lagoa Rodrigo de Freitas e Parque da Catacumba)	Lagoa
21 Terça-feira	10:00	Encontro de Ideias	Trilhos do Engenho
23 Terça-feira	13:00	Baile de Carnaval – Lona Cultural Terra	Guadalupe
23 Quinta-feira	16:00	Desfile do Bloco Loucura Suburbana	Praça Rio Grande do Norte

Obs: Levar RG e RioCard para as atividades externas.

Fonte: Publicação no perfil do CCCTE na rede social Facebook.

Figura III - Programação do mês de setembro de 2017 do CCCTE



TRILHOS DO ENGENHO

AGENDA CULTURAL DE SETEMBRO

DIA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL
06 Quarta-feira	13:00	Visita Guiada ao Teatro Municipal	Cinelândia Centro
13 Quarta-feira	8:30	MAC - Museu de Arte Contemporânea + Caminhada Orla da Praia Boa Viagem + Piquenique.	Mirante de Boa Viagem Niterói
20 Quarta-feira	14:00	Encontro de Ideias	Trilhos do Engenho Engenho de Dentro
23 Sábado	9:00	Museu Nacional + Piquenique.	Quinta da Boa Vista São Cristóvão
26 Terça-feira	12:45	IPN - Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos + Visita Guiada - Circuito Arqueológico.	Gamboa Centro

Atenção! Levar RG e Rio Card em todas as saídas externas

Fonte: Publicação no perfil do CCCTE na rede social Facebook.

Figura IV - Programação do mês de outubro de 2017 do CCCTE

TRILHOS DO ENGENHO

AGENDA CULTURAL DE OUTUBRO

DIA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL
07 Sábado	14:00	Festa: " Pelos Becos Bares da Cidade: Liberdade Edição Bataques de Luta"	Praça Maracanã
11 Quarta-feira	8:45	Escadaria Selarón/ Parque das Ruínas/ Piquenique	Lapa/Santa Teresa
17 Terça-feira	12:30	Espaço Cultural da Marinha / Museu Naval	Praça XV
18 Quarta-feira	14:00	Encontro de Ideias	Trilhos do Engenho
28 Sábado	13:30	Circo Marcos Frata	Quinta da Boa Vista (São Cristovão)

Atenção! Levar RG e Rio Card em todas as saídas externas



Fonte: Publicação no perfil do CCCTE na rede social Facebook.

Figura V - Programação do mês de dezembro de 2017 do CCCTE

TRILHOS DO ENGENHO

AGENDA CULTURAL DE DEZEMBRO

DIA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL
06 Quarta-feira	13:00	Visita guiada à mostra Diálogos Ausentes	Galpão Bela Maré
12 Terça-feira	13:00	OI, TENTA E RESISTE! O BAILE	Sport Club Mackenzie Meier
15 Sexta-feira	10:00	Aulão de yoga (Parceria com Espaço Travessia)	Praça Rio Grande do Norte
20 Quarta-feira	14:00	Encontro de Ideias Com lanche coletivo	Trilhos do Engenho

Atenção! Levar RG e Rio Card em todas as saídas externas
Informações 31117406



Fonte: Publicação no perfil do CCCTE na rede social Facebook.

Figura VI - Programação do mês de janeiro de 2018 do CCCTE



TRILHOS DO ENGENHO

AGENDA CULTURAL DE JANEIRO

DIA	HORÁRIO	EVENTO	LOCAL
10 Quarta-feira	14:00	Documentário: "Lixo Extraordinário"	SESC Engenho de Dentro
18 Quinta-feira	8:30	Parque Madureira e Piquenique	Parque Madureira
24 Quarta-feira	14:00	Encontro de Ideias	Trilhos do Engenho
25 Quinta-feira	16:00	Escolha do Samba Enredo do Bloco Loucura Suburbana	Quadra Só Na Bola (Engenho de Dentro)
30 Terça-feira	09:30	Música na Praça: edição Pré-Carnaval	Praça Rio Grande do Norte

Atenção! Levar RG e Rio Card em todas as saídas externas



Fonte: Publicação no perfil do CCCTE na rede social Facebook.